

A AGRICULTURA BRASILEIRA

EM GRANDES NÚMEROS:

1970 - 1985

Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento

Secretaria Nacional de Planejamento



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e
Estatística - IBGE

FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA - IBGE

Diretor de Geociências

Mauro Pereira de Mello

Departamento de Geografia

Solange Tietzmann Silva

**A AGRICULTURA BRASILEIRA
EM GRANDES NÚMEROS:
1970 - 1985**

Autores

Olindina Vianna Mesquita

Solange Tietzmann Silva

Equipe de Apoio

Geraldo Simões Souto

Marina Marques do Cabo

Paulo Afonso Melo da Silva

Sergio Medeiros de Lavor

Rio de Janeiro

1990

Sumário

Apresentação.....	5
Evolução da área dos estabelecimentos.....	8
Grau de ocupação do território.....	17
Evolução da área agrícola.....	23
Evolução da área em pastagens plantadas.....	32
Mecanização.....	41
Adubação química.....	54
Assistência técnica.....	61
Evolução do rebanho bovino.....	66
Evolução do rebanho suíno.....	74
Evolução do rebanho avícola.....	81
Evolução da mão-de-obra.....	88
Evolução do trabalho assalariado.....	99
Aspectos da estrutura de acesso à terra.....	111
Ociosidade das terras.....	127
Produtores sem terra.....	134
Cooperativismo.....	141
Valor da produção agropecuária.....	147

APRESENTAÇÃO

As transformações recentes pelas quais vem passando a agricultura aprofundaram-se durante os anos 70, com a destinação crescente da produção agrária para os subsetores industriais demandantes de matéria prima originada na agricultura e com a dependência cada vez maior das condições de produção no campo com relação aos subsetores industriais de máquinas e insumos agrários.

A nova dinâmica a que passou a estar submetida a agricultura imprimiu-lhe características próprias, não só naqueles segmentos espaciais mais diretamente sob a atuação das forças agrárias modernas, como, também, agiu como elemento de regulação das atividades agrárias nas novas áreas incorporadas no contexto dessa mesma dinâmica.

Algumas dessas características foram tratadas através da análise de dados censitários agropecuários de 1970, 1975 e 1980 e dos resultados, ainda sujeitos a retificação, do Censo Agropecuário de 1985, tendo ficado o espectro dos indicadores analisados na dependência da disponibilidade restrita dos dados referentes a 1985.

A forma de apresentação dos dados e das informações - números absolutos, variações, percentuais, gráficos e mapas - coloca à disposição do usuário um conjunto de elementos de que ele se pode valer de modo mais imediato, ao mesmo tempo que os breves comentários efetuados chamam a atenção para aspectos merecedores de

aprofundamento e de reflexão adicional.

Esta visão, ainda que parcial da evolução recente da agricultura, destina-se a entidades ligadas ao campo, no âmbito patronal ou dos trabalhadores, a órgãos ligados à decisão e à ação e a todos aqueles que, interessados na temática agrária, consideram importante repensar o rumo das atividades produtivas e da questão social que lhe é inerente.

Tratadas diretamente, ou percebidas através dos grandes números, emergem grandes questões associadas a excessos - de velocidade de incorporação de terras, de expansão de alguns usos da terra, de adoção indiscriminada de práticas modernas - ou a carências - de terra para grandes segmentos da população, de assistência técnica para elevados contingentes de produtores e de formas associativistas não discriminadoras da pequena produção à margem das formas modernas de produzir e de distribuir na agricultura. Emergem, também, as grandes diferenciações espaciais na estrutura da agricultura brasileira, fazendo parecer que a alguns segmentos espaciais ficou reservado o lado vantajoso dos " excessos ", enquanto que a outros ficou destinada a desvantagem do somatório das "carências".

As autoras esperam que esta visão, apesar de incompleta, da realidade agrária brasileira, possa servir ao entendimento de que a agricultura, embora preservando especificidades, como atividade econômica, coloca-se, hoje, num jogo de forças sociais com interesses radicados fora da agricultura ou no seu setor moderno. Dessa forma, as suas

grandes questões atuais estão à espera de respostas que tomem em conta essas características da agricultura contemporânea para incorporar à cidadania os segmentos mais desfavorecidos do campo. Este é o desafio posto para os anos 90.

EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS

O crescimento da área dos estabelecimentos constitui-se num dos aspectos fundamentais da caracterização recente da agricultura brasileira, não pela circunstância de se erigir em um fato novo mas pelo novo significado de que ele se reveste no contexto de construção de uma agricultura moderna.

Os aumentos registrados na área dos estabelecimentos rurais no período focalizado mostram magnitudes sem precedentes, na década de 1970, traduzindo uma vertente do crescimento da agricultura altamente associada à sua face moderna. Com efeito, o acréscimo de 70708955 hectares à área dos estabelecimentos no período 1970-80, mais concentrado no segundo quinquênio da década, representa, por um lado, a própria expansão da agricultura moderna em áreas recém-integradas à produção e, por outro, uma consequência direta da mobilidade populacional ocorrida a partir das áreas de agricultura modernizada em direção a espaços potencialmente absorvedores da força de trabalho deslocada pelas transformações ocorridas no processo produtivo e nas relações de trabalho.

Aos primeiros cinco anos da década de 1980 corresponderam somente 13,9% do crescimento verificado na

área dos estabelecimentos, nos quinze anos sob observação, refletindo o fraco dinamismo registrado nos anos 80, por contraste com o ritmo de crescimento característico da década anterior.

Examinado em sua dimensão espacial, o crescimento da área dos estabelecimentos revela-se concentrado naqueles espaços fracamente ocupados até o início da década de 1970 e que foram objeto de políticas de concessão de subsídios à sua ocupação. As áreas de cerrado e da mata amazônica, correspondendo às regiões Centro Oeste, Norte e parte do Nordeste foram aceleradamente ocupadas num processo que, se excedeu de muito a demanda efetiva por novos espaços produtivos, atendeu à lógica da apropriação privada de extensas áreas no contexto da acumulação capitalista no País.

No quinquênio 1970-75, a expansão da área dos estabelecimentos ocorrida no Centro Oeste representou 41,2% do crescimento total do espaço agrário nacional e constituiu-se na contrapartida do forte impulso modernizador verificado no Sul e no Sudeste e na consequência direta dos estímulos à ocupação empresarial nas terras de cerrado às quais bem se ajustava a tratorização e a quimificação, então em processo de acelerada difusão no Brasil. A Região Norte e, em especial, o estado do Pará se viram também envolvidos no processo de ocupação de novos espaços apoiado nos fortes incentivos contidos nas políticas governamentais. No Nordeste, o Estado da Bahia já desponta como um território de operação

dos processos de ocupação de novas áreas e de difusão rápida da grande agricultura moderna.

O segundo quinquênio da década de 1970, concentrador da metade do crescimento do espaço agrário nos quinze anos observados, apresentou quanto a este aumento da área dos estabelecimentos, características muito semelhantes às dos primeiros cinco anos da década, na medida que a ocupação subsidiada da fronteira se reforça e o Centro Oeste detém posição hegemônica nesse processo, com quase metade da expansão horizontal da agricultura verificada no período. O Estado de Mato Grosso, sediando formas diferenciadas de apropriação do espaço - grandes empresas individuais, grupos empresariais, cooperativas, colonização oficial e privada - lidera, na Região, a ampliação da área dos estabelecimentos.

O Norte do País apresentou, sobretudo no Pará e em Rondônia, grande expansão do espaço agrário, o primeiro atraindo, em especial, a grande empresa agropecuária e o segundo servindo à reprodução da pequena produção emigrada da Região Sul. Tal expansão irá servir, na década subsequente, de argumento à forte mobilização em torno da questão ambiental agravada pelo desenvolvimento de atividades de natureza não agrária. Em que pese a expressão da ocupação da fronteira norte, no quinquênio em questão, ela é ultrapassada pela ocupação de novos espaços nordestinos representada, em particular, pela Bahia e, secundariamente, pelo Maranhão, Estados nos quais se desdobraram as formas empresariais da grande lavoura

moderna do Sul, do Sudeste e do Centro Oeste modernizado.

O início da década de 1980, quanto à expansão da área dos estabelecimentos, além da já apontada redução da magnitude da incorporação de novos espaços em decorrência, sobretudo, das condições menos vantajosas do crédito rural, apresenta como característica o fato de o Centro Oeste, representado basicamente por Mato Grosso, dividir com o Estado da Bahia a liderança quanto à ampliação do espaço agrário. O oeste baiano, que desde a década anterior vinha mostrando expressivos sinais de que viria a firmar posição no panorama da agricultura moderna, passou, a partir da formação de uma infraestrutura de suporte à agricultura, a emergir como localização preferencial para as iniciativas empresariais com interesses radicados no Centro Sul. Mato Grosso, embora em ritmo bem mais lento do que na década precedente, recebe diferentes agentes de apropriação do espaço, ressaltando, no período em questão, as formas empresariais de organização das atividades agrárias.

Na Região Norte concentra-se parcela expressiva do aumento da área dos estabelecimentos no período 1980-85, sendo o Estado do Pará aquele no qual se concentrou o fenômeno em termos regionais. A magnitude da incorporação de novas áreas paraenses representou 27,0% da expansão da área dos estabelecimentos no País nos primeiros anos da década de 1980, o que permite avaliar a intensidade com que se vem efetuando a nova ocupação do território nas terras predominantemente florestais do Brasil setentrional. É o forte componente especulativo característico dessa ocupação o

ponto em torno do qual se tem centrado o protesto dos grupos ecológicos que condenam a forma desordenada pela qual a natureza vem cedendo lugar aos interesses da reprodução do capital.

TABELA 1
 AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	AREA (ha)			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	294.145.466	323.896.082	364.854.421	376.753.480
Região Norte	23.182.145	32.615.964	41.559.420	45.143.365
Região Nordeste	74.298.713	78.690.488	88.443.907	92.715.569
Região Sudeste	69.500.950	72.463.938	73.502.906	73.744.878
Região Sul	45.458.035	46.172.034	47.911.723	48.129.904
Região Centro-Oeste	81.705.624	93.953.658	113.436.463	117.019.764
Rondônia	1.631.640	3.082.052	5.223.631	6.086.281
Acre	4.122.085	4.291.777	5.679.533	5.253.887
Amazonas	4.475.940	6.497.199	7.009.595	5.631.093
Roraima	1.594.397	1.836.201	2.463.107	2.152.959
Pará	10.754.828	16.166.733	20.448.422	24.810.777
Amapá	603.254	742.001	735.129	1.208.368
Maranhão	10.794.912	12.409.068	15.134.237	15.567.372
Piauí	9.606.731	10.523.517	11.162.097	11.853.247
Ceará	12.104.811	10.991.580	11.743.270	11.138.786
Rio Grande do Norte	4.571.683	4.376.360	4.513.494	4.399.306
Paraíba	4.582.831	4.736.226	4.906.467	4.884.700
Pernambuco	6.393.597	6.294.682	6.655.796	6.720.834
Alagoas	2.238.523	2.284.369	2.396.571	2.369.586
Sergipe	1.743.200	1.809.540	1.897.773	1.919.722
Bahia	22.260.827	25.263.546	30.032.597	33.862.016
Minas Gerais	42.009.504	44.623.333	46.362.289	45.862.152
Espírito Santo	3.759.360	3.838.842	3.798.228	3.900.471
Rio de Janeiro	3.316.063	3.446.175	3.181.387	3.310.648
São Paulo	20.416.024	20.555.588	20.161.000	20.671.607
Paraná	14.625.530	15.630.961	16.380.332	16.809.632
Santa Catarina	7.025.326	6.877.280	7.473.778	7.425.023
Rio Grande do Sul	23.807.180	23.663.793	24.057.612	23.895.249
Mato Grosso do Sul	-----	28.692.584	30.743.739	31.108.387
Mato Grosso	45.752.567	21.949.147	34.554.549	38.346.020
Goiás	35.783.038	43.126.867	47.853.028	47.251.021
Distrito Federal	170.019	185.061	285.146	314.336

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 2
VARIÇÃO ABSOLUTA DA AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIÇÃO ABSOLUTA DA AREA (ha)		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	29.750.616	40.958.339	11.899.059
Região Norte	9.433.819	8.943.456	3.583.945
Região Nordeste	4.391.775	9.753.419	4.271.662
Região Sudeste	2.962.988	1.038.968	241.972
Região Sul	713.999	1.739.689	218.181
Região Centro-Oeste	12.248.034	19.482.805	3.583.301
Rondônia	1.450.412	2.141.579	862.650
Acre	169.692	1.387.756	-425.646
Amazonas	2.021.259	512.396	-1.378.502
Roraima	241.804	626.906	-310.148
Pará	5.411.905	4.281.689	4.362.355
Amapá	138.747	-6.872	473.239
Maranhão	1.614.156	2.725.169	433.135
Piauí	916.786	638.580	691.150
Ceará	-1.113.231	751.690	-604.484
Rio Grande do Norte	-195.323	137.134	-114.188
Paraíba	153.395	170.241	-21.767
Pernambuco	-98.915	361.114	65.038
Alagoas	45.846	112.202	-26.985
Sergipe	66.340	88.233	21.949
Bahia	3.002.719	4.769.051	3.829.419
Minas Gerais	2.613.829	1.738.956	-500.137
Espírito Santo	79.482	-40.614	102.243
Rio de Janeiro	130.112	-264.788	129.261
São Paulo	139.564	-394.588	510.607
Paraná	1.005.431	749.371	429.300
Santa Catarina	-148.046	596.498	-48.755
Rio Grande do Sul	-143.387	393.819	-162.363
Mato Grosso do Sul	-----	2.051.155	364.648
Mato Grosso	4.889.164	12.605.402	3.791.471
Goiás	7.343.829	4.726.161	-602.007
Distrito Federal	15.042	100.085	29.190

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

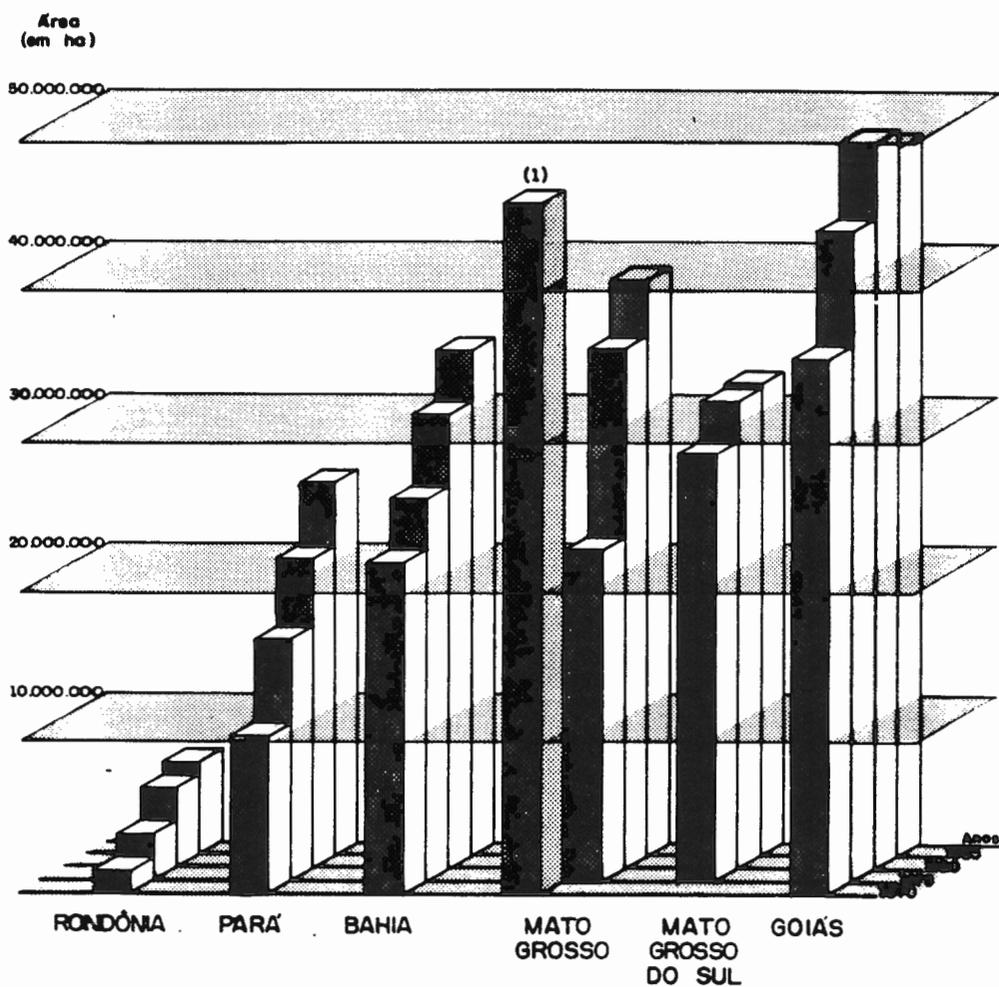
TABELA 3
VARIACÃO RELATIVA DA AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIACÃO RELATIVA DA AREA (ha)		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	10,1	12,6	3,3
Região Norte	40,7	27,4	8,6
Região Nordeste	5,9	12,4	4,8
Região Sudeste	4,3	1,4	0,3
Região Sul	1,6	3,8	0,5
Região Centro-Oeste	15,0	20,7	3,2
Rondônia	88,9	69,5	16,5
Acre	4,1	32,3	-7,5
Amazonas	45,2	7,9	-19,7
Roraima	15,2	34,1	-12,6
Pará	50,3	26,5	21,3
Amapá	23,0	-0,9	64,4
Maranhão	14,9	22,0	2,9
Piauí	9,5	6,1	6,2
Ceará	-9,2	6,8	-5,1
Rio Grande do Norte	-4,3	3,1	-2,5
Paraíba	3,3	3,6	-0,4
Pernambuco	-1,5	5,7	1,0
Alagoas	2,0	4,9	-1,1
Sergipe	3,8	4,9	1,2
Bahia	13,5	18,9	12,7
Minas Gerais	6,2	3,9	-1,1
Espírito Santo	2,1	-1,1	2,7
Rio de Janeiro	3,9	-7,7	4,1
São Paulo	0,7	-1,9	2,5
Paraná	6,9	4,8	2,6
Santa Catarina	-2,1	8,7	-0,6
Rio Grande do Sul	-0,6	1,7	-0,7
Mato Grosso do Sul	----	7,1	1,2
Mato Grosso	10,7	57,4	11,0
Goiás	20,5	11,0	-1,3
Distrito Federal	8,8	54,1	10,2

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Gráfico 1

EVOLUÇÃO DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS 1970 - 1985



(1) Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

FONTE: IBGE/Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985

GRAU DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Como corolário da expansão das forças agrárias modernas que implicaram elevada ampliação do espaço da agricultura, coloca-se o sensível aumento da participação da área dos estabelecimentos na área territorial, no período analisado.

Com efeito, de 1970 a 1985, em escala nacional, aumenta de 34,8% para 44,6% a participação da área dos estabelecimentos na superfície terrestre do País. Esse dado médio encobre grandes diferenciações espaciais quanto ao ritmo, à magnitude e ao conteúdo da expansão registrada em outras escalas territoriais.

Nas Regiões Sul e Sudeste, respectivamente a primeira e a segunda quanto ao grau de ocupação do território, a operação das forças modernas na agricultura, com a difusão acentuada de novos cultivos, resultou num aproveitamento mais intenso das áreas dos estabelecimentos e na incorporação de espaços intersticiais à aqueles já apropriados no início da década de 1970.

Ao final do período 1970-85, a Região Sul apresentava um grau de ocupação territorial de 85,6% e a Região Sudeste de 80,3%. As duas Regiões mostraram, como característica comum, a estabilização da taxa de ocupação nos anos 80, o que, por um lado, pode ser atribuído ao contexto econômico recessivo e, por outro, pode ser creditado à aproximação dos limites da expansão do espaço

agrário que, em ambas as regiões, por força da evolução histórica da agricultura, já não apresenta potencial significativo de ampliação.

Em contraste com esse recorte mais consolidado da estrutura espacial do País, coloca-se a vasta área da fronteira na qual diferentes formas de apropriação do espaço imprimiram um ritmo acentuado à incorporação de novas superfícies, aumentando de modo significativo o grau de ocupação do território.

A interiorização da ocupação, sintetizando interesses conflitivos de diferentes segmentos da sociedade foi uma das marcas da reorganização espacial no período sob análise. Papel especial foi reservado ao Centro Oeste na nova divisão territorial do trabalho, cabendo-lhe, por um lado, a redefinição de uma atividade tradicional-a pecuária- e, por outro lado, a participação na vertente moderna da produção de grãos. Como resultado da acelerada incorporação de terras de cerrado e do segmento amazônico do Centro Oeste, o grau de ocupação territorial passou de 43,5% a 62,3%, de 1970 a 1985, deixando indicado que, ao final do período, a Região ainda apresentava considerável potencial para abrigar novos empreendimentos agropecuários. Isto traz à discussão a conveniência de regular a ocupação de novas áreas, diante das experiências vivenciadas de conflitos entre as formas de realização da produção e as características ambientais regionais.

Internamente ao Centro Oeste, Mato Grosso do Sul participa de características de estados do Sul e do Sudeste no que toca às formas de expansão de atividades e ao grau

de ocupação do território, tendo 88,7% de sua superfície ocupados com estabelecimentos rurais em 1985. Foi muito intenso o ritmo de ocupação de Mato Grosso, em especial no segundo quinquênio da década de 1970, quando a apropriação oficialmente incentivada das terras concretizou-se em empreendimentos agropecuários de notável extensão, elevando a taxa de ocupação de 24,9% a 43,5%, de 1975 a 1985. Partindo de níveis mais altos de ocupação e apresentando, portanto, ao final do período, menor potencial para expansão do espaço agrário, coloca-se Goiás que, à semelhança de Mato Grosso, registrou intenso ritmo de ocupação do território, em razão de incentivos oficiais expressos, inclusive, na melhoria de suas condições de acessibilidade e de integração aos centros mais desenvolvidos do País.

A Região Nordeste mostrou elevação significativa de seu grau de ocupação devido, sobretudo, à ampliação do espaço agrário no Maranhão e na Bahia e, em especial, neste último Estado. No Nordeste, a percentagem da área dos estabelecimentos na área territorial elevou-se de 48,3% em 1970 a 60,2% em 1985, reflexo da ocupação das terras maranhenses e baianas, quer pela vertente camponesa intrarregional, quer pela vertente empresarial de procedência extrarregional. Na Bahia, a taxa de ocupação passou de 39,7% a 60,5%, de 1980 a 1985, deixando indicado o ritmo acelerado de incorporação de terras e, ao mesmo tempo, o potencial de expansão futura. No Maranhão, são ainda altas as possibilidades de ocupação territorial pois, em 1985, menos da metade de sua superfície era constituída

por estabelecimentos rurais. Participando do amplo espaço da fronteira, seria desejável que o ritmo subsequente de ampliação da ocupação dos territórios desses Estados pudesse se dar dentro de um processo mais controlado de apropriação e utilização das terras, que atendesse a interesses de segmentos mais amplos da população.

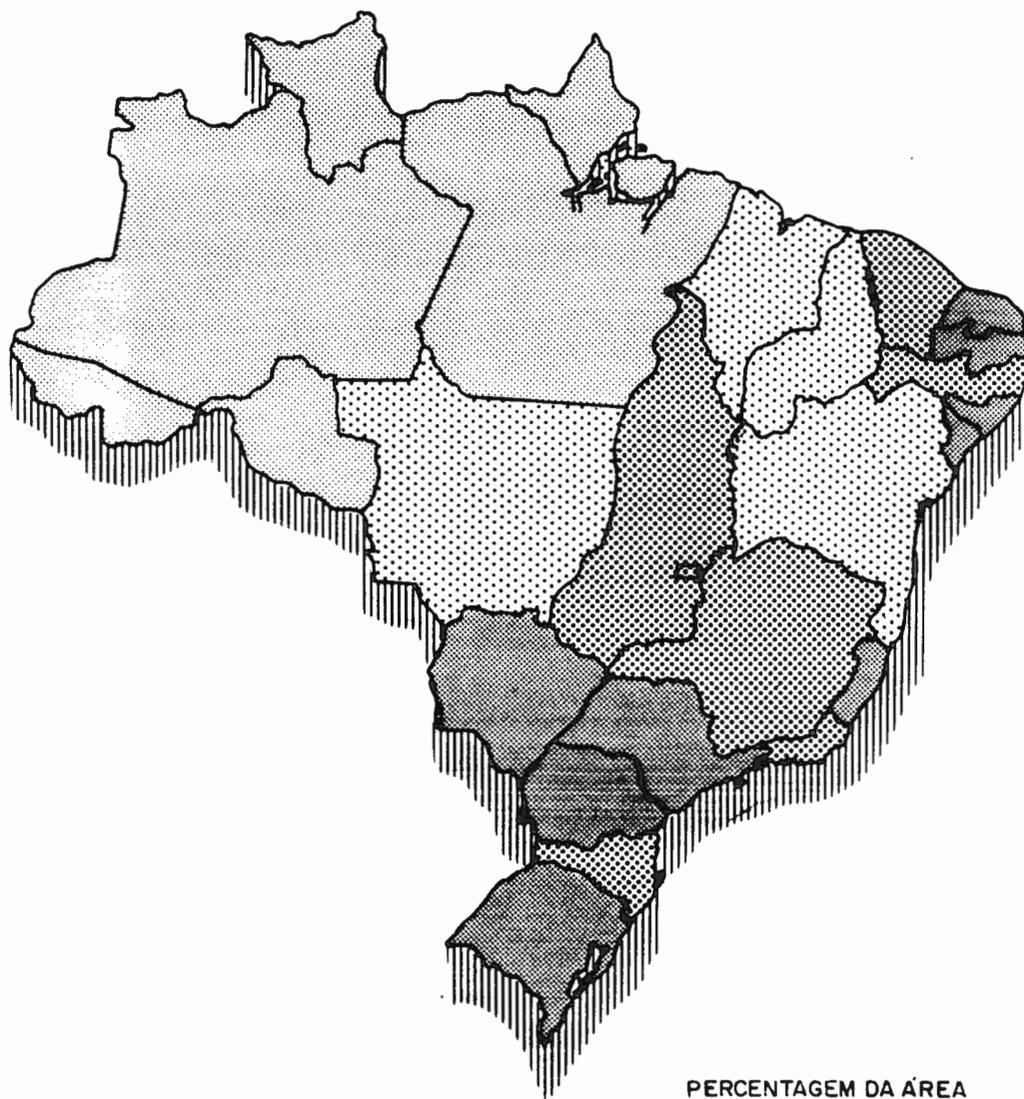
Esta observação é igualmente válida para a Amazônia que, a despeito da acelerada ocupação apresentava, em 1985, somente 12,7% de seu território ocupados com estabelecimentos rurais sendo oportuno, contudo, registrar que dada a sua vasta extensão, espaços de amplas dimensões foram conquistados no período, uma vez que, em 1970, apenas 6,5% da superfície terrestre da Região Norte eram constituídos por estabelecimentos rurais. Esses números expressam realidades diferenciadas, uma vez que Estados como Rondônia e Pará, pela velocidade da ocupação registrada no período, já se situavam em patamares mais elevados de ocupação em 1985, respectivamente, 25,0% e 20,2%. Mais do que a velocidade, o caráter desordenado é que deu a tônica à ocupação da Amazônia, levantando uma polêmica que, é de supor, possa servir a uma disposição de direcionar a ocupação futura segundo um zoneamento econômico-ambiental que permita conciliar as perspectivas de desenvolvimento com a preservação dos recursos regionais, articuladamente aos valores dominantes na sociedade brasileira.

TABELA 4
GRAU DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DA AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS NA AREA TERRITORIAL			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	34,8	38,3	43,2	44,6
Região Norte	6,5	9,2	11,7	12,7
Região Nordeste	48,3	51,4	57,1	60,2
Região Sudeste	75,6	78,9	80,0	80,3
Região Sul	80,9	82,1	85,2	85,6
Região Centro-Oeste	43,5	50,0	60,4	62,3
Rondônia	6,7	12,7	21,5	25,0
Acre	27,0	28,1	37,2	34,4
Amazonas	2,9	4,2	4,5	3,6
Roraima	6,9	8,0	10,7	9,4
Pará	8,8	13,2	16,7	20,2
Amapá	4,3	5,3	5,3	8,7
Maranhão	33,2	38,2	46,6	48,0
Piauí	38,3	41,9	44,5	47,2
Ceará	82,4	74,9	80,0	75,9
Rio Grande do Norte	86,2	82,5	85,1	83,0
Paraíba	81,3	84,0	87,0	86,6
Pernambuco	65,0	64,0	67,7	68,4
Alagoas	80,9	82,6	86,7	85,7
Sergipe	79,3	82,3	86,3	87,3
Bahia	39,7	45,1	53,6	60,5
Minas Gerais	72,1	76,6	79,6	78,7
Espírito Santo	82,4	84,2	83,3	85,5
Rio de Janeiro	76,6	79,6	73,5	76,4
São Paulo	82,5	83,1	81,5	83,6
Paraná	73,5	78,5	82,3	84,4
Santa Catarina	73,6	72,0	78,3	77,8
Rio Grande do Sul	89,0	88,4	89,9	89,3
Mato Grosso do Sul	----	81,8	87,7	88,7
Mato Grosso	37,1	24,9	39,2	43,5
Goiás	55,7	67,2	74,5	73,6
Distrito Federal	29,5	32,1	49,4	54,5

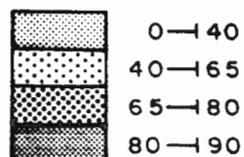
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

GRAU DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO



ESCALA
0 320 640 960km

PERCENTAGEM DA ÁREA
DOS ESTABELECIMENTOS
NA ÁREA TERRITORIAL



FONTE: IBGE / Censo Agropecuário - 1985

Mapa 1

EVOLUÇÃO DA ÁREA AGRÍCOLA

A evolução da área agrícola no período 1970-85, por estar claramente vinculada à constituição de um novo padrão agrário, apresenta um interesse muito especial no sentido de permitir associá-la a outros aspectos evidenciadores de um novo conjunto de articulações que se estabelece entre a agricultura e os demais segmentos da economia.

O acréscimo, no período sob enfoque de 18296730 hectares à área de lavoura no País, embora tivesse representado pouco mais de 1/5 das terras incorporadas no mesmo período, foi expressivo tendo-se em conta a evolução quantitativa anterior e considerando-se, em especial, o fato de a expansão agrícola recente estar associada a um quadro de consolidação do complexo agroindustrial.

São, com efeito, os aspectos qualitativos do crescimento da área agrícola - a modernização tecnológica, as alterações nas relações de trabalho, os vínculos com as indústrias fornecedoras de insumos e processadoras da produção, as articulações com o urbano em função dos novos esquemas de comercialização e dos serviços essenciais à agricultura moderna - que vão marcar um novo quadro de transformação assimilado a um novo padrão agrário.

A década de 1970 concentrou 82,6% do aumento total verificado no período 1970-85, representando um

momento da agricultura nacional no qual os efeitos expansivos do modelo agrícola estiveram altamente associados à constituição de um novo patamar técnico. A evolução registrada consolida as posições das Regiões Sul, Nordeste e Sudeste como as de maior expressão da lavoura e faz com que o Centro Oeste, até então, eminentemente pecuarista, passe a ocupar lugar de crescente importância no quadro agrícola nacional.

No quinquênio 1970-75, o Sul e o Centro Oeste concentraram, respectivamente, 32,6% e 32,4% do crescimento verificado na área de lavouras, destacando-se Rio Grande do Sul e Paraná, na primeira das Regiões e Mato Grosso e Goiás na segunda. O impulso ocorrido na superfície agrícola deveu-se fundamentalmente à expansão do complexo soja que, difundindo-se do Sul para o Centro Oeste, constitui-se numa das expressões mais fortes de uma agricultura articulada com o segmento industrial da economia. As Regiões Sudeste e Nordeste também apresentaram aumento expressivo da área em lavoura, reforçando a posição que já detinham no panorama agrícola do País. A Região Norte representada por Pará e Rondônia começa a evidenciar um tipo de expansão agrícola associado a uma dinâmica nacional de crescimento.

O segundo quinquênio da década de 1970 é caracterizado por um aprofundamento das tendências anteriormente registradas de difusão da lavoura moderna com ênfase na produção de grãos. A Região Centro Oeste e, em particular, o atual Estado de Mato Grosso e Goiás apresentam aumentos elevados da área agrícola, embora tenha

sido o Nordeste, a Região que deteve 1/3 do crescimento nacional da área de lavoura. Tal crescimento concentrou-se na Bahia, por força da participação da sua área ocidental no movimento global da expansão agrícola e no Ceará, como decorrência das profundas oscilações da área em lavouras associadas às condições climáticas, já que o quinquênio focalizado foi o único a registrar crescimento da superfície agrícola nesse Estado.

O início da década de 1980 é marcado por um ritmo de crescimento da área em lavoura bem inferior ao da década precedente. Os incentivos financeiros, que propiciaram a expansão da lavoura nos anos 70, não mais se constituíram em fator favorecedor da expansão agrícola, ficando a dinâmica do setor lavouras muito associada a políticas de crescimento regional, como é o caso dos cerrados do Centro-Oeste e de parte das Regiões vizinhas, ou a programas setoriais de estímulo a produtos específicos como o ocorrido com o cultivo da cana-de-açúcar.

A Região Sudeste concentrou quase a metade do crescimento da superfície agrícola no quinquênio 1980-85, cabendo aos seus dois Estados de maior peso econômico - São Paulo e Minas Gerais - a hegemonia do crescimento das lavouras, mesmo em nível nacional. A Região Centro Oeste, claramente integrada à dinâmica do complexo agroindustrial, teve reforçado o seu setor agrícola sobressaindo-se como a segunda, no período, quanto ao aumento da superfície em lavouras. O Estado de Mato Grosso teve uma participação no crescimento nacional da área agrícola muito semelhante à

dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, em razão da multiplicação das iniciativas empresariais de expansão do cultivo de grãos, como desdobramento de empreendimentos de agricultores ou de grupos econômicos do Sul e do Sudeste.

No início da década de 1980 reforçaram-se, na Região Norte, que deteve quase 1/10 do crescimento nacional da área agrícola, as formas de apropriação do espaço por pequenos produtores agrícolas de procedência extrarregional, como ocorre em Rondônia, e por grandes empresas individuais ou fortes grupos que, se estabelecendo no Pará, conferem-lhe uma modalidade de crescimento agrário associada a processos de ampla escala.

Nesse sentido, o que se verificou, nos anos 80 em termos de expansão agrícola retrata bem o reforço do centro hegemônico da agricultura capitalista no País - o Sudeste - e a integração crescente dos espaços de fronteira a um movimento global de crescimento que transcende os interesses de âmbito estritamente nacional.

TABELA 5
AREA TOTAL DAS LAVOURAS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	AREA (ha)			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	33.983.796	40.001.351	49.104.263	52.280.526
Região Norte	617.131	1.195.369	1.743.645	2.041.650
Região Nordeste	10.322.882	11.033.231	14.191.950	14.438.334
Região Sudeste	9.612.403	10.431.569	12.117.074	13.596.962
Região Sul	11.028.453	12.991.457	14.571.446	14.511.109
Região Centro-Oeste	2.402.926	4.349.725	6.480.145	7.692.471
Rondônia	44.636	193.463	373.431	536.174
Acre	35.307	41.187	76.608	68.724
Amazonas	154.703	204.532	330.899	305.536
Roraima	5.174	27.098	29.371	27.781
Pará	366.958	704.027	913.449	1.068.924
Amapá	10.353	25.061	19.882	34.511
Maranhão	763.305	1.055.955	1.405.004	1.314.488
Piauí	636.092	686.538	993.010	1.081.953
Ceará	2.359.443	2.140.125	2.907.670	2.447.847
Rio Grande do Norte	771.895	826.266	1.159.509	1.032.701
Paraíba	1.181.862	1.141.061	1.380.662	1.232.206
Pernambuco	1.472.734	1.561.346	1.841.156	1.857.458
Alagoas	571.705	719.190	888.106	999.780
Sergipe	202.382	239.142	252.543	313.165
Bahia	2.363.444	2.663.581	3.364.275	4.158.736
Minas Gerais	3.542.477	3.980.821	4.773.356	5.348.234
Espírito Santo	693.539	653.998	808.261	1.068.684
Rio de Janeiro	640.464	617.245	601.413	657.063
São Paulo	4.735.925	5.179.506	6.934.041	6.522.981
Paraná	4.718.606	5.627.534	6.085.021	6.058.665
Santa Catarina	1.331.676	1.434.433	1.803.809	1.865.095
Rio Grande do Sul	4.978.173	5.929.490	6.682.613	6.587.349
Mato Grosso do Sul	-----	1.274.627	1.642.001	1.893.658
Mato Grosso	753.749	501.267	1.553.248	2.126.281
Goiás	1.636.170	2.561.094	3.226.269	3.587.010
Distrito Federal	13.008	12.737	58.624	85.522

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985

TABELA 6
VARIACÃO ABSOLUTA DA AREA TOTAL DE LAVOURAS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIACÃO ABSOLUTA DA AREA (ha)		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	6.017.555	9.102.912	3.176.263
Região Norte	578.238	548.276	298.005
Região Nordeste	710.349	3.158.719	246.384
Região Sudeste	819.166	1.685.505	1.479.888
Região Sul	1.963.004	1.579.989	-60.337
Região Centro-Oeste	1.946.799	2.130.420	1.212.326
Rondônia	148.827	179.968	162.743
Acre	5.880	35.421	-7.884
Amazonas	49.829	126.367	-25.363
Roraima	21.924	2.273	-1.590
Pará	337.069	209.422	155.475
Amapá	14.708	-5.179	14.629
Maranhão	292.650	349.049	-90.516
Piauí	50.446	306.472	88.943
Ceará	-219.318	767.545	-459.823
Rio Grande do Norte	54.371	333.243	-126.808
Paraíba	-40.801	239.601	-148.456
Pernambuco	88.612	279.810	16.302
Alagoas	147.485	168.916	111.674
Sergipe	36.760	13.401	60.622
Bahia	300.137	700.694	794.461
Minas Gerais	438.344	792.535	574.878
Espírito Santo	-39.541	154.263	260.423
Rio de Janeiro	-23.219	-15.832	55.650
São Paulo	443.581	754.535	588.940
Paraná	908.928	457.487	-26.356
Santa Catarina	102.757	369.376	61.286
Rio Grande do Sul	951.317	753.123	-95.264
Mato Grosso do Sul	-----	367.374	251.657
Mato Grosso	1.022.145	1.051.981	573.033
Goiás	924.924	665.175	360.741
Distrito Federal	-271	45.887	26.898

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 7
VARIÇÃO RELATIVA DA ÁREA TOTAL DE LAVOURAS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIÇÃO RELATIVA DA ÁREA (ha)		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	17,7	22,8	6,5
Região Norte	93,7	45,9	17,1
Região Nordeste	6,9	28,6	1,7
Região Sudeste	8,5	16,2	12,1
Região Sul	17,8	12,2	-0,4
Região Centro-Oeste	81,0	49,0	18,7
Rondônia	333,4	93,0	43,6
Acre	16,6	86,0	-10,3
Amazonas	32,2	61,8	-7,7
Roraima	423,7	8,4	-5,4
Pará	91,8	29,7	17,0
Amapá	142,1	-20,7	73,6
Maranhão	38,3	33,1	-6,4
Piauí	7,9	44,6	9,0
Ceará	-9,3	35,9	-15,8
Rio Grande do Norte	7,0	40,3	-10,9
Paraíba	-3,4	21,0	-10,7
Pernambuco	6,0	17,9	0,9
Alagoas	25,8	23,5	12,6
Sergipe	18,2	5,6	24,0
Bahia	12,7	26,3	23,6
Minas Gerais	12,4	19,9	12,0
Espírito Santo	-5,7	23,6	32,2
Rio de Janeiro	-3,6	-2,6	9,2
São Paulo	9,4	14,6	9,9
Paraná	19,3	8,1	-0,4
Santa Catarina	7,7	25,7	3,4
Rio Grande do Sul	19,1	12,7	-1,4
Mato Grosso do Sul	----	28,8	15,3
Mato Grosso	135,6	209,9	36,9
Goiás	56,5	26,0	11,2
Distrito Federal	-2,1	360,3	45,9

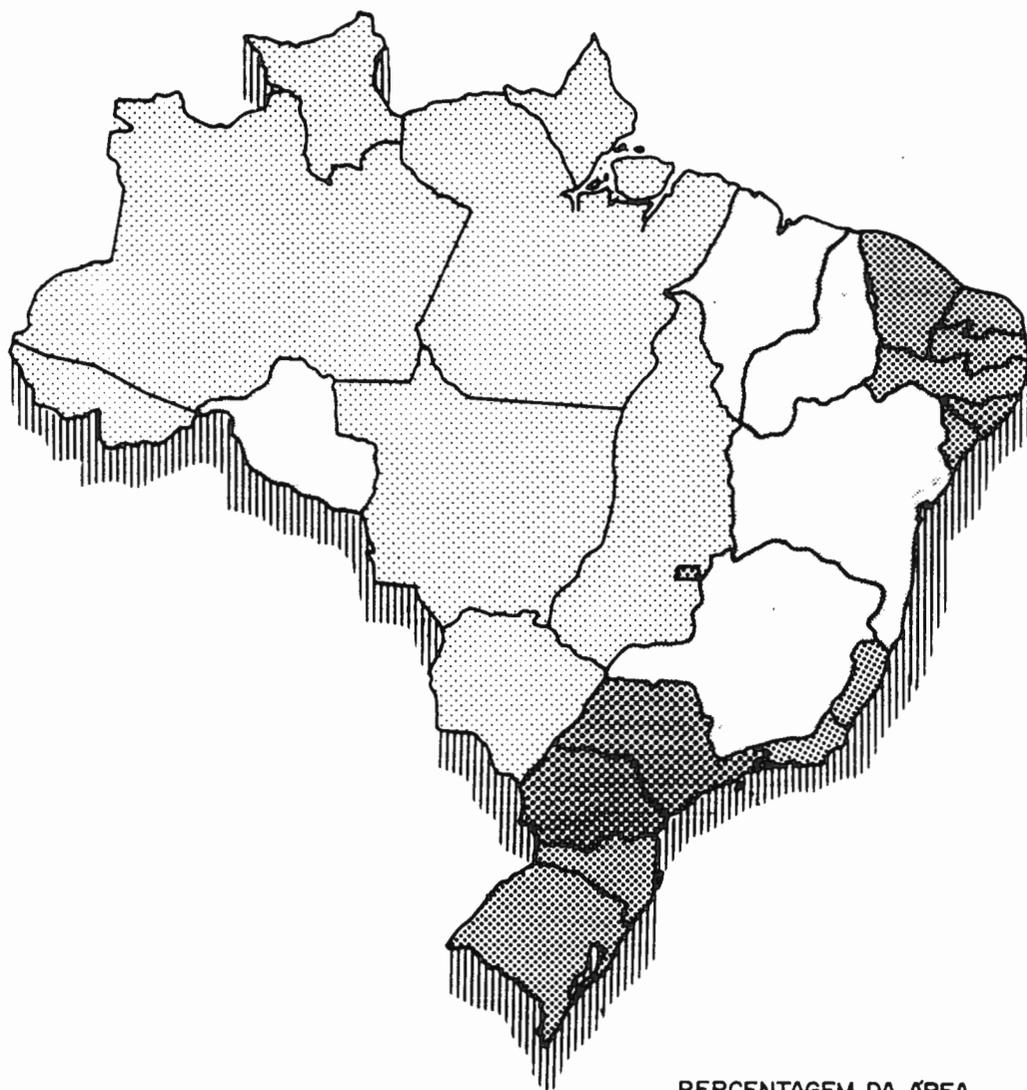
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 8
PARTICIPAÇÃO DA ÁREA AGRÍCOLA NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DA ÁREA DE LAVOURAS NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	11,5	12,3	13,5	13,9
Região Norte	2,7	3,7	4,2	4,5
Região Nordeste	13,9	14,0	16,0	15,6
Região Sudeste	13,8	14,4	16,5	18,4
Região Sul	24,3	28,1	30,4	30,1
Região Centro-Oeste	2,9	4,6	5,7	6,6
Rondônia	2,7	6,3	7,1	8,8
Acre	0,9	1,0	1,3	1,3
Amazonas	3,5	3,1	4,7	5,4
Roraima	0,3	1,5	1,2	1,3
Pará	3,4	4,3	4,5	4,3
Amapá	1,7	3,4	2,7	2,9
Maranhão	7,1	8,5	9,3	8,4
Piauí	6,6	6,5	8,9	9,1
Ceará	19,5	19,5	24,8	22,0
Rio Grande do Norte	16,9	18,9	25,7	23,5
Paraíba	25,8	24,1	28,1	25,2
Pernambuco	23,0	24,8	27,7	27,6
Alagoas	25,5	31,5	37,1	42,2
Sergipe	11,6	13,2	13,3	16,3
Bahia	10,6	10,5	11,2	12,3
Minas Gerais	8,4	8,9	10,3	11,7
Espírito Santo	18,4	17,0	21,3	27,4
Rio de Janeiro	19,3	17,9	18,9	19,8
São Paulo	23,2	25,2	29,4	31,6
Paraná	32,3	36,0	37,1	36,0
Santa Catarina	19,0	20,9	24,1	25,1
Rio Grande do Sul	20,9	25,1	27,8	27,6
Mato Grosso do Sul	----	4,4	5,3	6,1
Mato Grosso	1,6	2,3	4,5	5,5
Goiás	4,6	5,9	6,7	7,6
Distrito Federal	7,6	6,9	20,6	27,2

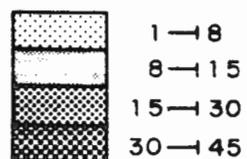
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

LAVOURAS



ESCALA
0 320 640 960 km

PERCENTAGEM DA ÁREA
DE LAVOURAS NA ÁREA
DOS ESTABELECIMENTOS



FONTE: IBGE / Censo Agropecuário—1985

Mapa 2

EVOLUÇÃO DA ÁREA EM PASTAGENS PLANTADAS

Indício de melhoria do sistema de criação de gado, mas, ao mesmo tempo a manifestação da utilização da terra em grandes extensões de áreas recém-incorporadas ao espaço agrário, a expansão dos pastos plantados, muito mais pela segunda razão do que pela primeira, constituiu-se em aspecto marcante da evolução da agricultura no período 1970-85.

Os 44.783.393 hectares de pastos formados no período focalizado representaram 54,5% do crescimento da área dos estabelecimentos e o fato de a incidência maior do fenômeno se ter registrado na Região Centro-Oeste constitui um forte indicativo de que a formação de pastos foi a forma fundamental de valorização dos grandes empreendimentos das duas últimas décadas.

O crescimento da área de pastos plantados foi mais acentuado no segundo quinquênio da década de 1970 que concentrou 46,7% do aumento da superfície em pastos verificado no período de quinze anos. Ao longo desse período, a área em pastos formados cresceu duas vezes e meia e teve como resultado um aumento substancial da participação desse uso da terra na área dos estabelecimentos que, tendo sido, em 1970, de 10,1% passou a ser, em 1985, de 19,8%, bem superior à participação da

área agrícola neste último ano de referência: 13,9%.

No quinquênio 1970-75, o de menor crescimento da superfície em pastos formados, no período analisado, a Região Centro Oeste concentrou 62,4% do aumento verificado no início da década, tendo sido equilibrada a expansão tanto no então Estado de Mato Grosso, quanto em Goiás. O impulso verificado na formação de pastos no cerrado já conferia a essa Região, em 1975, a primeira posição quanto à área em pastos plantados no Brasil, até então ocupada pela Região Sudeste. As demais Regiões apresentaram participações muito semelhantes no aumento da área de pastos formados, o que só virá a se contrastar nos subperíodos seguintes.

O quinquênio 1975-80, como já referido, o de mais elevado aumento da superfície em pastos plantados tem como área hegemônica, nesse processo, o Centro Oeste, que deteve 44,9% do crescimento registrado no quinquênio. Os incentivos oficiais à ocupação do cerrado e programas específicos destinados a transformar, radicalmente, a posição dessa Região na divisão do trabalho no País responderam por esse aspecto da evolução da agropecuária regional. A área do então criado Estado do Mato Grosso do Sul e a de Goiás, mais diretamente articuladas com os grandes centros de difusão da agricultura moderna, foram as mais amplamente envolvidas na passagem de uma pecuária de cria em terras de cerrado para um sistema de criação, em terras recém-incorporadas, que se baseava na cria e recria de gado de raças indianas em pastos plantados.

A Região Sudeste também se destacou nesse quinquênio quanto à formação de pastos, tendo sido o Estado de Minas Gerais, igualmente envolvido no processo de ocupação de terras de cerrado, aquele no qual foi mais expressivo o aumento da área de pastos formados. Ainda vinculada à expansão da pecuária em terras de cerrado de incorporação recente, está o grande aumento da área de pastos formados no Estado da Bahia, que correspondeu à metade da superfície acrescentada aos pastos formados na Região Nordeste

Chama a atenção a posição que vai sendo conquistada pela Região Norte no processo de formação de pastos, no qual é o Estado do Pará o que sintetiza a profunda transformação ocorrida no quadro regional da agricultura. Associada ao contexto de apropriação acelerada de novas terras como parte do movimento de acumulação de capital, situa-se a implantação desordenada de grandes empreendimentos pecuários em áreas de mata amazônica. Coube ao Estado do Pará o percentual de 7,5 da área de aumento de pastos formados no País nesse quinquênio, o que significou uma participação de 71,5% no crescimento da superfície de pastos da Região Norte.

A década de 1980, no seu primeiro quinquênio, mostra um reforço da posição do Pará no processo de expansão de pastos plantados no País, o que colocou a Região Norte como a segunda em termos de crescimento da área com pastos plantados. Os investimentos de fazendeiros individualmente ou de grandes grupos econômicos na pecuária

em terras da Amazônia fez elevar a participação de pastos plantados da Região Norte no total nacional de 2,1% a 7,9% de 1970 a 1985, sendo o patamar deste último ano muito próximo a aquele ocupado pela Região Sul.

Nos primeiros cinco anos da década de 1980 a supremacia quanto ao aumento da superfície em pastos plantados continuou com a Região Centro Oeste, que deteve 64,2% do crescimento nacional. Goiás e Mato Grosso do Sul foram as Unidades Federadas que responderam pela maior parte do crescimento sendo, contudo, importante registrar que o Estado de Mato Grosso deteve 15,1% do aumento registrado em nível nacional, em função da importância da pecuária como atividade econômica de grandes empreendimentos recentes de iniciativas extrarregionais que se implantam no Mato Grosso.

Nos anos 80, a fraca participação das Regiões Sudeste e Sul na expansão de pastos plantados deixou bem evidenciado que tal expansão, mais do que representar uma melhoria dos sistemas de criação de gado tem significado a importância da pecuária como atividade preferencial nas terras de fronteira do Centro Oeste e da Amazônia como parte de um processo de apropriação acelerada de terras inserida nas modernas formas de acumulação capitalista no País.

TABELA 9
 AREA TOTAL DE PASTAGENS PLANTADAS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	AREA (ha)			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	29.732.296	39.701.360	60.602.284	74.515.689
Região Norte	637.771	1.572.994	3.770.744	5.892.903
Região Nordeste	5.751.144	6.842.092	10.345.779	12.072.928
Região Sudeste	10.633.300	11.559.142	16.185.643	16.801.465
Região Sul	3.636.588	4.437.675	5.634.742	6.155.520
Região Centro-Oeste	9.073.494	15.289.457	24.665.374	33.592.873
Rondônia	41.006	164.524	510.184	883.875
Acre	22.256	70.113	197.996	264.705
Amazonas	81.327	71.850	165.683	271.659
Roraima	21.965	27.635	82.352	147.391
Pará	467.849	1.230.139	2.801.689	4.301.810
Amapá	3.368	8.733	12.837	23.463
Maranhão	634.787	1.218.217	2.158.366	2.793.450
Piauí	101.322	171.871	297.045	361.546
Ceará	73.007	80.645	126.667	112.071
Rio Grande do Norte	26.576	29.680	81.808	74.326
Paraíba	67.566	103.614	183.644	186.488
Pernambuco	210.832	333.037	500.906	556.647
Alagoas	225.585	325.219	407.135	319.291
Sergipe	508.939	609.278	815.111	686.814
Bahia	3.902.529	3.970.528	5.775.091	6.982.295
Minas Gerais	3.725.330	4.147.048	8.178.017	8.334.388
Espírito Santo	824.097	557.784	636.578	724.643
Rio de Janeiro	152.313	278.551	278.394	319.334
São Paulo	5.931.560	6.575.759	7.092.654	7.423.100
Paraná	2.700.281	3.299.025	3.986.067	4.585.253
Santa Catarina	379.303	426.786	587.831	544.741
Rio Grande do Sul	557.005	711.864	1.060.843	1.025.526
Mato Grosso do Sul	-----	5.213.256	9.068.931	12.124.039
Mato Grosso	4.695.690	2.602.607	4.693.320	6.789.557
Goiás	4.362.064	7.451.633	10.843.662	14.615.712
Distrito Federal	15.740	21.962	59.460	63.565

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 10
VARIACÃO ABSOLUTA DA AREA DE PASTAGENS PLANTADAS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIACÃO ABSOLUTA DA AREA (ha)		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	9.969.064	20.900.924	13.913.405
Região Norte	935.223	2.197.750	2.122.159
Região Nordeste	1.090.948	3.503.687	1.727.149
Região Sudeste	925.842	4.626.501	615.822
Região Sul	801.087	1.197.067	520.778
Região Centro-Oeste	6.215.963	9.375.917	8.927.499
Rondônia	123.518	345.660	373.691
Acre	47.857	127.883	66.709
Amazonas	-9.477	93.833	105.976
Roraima	5.670	54.717	65.039
Pará	762.290	1.571.550	1.500.121
Amapá	5.365	4.104	10.626
Maranhão	583.430	940.149	635.084
Piauí	70.549	125.174	64.501
Ceará	7.638	46.022	-14.596
Rio Grande do Norte	3.104	52.128	-7.482
Paraíba	36.048	80.030	2.844
Pernambuco	122.205	167.869	55.741
Alagoas	99.634	81.916	-87.844
Sergipe	100.339	205.833	-128.297
Bahia	67.999	1.804.563	1.207.204
Minas Gerais	421.718	4.030.969	156.371
Espírito Santo	-266.313	78.794	88.065
Rio de Janeiro	126.238	-157	40.940
São Paulo	644.199	516.895	330.446
Paraná	598.744	687.042	599.186
Santa Catarina	47.483	161.045	-43.090
Rio Grande do Sul	154.859	348.979	-35.317
Mato Grosso do Sul	-----	3.855.675	3.055.108
Mato Grosso	3.120.173	2.090.713	2.096.237
Goiás	3.089.569	3.392.029	3.772.050
Distrito Federal	6.222	37.498	4.105

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 11
VARIACÃO RELATIVA DA ÁREA DE PASTAGENS PLANTADAS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIACÃO RELATIVA DA ÁREA (%)		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	33,5	52,6	23,0
Região Norte	146,6	139,7	56,3
Região Nordeste	19,0	51,2	16,7
Região Sudeste	8,7	40,0	3,8
Região Sul	22,0	27,0	9,2
Região Centro-Oeste	68,5	61,3	36,2
Rondônia	301,2	210,1	73,2
Acre	215,0	182,4	33,7
Amazonas	-11,6	130,6	64,0
Roraima	25,8	198,0	79,0
Pará	163,0	127,7	53,5
Amapá	159,3	47,0	82,8
Maranhão	91,9	77,2	29,4
Piauí	69,6	72,8	21,7
Ceará	10,5	57,1	-11,5
Rio Grande do Norte	11,7	175,6	-9,1
Paraíba	53,3	77,2	1,5
Pernambuco	58,0	50,4	11,1
Alagoas	44,2	25,2	-21,6
Sergipe	19,7	33,8	-15,7
Bahia	1,7	45,4	20,9
Minas Gerais	11,3	97,2	1,9
Espírito Santo	-32,3	14,1	13,8
Rio de Janeiro	82,9	-0,1	14,7
São Paulo	10,9	7,9	4,7
Paraná	22,2	20,8	15,0
Santa Catarina	12,5	37,7	-7,3
Rio Grande do Sul	27,8	49,0	-3,3
Mato Grosso do Sul	-----	74,0	33,7
Mato Grosso	66,4	80,3	44,7
Goiás	70,8	45,5	34,8
Distrito Federal	39,5	170,7	6,9

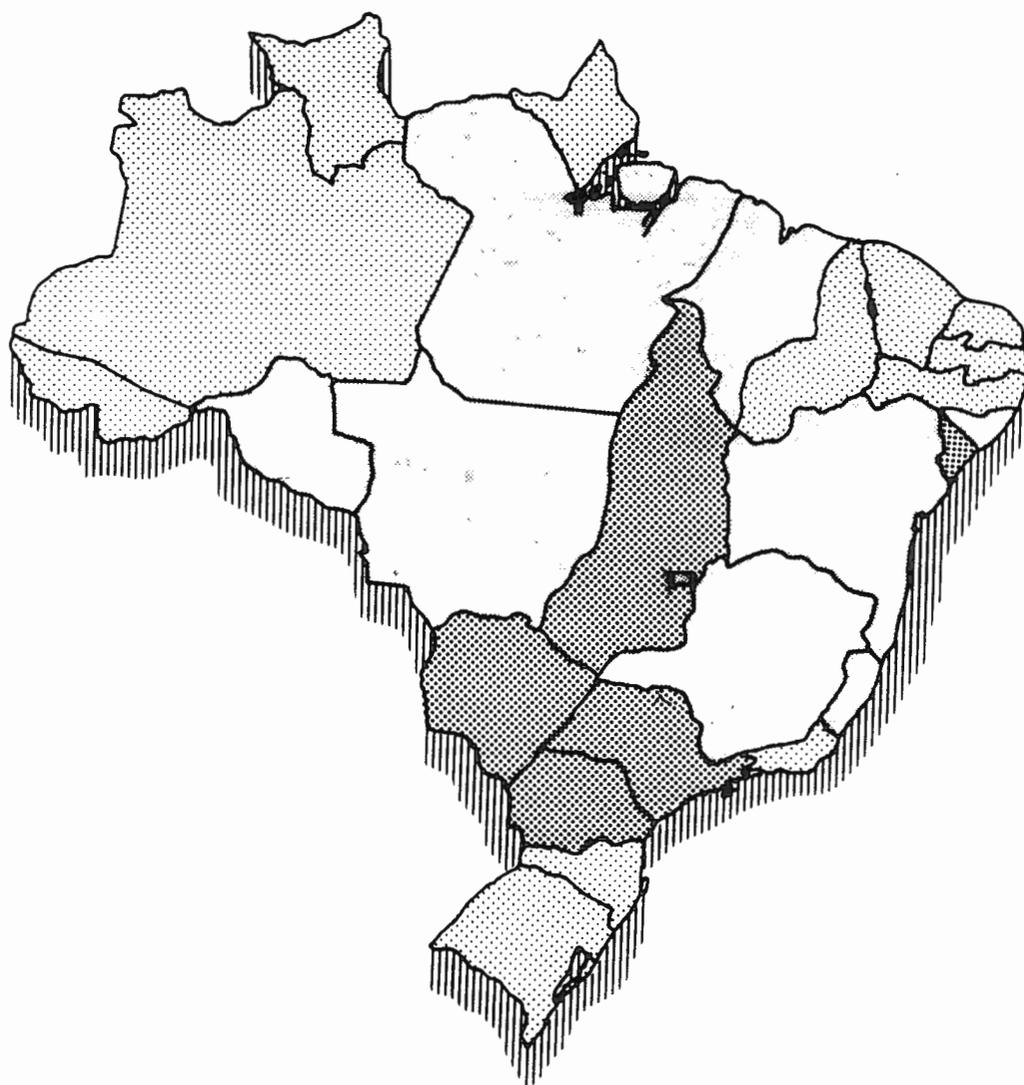
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 12
PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DE PASTAGENS PLANTADAS NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DA ÁREA DE PASTAGENS PLANTADAS NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	10,1	12,3	16,6	19,8
Região Norte	2,7	4,8	9,1	13,0
Região Nordeste	7,7	8,7	11,7	13,0
Região Sudeste	15,3	15,9	22,0	22,8
Região Sul	8,0	9,6	11,8	12,8
Região Centro-Oeste	11,1	16,3	21,7	28,7
Roraima	2,5	5,3	9,8	14,5
Acre	0,5	1,6	3,5	5,0
Amazonas	1,8	1,1	2,4	4,8
Roraima	1,4	1,5	3,3	6,8
Pará	4,3	7,6	13,7	17,3
Amapá	0,6	1,2	1,7	1,9
Maranhão	5,9	9,8	14,3	17,9
Piauí	1,0	1,6	2,7	3,0
Ceará	0,6	0,7	1,1	1,0
Rio Grande do Norte	0,6	0,7	1,8	1,7
Paraíba	1,5	2,2	3,7	3,8
Pernambuco	3,3	5,3	7,5	8,3
Alagoas	10,1	14,2	17,0	13,5
Sergipe	29,2	33,7	42,9	35,8
Bahia	17,5	15,7	19,2	20,6
Minas Gerais	8,9	9,3	17,6	18,2
Espírito Santo	21,9	14,5	16,8	18,6
Rio de Janeiro	4,6	8,1	8,7	9,6
São Paulo	29,0	32,0	35,2	35,9
Paraná	18,5	21,1	24,3	27,3
Santa Catarina	5,4	6,2	7,9	7,3
Rio Grande do Sul	2,3	3,0	4,4	4,3
Mato Grosso do Sul	----	18,2	29,5	39,0
Mato Grosso	10,3	11,9	13,6	17,7
Goiás	12,2	17,3	22,7	30,9
Distrito Federal	9,3	11,9	20,8	20,2

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

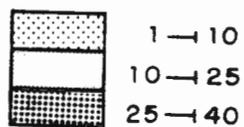
PASTOS PLANTADOS



ESCALA
0 320 640 960 km

FONTE: IBGE /Censo Agropecudrio-1985

PERCENTAGEM DA ÁREA
DE PASTAGENS PLANTADAS
NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS



Mapa 3

MECANIZAÇÃO

A difusão acelerada da mecanização representou um dos traços marcantes da evolução da agricultura brasileira no período 1970-85, claramente apreendido pelo fato de o aumento do número de tratores nesse período ter representado 74,6% do parque dessas máquinas em 1985.

Expressando um dos aspectos da configuração do complexo agro-industrial brasileiro, a utilização de máquinas na agricultura brasileira fez parte de um conjunto de transformações pelas quais passou o processo produtivo, articuladamente com mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho.

Constituindo-se em um dos aspectos da modernização da agricultura, a utilização de tratores no campo esteve associada à evolução da indústria de máquinas e de implementos agrícolas e às formas específicas de financiamento viabilizadoras da rápida adoção e difusão do equipamento moderno.

Se em períodos anteriores a 1970 já se esboçavam áreas caracterizadas pela mecanização das atividades agrícolas foi, efetivamente, a partir de 1970 que se acelerou o emprego de maquinaria no campo, quer em razão dos esquemas de financiamento referidos, e ativados no final da década de 1960, quer em função da ampliação do

elenco de cultivos, com a incorporação de produtos como a soja, consumidores de uma tecnologia específica na qual a mecanização aparecia como traço essencial.

Uma forma de avaliar o ritmo e a intensidade do processo de mecanização da agricultura no período em análise é a apreciação da relação trator/unidade produtiva. Com efeito, enquanto para o agregado nacional, essa relação era de 1 trator para 30 estabelecimentos em 1970, ela já decrescia a 1 para 9 em 1980, permanecendo estável em meados da década passada.

Esses valores médios nacionais encobrem diferenciações regionais significativas. De 1970 a 1985, na Região Sudeste, a relação trator/estabelecimento decresce de 11 para 4, assinalando a posição da Região quanto à importância da agricultura mecanizada. Se a Região Sul, em 1985, também apresentava a mesma relação de 1 trator para 4 estabelecimentos, vale destacar que a situação do início do período era de difusão menos acentuada de tratores do que no Sudeste, uma vez que, no Sul, em 1970, a relação trator/unidade produtiva era de 1 para 20. Mais veloz foi ainda a difusão da mecanização na região Centro-Oeste que de 1 trator para 24 estabelecimentos em 1970, passa a uma situação de 1 para 4 em 1985.

A posição muito semelhante dessas três Regiões referidas parece deixar claro que nelas se encontra caracterizado o espaço da agricultura moderna a partir da combinação de aspectos da evolução econômica precedente ao grande surto modernizador, de condições de circulação

favoráveis à realização da produção, de atuação de agências governamentais indutoras da modernização e de ações do setor industrial interessado no aprofundamento das articulações crescentes da agricultura com a indústria, constitutivas dos complexos agro-industriais.

A diferenciação em relação às Regiões Norte e Nordeste nas quais a agricultura moderna caracteriza segmentos espaciais restritos fica evidenciada na relação trator/estabelecimento: 1 para 82 no Norte e 1 para 74 no Nordeste, em 1985. Ainda que essa relação se tenha alterado muito no período observado, à medida que crescia, regionalmente, o parque de tratores, vale destacar que o ritmo de incorporação de máquinas foi menos intenso, mantendo a situação de forte contraste com relação ao espaço modernizado.

Esse contraste fica também evidente quando se verifica que, em 1985, a Região Norte participava com 0,9% do parque de tratores no Brasil e a Região Nordeste com 5,9%. Das Regiões nas quais operou, de forma acentuada o processo de mecanização da agricultura, a Região Sul era a que concentrava o maior número de tratores, em 1985, com 43,1% do total, detendo o Sudeste a segunda posição com 36,3%. A Região Centro-Oeste, de expansão recente de empreendimentos modernos em terras do Cerrado e da Mata Amazônica possuía 13,8% do número de tratores utilizados na agricultura brasileira.

Essa situação vigente em meados da década de 1980 se deveu em grande parte à evolução ocorrida no período

1970-85, durante o qual foram acrescentados 486.179 tratores ao processo produtivo no campo. A Região Sul foi a que, nos tres quinquênios do período, deteve a maior parcela do crescimento: 51,4% de 1970 a 1975, 40,3% no quinquênio seguinte e 43,4% nos primeiros cinco anos da década de 1980, em grande parte em razão do surto de expansão da soja em áreas caracterizadas por um perfil fundiário com domínio de pequenos e médios estabelecimentos.

A Região Sudeste ocupou a segunda posição quanto ao aumento do número de tratores no período 1970-85, concentrando próximo a 1/3 do número de máquinas acrescidas aos trabalhos agrários nesse período. A Região Centro Oeste caracterizou-se por uma participação crescente na variação registrada no número de tratores, concentrando, no primeiro quinquênio da década de 1980, 1/4 do crescimento do número de máquinas no País. Nesse quinquênio, Mato Grosso soma-se a Goiás e Mato Grosso do Sul como Unidade Federada que se destaca entre as que mais incorporaram maquinaria aos trabalhos agrários, em razão da implantação de estabelecimentos, frequentes desdobramentos de outros sediados regional ou extrarregionalmente em áreas de agricultura moderna.

Ao final dessa evolução, na qual a difusão da mecanização foi um dos elementos relevantes, a relação entre área dos estabelecimentos e número de tratores que expressa a área servida por 1 trator revelou também a hegemonia do Sul e do Sudeste, o primeiro com 1 trator

servindo a 171,0 hectares e o segundo com 1 trator para 311,7 hectares em 1985. Essas Regiões situam-se favoravelmente com relação à média nacional, muito influenciada por áreas de fraca difusão, do Nordeste e do Norte ou por áreas do Centro Oeste com estrutura fundiária de domínio de grandes estabelecimentos. A média nacional que era de 1 trator para 1773,3 hectares, em 1970, passou a 1 para 577,8 em 1985, devendo ser registrado que os primeiros anos da década de 1980 apenas reforçaram a mecanização que foi particularmente acentuada na década de 1970, durante a qual as condições de acesso ao crédito abundante para aquisição de maquinaria foram especialmente favoráveis.

Essa relação trator/área indica o caráter rarefeito da mecanização no Norte do País, onde a ocupação agrária moderna, restrita a segmentos espaciais localizados, resulta numa relação de 1 trator para 7.422,4 hectares. É de supor que essa relação venha a se alterar lentamente diante da mobilização em favor de uma expansão mais controlada da agricultura moderna com vistas a conciliar a ocupação econômica com a preservação das condições ambientais da Amazônia.

No Centro Oeste, em que pese a riqueza da flora e da fauna da formação vegetal do Cerrado, a sua ocupação acelerada não tem despertado notória polêmica e a expansão da agricultura moderna tem se dado num ritmo intenso expresso na redução de 7.901,9 para 1.302,9 hectares na área servida por trator de 1970 a 1985. Na medida que os

adeptos da desaceleração da ocupação da Amazônia, colocam as terras do Cerrado como alternativa para a expansão do espaço econômico e na falta da referida mobilização contra a ocupação acelerada do Cerrado é de imaginar que se tenha acentuado a difusão da mecanização nas terras centrais do País.

TABELA 13
TRATORES UTILIZADOS NA AGRICULTURA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NUMERO			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	165.870	323.113	545.205	652.049
Região Norte	1.127	1.733	6.295	6.082
Região Nordeste	7.281	15.074	38.046	38.278
Região Sudeste	82.517	131.881	202.571	236.580
Região Sul	64.605	145.393	234.902	281.295
Região Centro-Oeste	10.340	29.032	63.391	89.814
Rondônia	52	68	570	1.007
Acre	24	45	248	204
Amazonas	73	102	488	459
Roraima	5	29	127	126
Pará	935	1.440	4.784	4.195
Amapá	38	49	78	91
Maranhão	168	372	2.304	2.708
Piauí	244	370	1.622	1.960
Ceará	734	1.419	3.881	3.788
Rio Grande do Norte	570	1.213	3.029	2.927
Paraíba	822	1.416	3.109	2.692
Pernambuco	1.519	2.570	5.081	4.467
Alagoas	965	2.294	3.736	3.567
Sergipe	420	1.056	1.934	1.951
Bahia	1.838	4.342	13.349	14.218
Minas Gerais	10.187	22.685	49.428	58.813
Espírito Santo	1.131	1.940	5.334	8.797
Rio de Janeiro	3.986	5.897	9.070	9.406
São Paulo	67.213	101.359	138.739	159.564
Paraná	18.619	52.498	81.727	99.143
Santa Catarina	6.063	15.641	33.105	45.471
Rio Grande do Sul	39.923	77.254	120.070	136.681
Mato Grosso do Sul	-----	12.291	23.162	30.745
Mato Grosso	4.386	2.643	11.156	19.225
Goiás	5.692	13.634	27.600	37.762
Distrito Federal	262	464	1.473	2.082

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 14
VARIACÃO ABSOLUTA DO NÚMERO DE TRATORES

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIACÃO ABSOLUTA DO NÚMERO		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	157.243	222.092	106.844
Região Norte	606	4.562	-213
Região Nordeste	7.793	22.972	232
Região Sudeste	49.364	70.690	34.009
Região Sul	80.788	89.509	46.393
Região Centro-Oeste	18.692	34.359	26.423
Rondônia	16	502	437
Acre	21	203	-44
Amazonas	29	386	-29
Roraima	24	98	-1
Pará	505	3.344	-589
Amapá	11	29	13
Maranhão	204	1.932	404
Piauí	126	1.252	338
Ceará	685	2.462	-93
Rio Grande do Norte	661	1.798	-102
Paraíba	594	1.693	-417
Pernambuco	1.051	2.511	-614
Alagoas	1.329	1.442	-169
Sergipe	636	878	17
Bahia	2.504	9.007	869
Minas Gerais	12.498	26.743	9.385
Espírito Santo	809	3.394	3.463
Rio de Janeiro	1.911	3.173	336
São Paulo	34.146	37.380	20.825
Paraná	33.879	29.229	17.416
Santa Catarina	9.578	17.464	12.366
Rio Grande do Sul	37.331	42.816	16.611
Mato Grosso do Sul	-----	10.871	7.583
Mato Grosso	10.548	8.513	8.069
Goiás	7.942	13.966	10.162
Distrito Federal	202	1.009	609

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 15
VARIACÃO RELATIVA DO NÚMERO DE TRATORES

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIACÃO RELATIVA DO NÚMERO (%)		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	94,8	68,7	19,6
Região Norte	53,8	263,2	-3,4
Região Nordeste	107,0	152,4	0,6
Região Sudeste	59,8	53,6	16,8
Região Sul	125,0	61,6	19,7
Região Centro-Oeste	180,8	118,3	41,7
Rondônia	30,8	738,2	76,7
Acre	87,5	451,1	-17,7
Amazonas	39,7	378,4	-5,9
Roraima	480,0	337,9	-0,8
Pará	54,0	232,2	-12,3
Amapá	28,9	59,2	16,7
Maranhão	121,4	519,3	17,5
Piauí	51,6	338,4	20,8
Ceará	93,3	173,5	-2,4
Rio Grande do Norte	116,0	146,1	-3,4
Paraíba	72,3	119,6	-13,4
Pernambuco	69,2	97,7	-12,1
Alagoas	137,7	62,9	-4,5
Sergipe	151,4	83,1	0,9
Bahia	136,2	207,4	6,5
Minas Gerais	122,7	117,9	19,0
Espírito Santo	71,5	174,9	64,9
Rio de Janeiro	47,9	53,8	3,7
São Paulo	50,8	36,9	15,0
Paraná	182,0	55,7	21,3
Santa Catarina	158,0	111,7	37,3
Rio Grande do Sul	93,5	55,4	13,8
Mato Grosso do Sul	-----	88,4	32,7
Mato Grosso	240,5	322,1	72,3
Goiás	139,5	102,4	36,8
Distrito Federal	77,1	217,5	41,3

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 16
 RELAÇÃO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS/TRATORES

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS SERVIDOS POR 1 TRATOR			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	30	15	9	9
Região Norte	232	195	65	82
Região Nordeste	303	156	64	74
Região Sudeste	11	7	4	4
Região Sul	20	8	5	4
Região Centro-Oeste	24	9	4	4
Rondônia	136	375	85	81
Acre	963	556	110	173
Amazonas	1.168	909	206	255
Roraima	391	104	29	51
Pará	151	130	47	61
Amapá	61	82	55	53
Maranhão	2.362	1.335	216	197
Piauí	893	586	154	139
Ceará	334	177	63	86
Rio Grande do Norte	182	85	35	40
Paraíba	206	141	54	76
Pernambuco	218	123	65	80
Alagoas	109	50	32	40
Sergipe	227	96	50	60
Bahia	295	126	48	52
Minas Gerais	45	20	10	9
Espírito Santo	63	31	11	8
Rio de Janeiro	19	13	9	10
São Paulo	5	3	2	2
Paraná	30	9	6	5
Santa Catarina	34	13	7	5
Rio Grande do Sul	13	6	4	4
Mato Grosso do Sul	-----	5	2	2
Mato Grosso	24	21	6	4
Goias	25	11	6	5
Distrito Federal	7	4	2	2

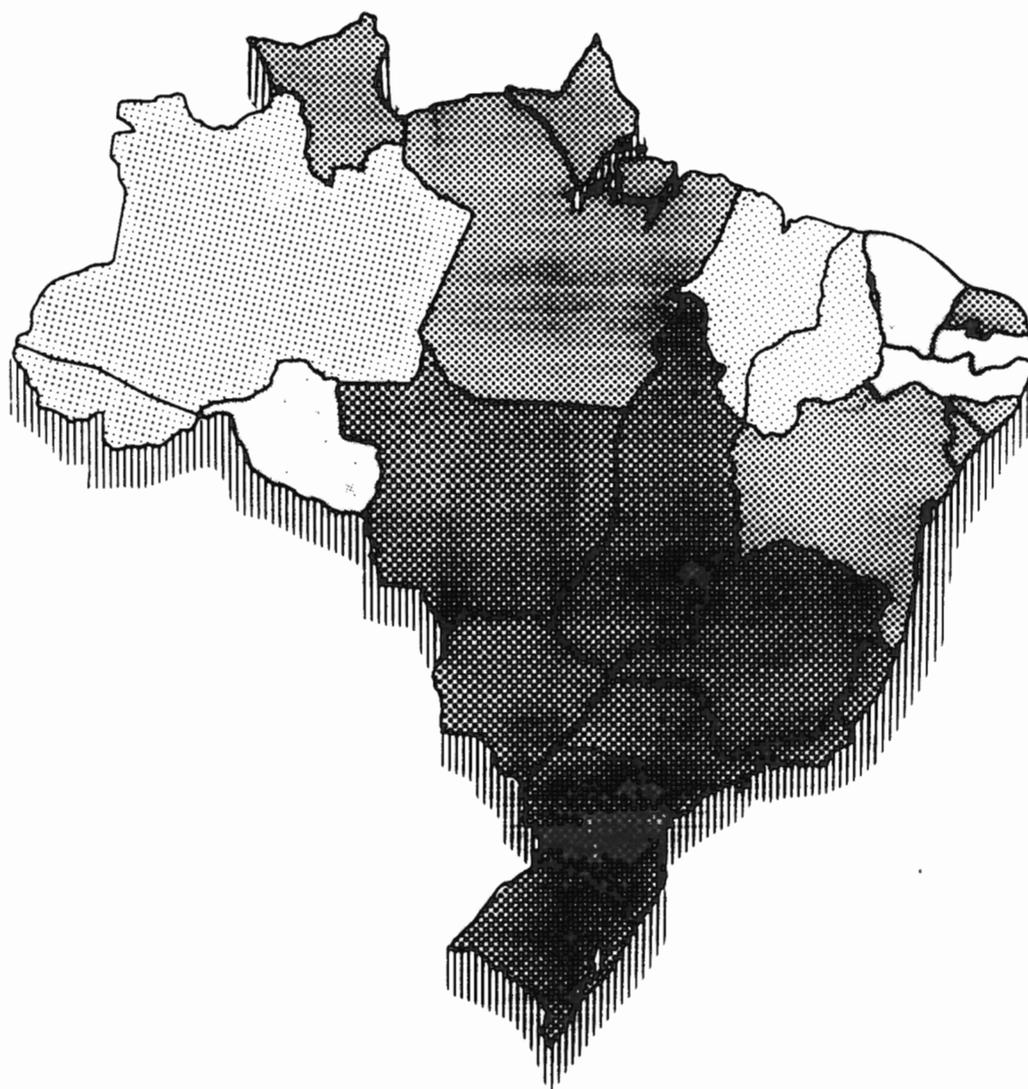
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 17
 RELAÇÃO ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS/TRATORES

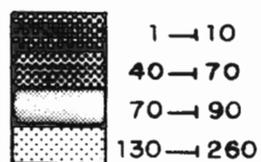
BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SERVIDA POR 1 TRATOR			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	1.773,3	1.002,4	669,2	577,8
Região Norte	20.569,8	18.820,5	6.602,0	7.422,4
Região Nordeste	10.204,8	5.220,3	2.324,7	2.422,2
Região Sudeste	842,3	549,5	362,8	311,7
Região Sul	703,6	317,6	204,0	171,0
Região Centro-Oeste	7.901,9	3.236,2	1.789,5	1.302,9
Rondônia	31.377,7	45.324,3	9.164,3	6.044,0
Acre	171.753,5	95.372,8	22.901,3	25.754,3
Amazonas	61.314,2	63.698,0	14.363,9	12.268,2
Roraima	318.879,4	63.317,3	19.394,5	17.087,0
Pará	11.502,5	11.226,9	4.274,3	5.914,4
Amapá	15.875,1	15.142,9	9.424,7	13.278,8
Maranhão	64.255,4	33.357,7	6.568,7	5.748,7
Piauí	39.371,8	28.441,9	6.881,7	6.047,6
Ceará	16.491,6	7.746,0	3.025,8	2.940,5
Rio Grande do Norte	8.020,5	3.555,1	1.490,1	1.503,0
Paraíba	5.575,2	3.344,8	1.578,1	1.814,5
Pernambuco	4.209,1	2.449,3	1.309,9	1.504,5
Alagoas	2.319,7	995,8	641,5	664,3
Sergipe	4.150,5	1.713,6	981,3	984,0
Bahia	12.111,4	5.818,4	2.249,8	2.381,6
Minas Gerais	4.123,8	1.967,1	938,0	779,8
Espírito Santo	3.323,9	1.978,8	712,1	443,4
Rio de Janeiro	831,9	584,4	350,8	352,0
São Paulo	303,7	202,8	145,3	129,5
Paraná	785,5	297,7	200,4	169,5
Santa Catarina	1.158,7	439,7	225,8	163,3
Rio Grande do Sul	596,3	306,3	200,4	174,8
Mato Grosso do Sul	-----	2.334,4	1.327,3	1.011,8
Mato Grosso	10.431,5	8.304,6	3.097,4	1.994,6
Goiás	6.286,5	3.163,2	1.733,8	1.251,3
Distrito Federal	648,9	398,8	193,6	151,0

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

MECANIZAÇÃO



NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
SERVIDOS POR 1 TRATOR



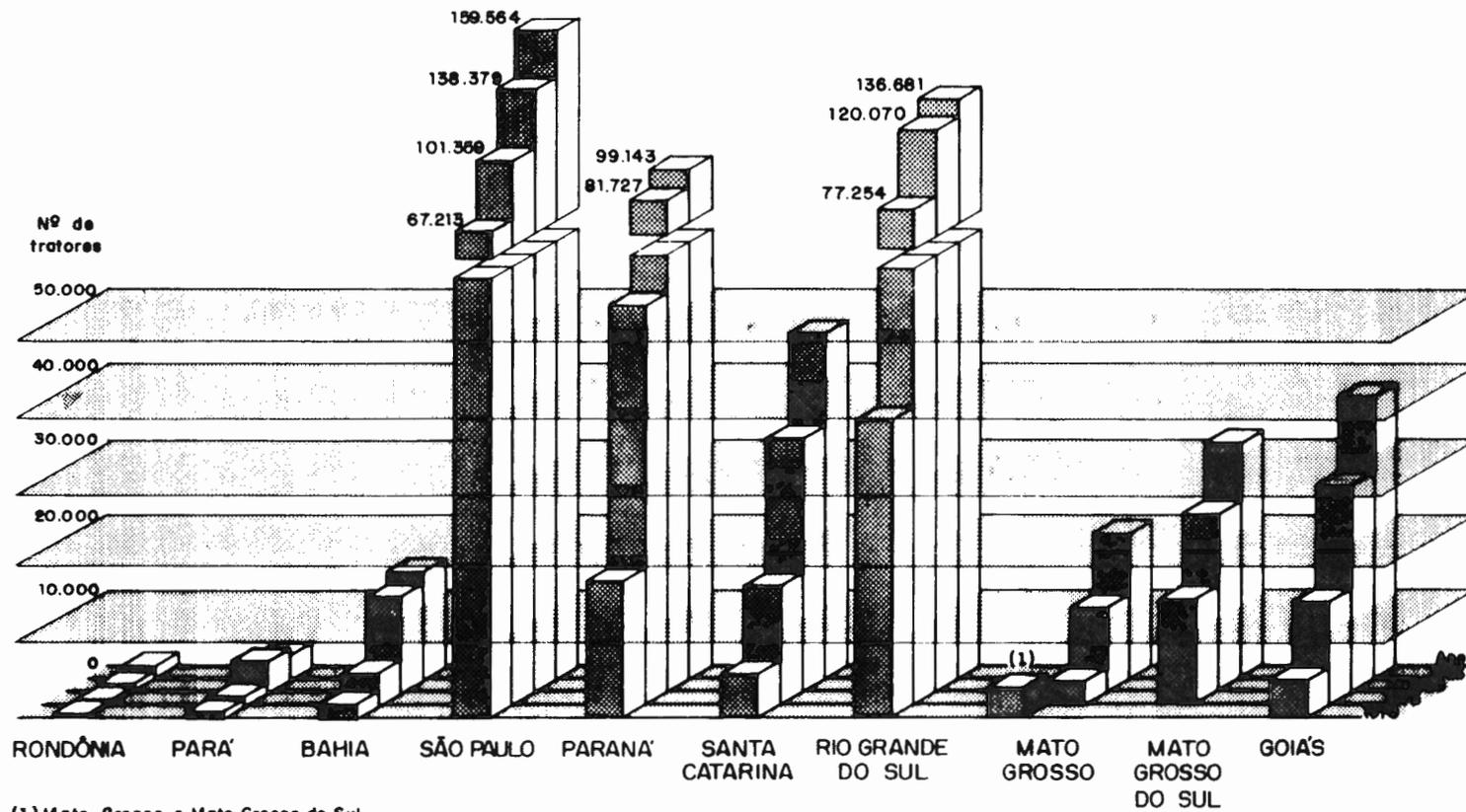
ESCALA
0 320 640 960km

FONTE: IBGE /Censo Agropecuario—1985

Mapa 4

Gráfico 2

EVOLUÇÃO DA MECANIZAÇÃO 1970 - 1985



(1) Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

FONTE: IBGE/Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985

ADUBAÇÃO QUÍMICA

Participando do conjunto de transformações associadas ao processo de modernização da agricultura, o emprego da adubação química, no período focalizado, apresentou uma evolução que claramente diferenciou os segmentos espaciais nos quais atuaram intensamente as forças agrárias modernas daqueles outros onde é fraca ou marginal a operação de tais forças.

O processo de quimificação da agricultura insere-se na formação e consolidação do complexo agroindustrial cuja essência é a articulação entre os setores agrário e industrial que imprime redefinição aos esquemas tradicionais de produção e de distribuição nas atividades agrárias.

As estratégias desenvolvidas no sentido de industrializar a agricultura abarcaram não só sistemas eficientes de colocação dos insumos industriais no diversificado mercado agrário para tais produtos como, também, a ação efetiva do Estado através dos serviços ligados ao financiamento e à assistência técnica. Os resultados das ações concretas de mudança no processo produtivo na agricultura podem ser avaliados pela velocidade da difusão de insumos industriais. No que se refere especificamente à adubação química, foi muito acentuado o grau de adesão dos produtores a essa prática,

tendo se elevado de 8,6% para 24,9% a proporção de produtores que usa adubo químico, quando considerado o agregado nacional, no período 1970-85.

As Regiões Sul e Sudeste, que abrigaram os núcleos iniciais da modernização da agricultura brasileira, já no início do período focalizado contrastavam fortemente com as demais Regiões pelos níveis elevados de emprego da adubação química. Em 1985, a metade dos produtores rurais utilizava adubo químico - 54,0% na Região Sul e 52,2% na Região Sudeste - consolidando a hegemonia desses recortes regionais quanto à operação das forças agrárias modernas.

Na evolução do uso de adubo químico, chama particularmente a atenção a situação da Região Centro Oeste que, partindo de um patamar de 2,7% de produtores empregando tal insumo, chegou, ao final do período analisado, com a expressiva marca de 29,8% de produtores adotando a prática da adubação química.

A política de ocupação dos solos de cerrado para a expansão da lavoura modernizada de grãos criou um amplo mercado para utilização de adubos químicos, dadas as características de carência dos solos regionais quanto a nutrientes essenciais ao novo elenco de produtos que passaram a compor a estrutura produtiva da Região. A ocupação das terras do Centro Oeste por agricultores e grupos econômicos do Sul-Sudeste denota a estratégia espacial de expansão/consolidação do complexo agroindustrial no sentido de criar condições para articulação da atividade agrária com as indústrias

fornecedoras de máquinas e insumos para a agricultura e de favorecer a implantação de unidades industriais de processamento da produção.

Nas Regiões Nordeste e Norte embora, no período sob análise, tenha sido expressivo o ritmo de difusão do uso de adubação química, sobretudo naqueles espaços de recente incorporação à atividade agrícola, a proporção de produtores que recorre ao emprego de adubo químico situa-se em níveis bem inferiores aos das Regiões já focalizadas: 6,4% no Nordeste e 2,0% no Norte em 1985.

Restringindo a observação ao universo de produtores que utilizam adubação química, constata-se que a Região Sul, ao longo de todo o período focalizado manteve a primeira posição concentrando, em 1985, 44,6% dos produtores que empregaram adubo químico no País. A importância econômica da lavoura, o perfil fundiário regional com dominância de estabelecimentos de pequena dimensão e a tradição da prática da agricultura moderna associados às condições gerais favorecedoras da difusão recente de insumos industriais respondem pelo destacado papel da Região Sul no que toca à quimificação da agricultura. Somente o Rio de Grande do Sul concentrava 1/5 dos produtores que, em 1985, empregavam adubo químico, mantendo posição no contexto nacional como um dos núcleos de expressão da prática da agricultura moderna.

Um aspecto a ressaltar, na evolução recente da quimificação, é a redução do ritmo do emprego da adubação química no início dos anos 80, o que estaria ligado, de um

lado, à retração do nível das atividades econômicas no período e, de outro, ao possível esgotamento de um ciclo de mudanças associadas às profundas transformações técnico-produtivas da década de 1970. É de se supor que a conscientização ocorrida quanto aos danos diretos à saúde e ao comprometimento ambiental provocado pelos insumos químicos tenha exercido um papel frenador ao uso indiscriminado de insumos industriais. As ações dos órgãos de assistência técnica no sentido de oferecer práticas e técnicas alternativas à maciça insumização, num processo de repensar as diretrizes anteriores, sugerem que um novo modelo possa estar sendo constituído, redefinindo os rumos da moderna agricultura.

TABELA 18
USO DE ADUBAÇÃO QUÍMICA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE PRODUTORES QUE USAM ADUBO QUÍMICO			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	425.657	893.389	1.345.744	1.453.275
Região Norte	1.259	5.904	16.648	10.254
Região Nordeste	19.048	76.527	145.373	179.242
Região Sudeste	170.956	336.615	481.159	520.910
Região Sul	227.501	437.788	628.415	648.681
Região Centro-Oeste	6.903	36.555	74.149	94.188
Rondônia	37	45	760	813
Acre	23	47	157	155
Amazonas	158	507	1.316	833
Roraima	3	126	122	85
Pará	1.023	5.136	14.131	8.227
Amapá	15	43	162	141
Maranhão	369	807	3.834	1.846
Piauí	139	1.200	2.292	1.900
Ceará	679	5.261	9.641	10.917
Rio Grande do Norte	142	1.884	5.250	3.507
Paraíba	579	3.816	6.454	7.679
Pernambuco	6.195	15.131	26.953	27.336
Alagoas	3.635	11.922	21.261	19.130
Sergipe	370	10.461	13.629	24.228
Bahia	6.940	26.045	56.059	82.699
Minas Gerais	57.627	149.122	229.404	266.442
Espírito Santo	1.344	10.394	30.143	39.542
Rio de Janeiro	4.907	13.163	18.190	20.600
São Paulo	107.078	163.936	203.422	194.326
Paraná	56.424	122.597	207.011	221.789
Santa Catarina	29.251	73.172	113.432	127.958
Rio Grande do Sul	141.826	242.019	307.972	298.934
Mato Grosso do Sul	-----	5.149	10.687	12.685
Mato Grosso	682	931	7.099	8.358
Goiás	5.807	29.543	54.183	70.237
Distrito Federal	414	932	2.180	2.908

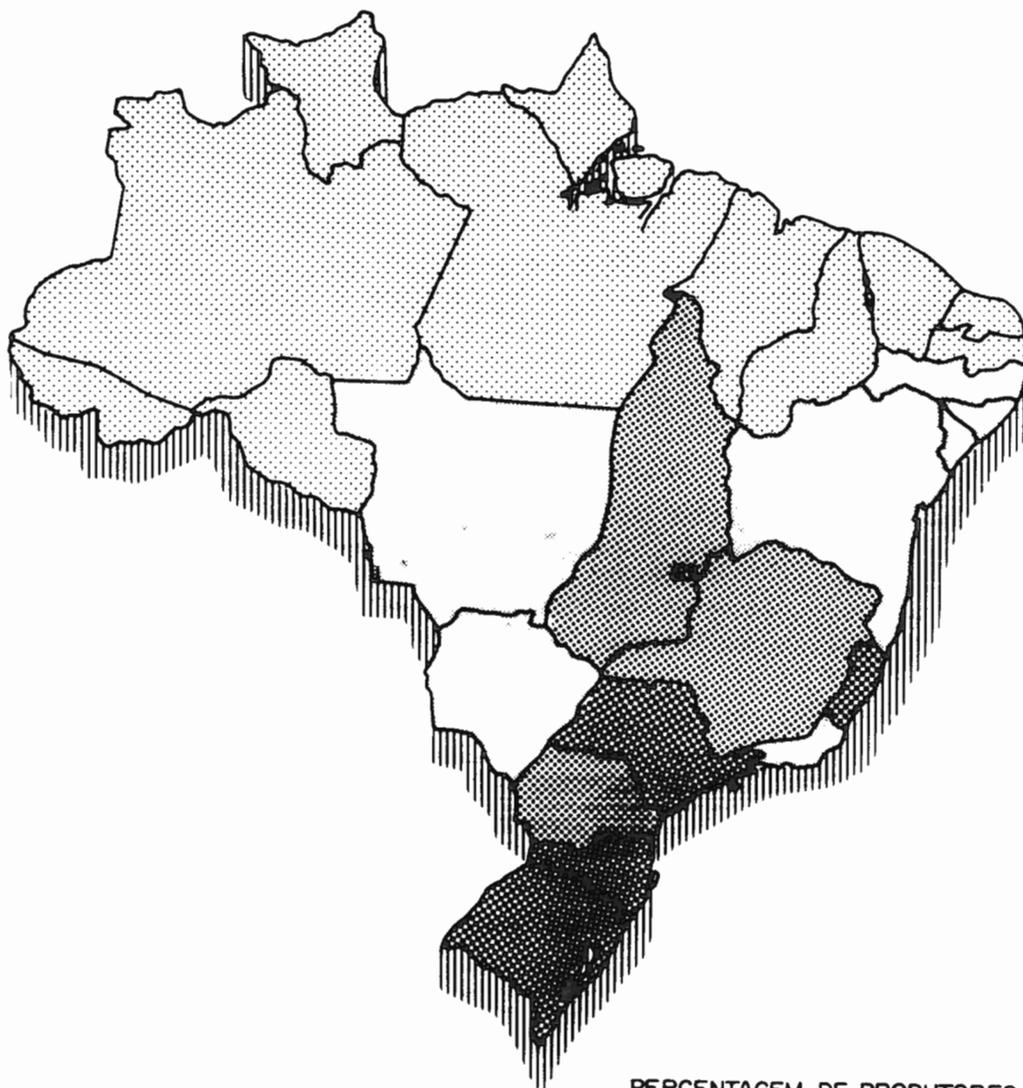
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985

TABELA 19
PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES QUE USAM ADUBO QUÍMICO NO NÚMERO TOTAL DE PRODUTORES

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DE PRODUTORES QUE USAM ADUBO QUÍMICO NO NÚMERO TOTAL DE PRODUTORES			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	8,6	17,9	26,1	24,9
Região Norte	0,5	1,7	4,1	2,0
Região Nordeste	0,9	3,2	5,9	6,4
Região Sudeste	18,4	38,3	54,0	52,2
Região Sul	17,9	37,8	54,9	54,0
Região Centro-Oeste	2,7	13,6	27,7	29,8
Rondônia	0,5	0,2	1,6	1,0
Acre	0,1	0,2	0,6	0,4
Amazonas	0,2	0,5	1,3	0,7
Roraima	0,1	4,2	3,3	1,3
Pará	0,7	2,7	6,3	3,2
Amapá	0,6	1,1	3,8	2,9
Maranhão	0,1	0,2	0,8	0,3
Piauí	0,1	0,5	0,9	0,7
Ceará	0,3	2,1	3,9	3,3
Rio Grande do Norte	0,1	1,8	4,9	3,0
Paraíba	0,3	1,9	3,8	3,7
Pernambuco	1,9	4,8	8,1	7,6
Alagoas	3,5	10,3	18,0	13,3
Sergipe	0,4	10,3	14,2	20,8
Bahia	1,3	4,7	8,8	11,1
Minas Gerais	12,7	32,2	47,7	48,1
Espírito Santo	1,9	17,2	50,8	57,0
Rio de Janeiro	6,3	17,3	23,4	22,5
São Paulo	32,8	58,9	74,5	68,6
Paraná	10,2	25,6	45,6	47,4
Santa Catarina	14,1	35,4	52,5	54,4
Rio Grande do Sul	27,7	51,3	64,8	60,0
Mato Grosso do Sul	----	8,9	22,3	23,1
Mato Grosso	0,6	1,7	11,2	10,7
Goiás	4,0	19,2	35,2	39,2
Distrito Federal	21,6	50,1	82,2	84,7

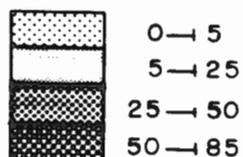
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

ADUBAÇÃO QUÍMICA



PERCENTAGEM DE PRODUTORES
QUE USAM ADUBO QUÍMICO
NO TOTAL DE PRODUTORES

ESCALA
0 320 640 960 km



FONTE: IBGE/Censo Agropecuário-1985

Mapa 5

ASSISTENCIA TÉCNICA

O quadro do recurso dos produtores à assistência técnica conduz a uma reflexão acerca da forma pela qual foi empreendida a modernização da agricultura brasileira. Com efeito, se um dos pilares, tanto da difusão, quanto da sustentação de práticas inovadoras no processo produtivo agrário, é constituído pelos órgãos de assistência técnica, não é sem perplexidade que se verifica, através dos dados censitários, ser extremamente alta a proporção dos produtores não assistidos tecnicamente.

Embora não possa ser captada a evolução do recurso à assistência técnica, por ter sido 1985 o primeiro ano censitário no qual foi efetuada investigação quanto às relações entre os produtores e os serviços de orientação técnica, é relevante observar que a assistência regular e sistemática por profissional credenciado abarca uma proporção muito reduzida de agricultores. Tal constatação traz à discussão o caráter precário da introdução e acompanhamento de novas práticas agrárias e a fragilidade de uma diretriz modernizadora dissociada de um esquema de monitoramento de amplo espectro. Neste sentido, podem ficar comprometidas as pretendidas metas de produtividade e, certamente, fica aberto caminho para o uso irracional de produtos e de práticas de risco elevado para as condições ambientais.

É, com efeito, preocupante verificar que na Região Sul, a de situação mais favorável quanto à percentagem de produtores assistidos, a proporção daqueles que não recebem orientação técnica sistemática é de 71,4%. Na Região Sudeste, São Paulo apresenta níveis de desassistência semelhantes aos do Sul mas a situação mais precária dos demais Estados da Região eleva o percentual regional de produtores que não utilizam assistência técnica sistemática para 84,1%.

A semelhança do que ocorre com outros indicadores da situação agrária, Mato Grosso do Sul apresenta-se com desempenho aproximado ao dos Estados do Sul-Sudeste - 77,3% de produtores não assistidos pelos serviços de orientação técnica - contrastando com Goiás e Mato Grosso com posição mais precária nesse aspecto particular. Ressalta como especialmente grave o alto índice de ausência de assistência técnica regular no Centro Oeste, dada a velocidade com que vem sendo, há quase duas décadas, alterada a estrutura produtiva regional e dado o elenco de práticas modernas aceleradamente introduzido no processo de produzir na agricultura regional. Apenas o Distrito Federal apresenta posição peculiar com o mais favorável percentual de desassistidos tecnicamente, o que não chega a influenciar significativamente a média regional, dado o reduzido contingente de produtores rurais do Distrito Federal.

Extremamente precária é a posição das Regiões Norte e Nordeste quanto à assistência técnica, uma vez que

nos Estados que as compõem os percentuais de produtores que não utilizam assistência técnica são, em sua maioria, superiores a 95,0%, influenciando a média nacional situada em 89,3%.

Os dados analisados trouxeram à evidência a necessidade de criar condições para que um segmento mais amplo de produtores possa se beneficiar do esquema assistencial institucional, quer no sentido de se chegar a uma agricultura mais competitiva, quer na direção de estratégias que possibilitem à pequena produção a sua condição de reprodução em padrões socialmente justos.

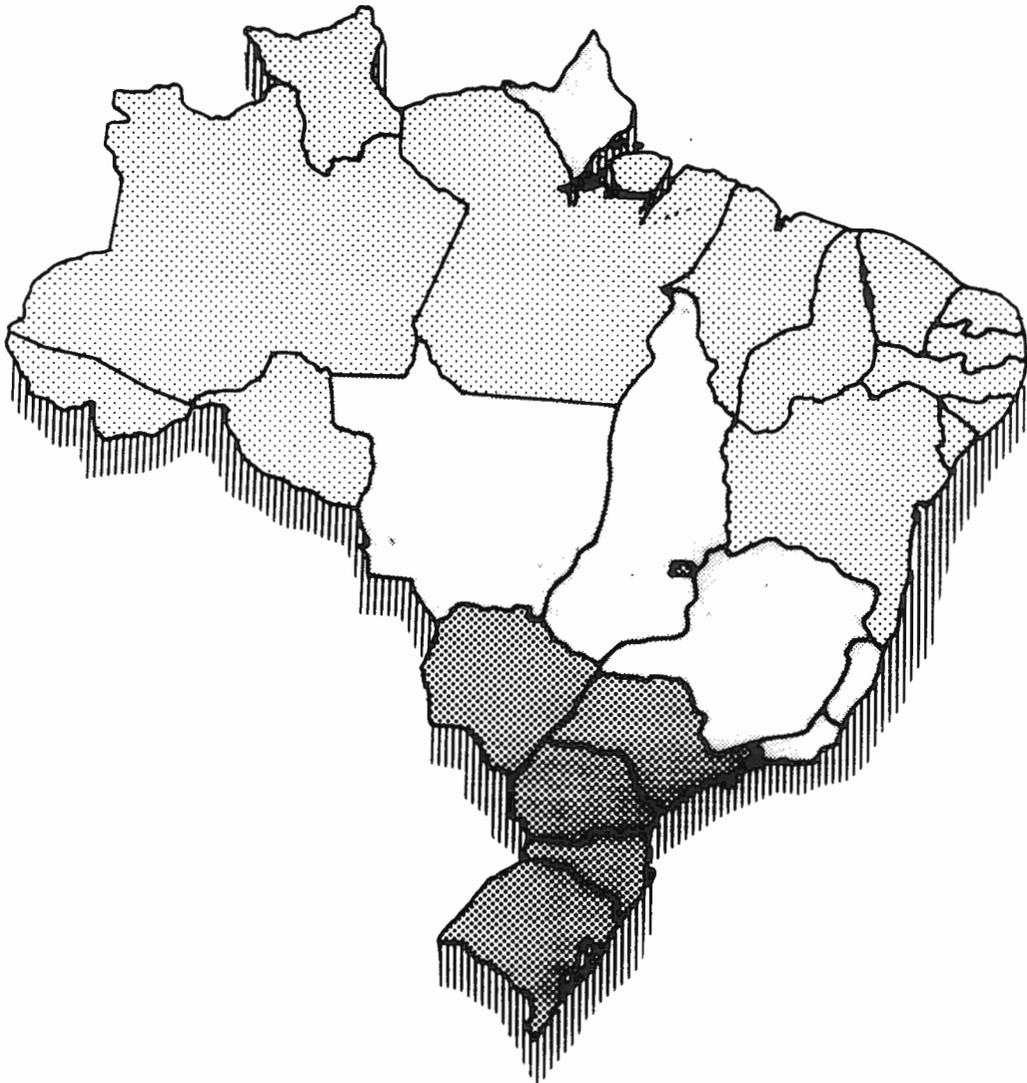
Vale ressaltar que, ao lado da assistência técnica oficial que atinge setores restritos da produção, vem se desenvolvendo, naquelas áreas integradas ao complexo agro-industrial, um sistema de orientação técnica que abarca a totalidade dos produtores integrados às indústrias de processamento da produção. É esse sistema de orientação que responde pela situação menos precária da Região Sul, por exemplo, quanto aos níveis de assistência ao produtor. Essa orientação técnica proveniente das indústrias processadoras restringe-se, em geral, ao produto específico por elas demandado, não substituindo um tipo de assistência que desse conta da articulação racional das atividades desenvolvidas por um produtor nas terras sob sua exploração.

TABELA 20
ASSISTENCIA TÉCNICA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS COM ASSISTENCIA TÉCNICA 1985
Brasil	622.056
Região Norte	10.414
Região Nordeste	68.552
Região Sudeste	158.797
Região Sul	343.914
Região Centro-Oeste	40.379
Rondônia	2.931
Acre	556
Amazonas	1.417
Roraima	342
Pará	4.426
Amapá	742
Maranhão	2.763
Piauí	4.603
Ceará	9.793
Rio Grande do Norte	3.669
Paraíba	3.563
Pernambuco	8.711
Alagoas	3.453
Sergipe	5.078
Bahia	26.919
Minas Gerais	65.950
Espírito Santo	10.941
Rio de Janeiro	9.747
São Paulo	72.159
Paraná	111.902
Santa Catarina	84.577
Rio Grande do Sul	147.435
Mato Grosso do Sul	12.446
Mato Grosso	6.956
Goiás	19.037
Distrito Federal	1.940

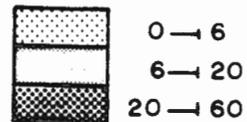
FONTE: IBGE - Censo Agropecuário de 1985.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA



ESCALA
0 320 640 960 km

PERCENTAGEM DE PRODUTORES
QUE RECORREM A ASSISTÊNCIA TÉCNICA
NO TOTAL DE PRODUTORES



FONTE: IBGE / Censo Agropecuario — 1985

Mapa 6

EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO

Tendo se constituído numa das principais atividades implantadas nas áreas de expansão recente da agricultura, a pecuária bovina apresentou, no período 1970-85, crescimento considerável em termos do efetivo de animais e redefinição de seu padrão espacial.

Do crescimento do rebanho bovino registrado nesse período de quinze anos - 49080848 cabeças - , 47,1% concentraram-se no primeiro quinquênio da década de 1970, durante o qual reforçou-se a posição da região Sudeste, até então ocupante do primeiro lugar no País quanto ao tamanho de seu rebanho bovino. Nesse quinquênio já se começou a esboçar a tendência de crescimento do rebanho da Região Centro Oeste que deteve praticamente 1/3 da variação absoluta do número de bovinos no período 1970-75, só ultrapassada pela região Sudeste com 36,3% da referida variação.

A Região Sul que, em 1970, possuía o segundo rebanho bovino do País apresentou no primeiro quinquênio da década um fraco crescimento, só inferior ao da Região Norte, o que a fez perder a posição em termos nacionais. A extraordinária expansão registrada em sua área agrícola com a difusão do cultivo da soja foi o fato marcante da agropecuária regional, como reflexo da reelaboração da divisão territorial do trabalho no País, ao longo da qual a pecuária bovina no Sul não apresentou sinais de vitalidade

econômica, ficando restrita às áreas de importância tradicional, em particular os campos do Planalto.

No segundo quinquênio da década de 1970, o aspecto mais significativo é o da concentração no Centro Oeste da metade do crescimento do rebanho bovino registrado nesse período, o que assegura à Região a segunda posição quanto ao efetivo de bovinos. Os fortes incentivos à ocupação do cerrado, a formação de pastagens e as alterações na estrutura de criação de gado reforçaram, em novas bases, a pecuária bovina, atividade tradicional da porção central do País.

Delineou-se, também, no segundo quinquênio da década de 1970, outra tendência, qual seja a de crescimento do rebanho bovino na Região Norte que, embora detenha o menor efetivo do País, tem aumentado a sua participação no rebanho nacional. Os investimentos em terras na Amazônia, por parte de empresários ou de grupos econômicos extrarregionais, seguiram-se da valorização da terra pela pecuária, configurando um esquema de exploração que se afigurou como rentável e, ao mesmo tempo, impediu que se imputasse às grandes extensões de terras recém apropriadas o rótulo de terras improdutivas.

O primeiro quinquênio da década de 1980 foi, no período focalizado, aquele no qual se verificou o menor crescimento absoluto do rebanho bovino, tendo nele se concentrado 1/5 do aumento ocorrido de 1970 a 1985.

O período 1980-85 reforça as tendências registradas no quinquênio anterior, de concentração do

crescimento na Região Centro Oeste e de acentuação do aumento do rebanho na Região Norte, a primeira das Regiões detendo 66,3% e a segunda, 14,3% da variação absoluta do efetivo de bovinos no País.

As características de crescimento observadas conferiram, em 1985, o primeiro lugar ao Centro Oeste quanto ao tamanho do seu rebanho que alcançou 39,6% do total nacional, enquanto dois de seus Estados - Goiás e Mato Grosso do Sul - passaram a ocupar as segunda e terceira posição, respectivamente, no contexto brasileiro. Mato Grosso do Sul, no início dos anos 80, concentrou 1/3 do crescimento do rebanho bovino nacional, à medida que se ampliava a superfície em pastos plantados e se introduziam melhorias de ordem genética e de manejo de rebanhos e se integrava progressivamente a pecuária bovina ao setor industrial de processamento da carne.

Na região Norte, na qual, desde 1975 registraram-se as mais altas variações relativas do efetivo de bovinos, a pecuária com características de grande empresa alcançou, no período 1980 - 85, expressão no Estado do Pará que concentrou 7,9% do crescimento nacional do quinquênio. Essa expansão da pecuária no Norte deverá ser revista à luz de uma política de ordenação territorial que deverá indicar o rumo das atividades econômicas mais compatível com a preservação ambiental e com as características do modelo econômico vigente no País.

A Região Nordeste, ao longo do período 1970-85 manteve a quarta posição quanto ao rebanho bovino, tendo

sido mais significativa a sua participação no crescimento do efetivo bovino na década de 1970, em particular no Estado da Bahia que chegou a concentrar 1/10 da variação absoluta do rebanho nacional no período 1970-75, em razão, sobretudo, da considerável expansão do espaço agrário no Estado.

Em 1985, quando o rebanho bovino atingiu 127643098 cabeças, a Região Sudeste concentrava 35,7%, garantindo a segunda posição, logo após o Centro Oeste, embora esteja no Sudeste o Estado de maior rebanho bovino - Minas Gerais - com 1/5 do rebanho nacional nesse ano. A Região Sul, desde 1975, ocupa a terceira posição no contexto nacional apesar do fraco dinamismo da atividade no período focalizado.

A evolução da pecuária bovina, embora claramente associada ao processo de ocupação recente das terras de fronteira, passou, no período considerado, por injunções que deixaram evidenciada a fraca associação entre o esquema de expansão da produção e a política de abastecimento do mercado, com claras repercussões negativas quanto ao sentido econômico e social da atividade. Ao longo do período ficaram também mais nítidos os traços de inserção da pecuária no complexo agroindustrial atualmente o elemento regulador da dinâmica da produção agrária no País.

TABELA 21
REBANHO BOVINO

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE BOVINOS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	78.562.250	101.673.753	118.085.872	127.643.098
Região Norte	1.706.177	2.129.609	3.989.113	5.358.578
Região Nordeste	13.805.921	18.041.417	21.506.108	22.286.532
Região Sudeste	26.845.044	35.236.666	34.834.792	35.661.006
Região Sul	18.953.024	21.516.021	24.494.853	24.742.106
Região Centro-Oeste	17.252.084	24.750.040	33.261.006	39.594.876
Rondônia	23.125	55.392	251.419	768.411
Acre	72.166	120.143	292.190	333.457
Amazonas	263.487	203.437	355.748	420.940
Roraima	238.761	246.126	313.881	303.501
Pará	1.043.648	1.441.851	2.729.796	3.485.368
Amapá	64.990	62.660	46.079	46.901
Maranhão	1.473.788	1.784.284	2.804.070	3.230.277
Piauí	1.195.447	1.330.686	1.555.796	1.586.270
Ceará	1.713.110	1.949.230	2.353.890	2.472.720
Rio Grande do Norte	604.057	733.222	896.197	907.214
Paraíba	865.948	1.163.074	1.296.081	1.360.223
Pernambuco	1.196.055	1.508.162	1.832.189	1.864.250
Alagoas	483.180	639.596	829.232	747.455
Sergipe	616.761	793.509	995.662	859.880
Bahia	5.657.275	8.139.414	8.942.727	9.258.243
Minas Gerais	15.140.493	20.022.834	19.560.399	19.940.239
Espírito Santo	1.386.809	2.104.159	1.844.025	1.710.373
Rio de Janeiro	1.207.109	1.658.534	1.745.152	1.768.529
São Paulo	9.110.633	11.451.139	11.685.216	12.241.865
Paraná	4.692.677	6.587.064	7.893.313	8.538.179
Santa Catarina	1.955.228	2.236.830	2.615.629	2.734.930
Rio Grande do Sul	12.305.119	12.692.127	13.985.911	13.468.997
Mato Grosso do Sul	-----	8.871.154	11.862.907	14.976.423
Mato Grosso	9.428.840	3.110.119	5.243.044	6.503.719
Goiás	7.792.839	12.728.294	16.089.510	18.038.388
Distrito Federal	30.405	40.473	65.545	76.346

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 22
VARIACÃO ABSOLUTA DO NÚMERO DE BOVINOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIACÃO ABSOLUTA DO NÚMERO		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	23.111.503	16.412.119	9.557.226
Região Norte	423.432	1.859.504	1.369.465
Região Nordeste	4.235.496	3.464.691	780.424
Região Sudeste	8.391.622	-401.874	826.214
Região Sul	2.562.997	2.978.832	247.253
Região Centro-Oeste	7.497.956	8.510.966	6.333.870
Rondônia	32.267	196.027	516.992
Acre	47.977	172.047	41.267
Amazonas	-60.050	152.311	65.192
Roraima	7.365	67.755	-10.380
Pará	398.203	1.287.945	755.572
Amapá	-2.330	-16.581	822
Maranhão	310.496	1.019.786	426.207
Piauí	135.239	225.110	30.474
Ceará	236.120	404.660	118.830
Rio Grande do Norte	129.165	162.975	11.017
Paraíba	297.126	133.007	64.142
Pernambuco	312.107	324.027	32.061
Alagoas	156.416	189.636	-81.777
Sergipe	176.748	202.153	-135.782
Bahia	2.482.139	803.313	315.516
Minas Gerais	4.882.341	-462.435	379.840
Espírito Santo	717.350	-260.134	-133.652
Rio de Janeiro	451.425	86.618	23.377
São Paulo	2.340.506	234.077	556.649
Paraná	1.894.387	1.306.249	644.866
Santa Catarina	281.602	378.799	119.301
Rio Grande do Sul	387.008	1.293.784	-516.914
Mato Grosso do Sul	-----	2.991.753	3.113.516
Mato Grosso	2.552.433	2.132.925	1.260.675
Goiás	4.935.455	3.361.216	1.948.878
Distrito Federal	10.068	25.072	10.801

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

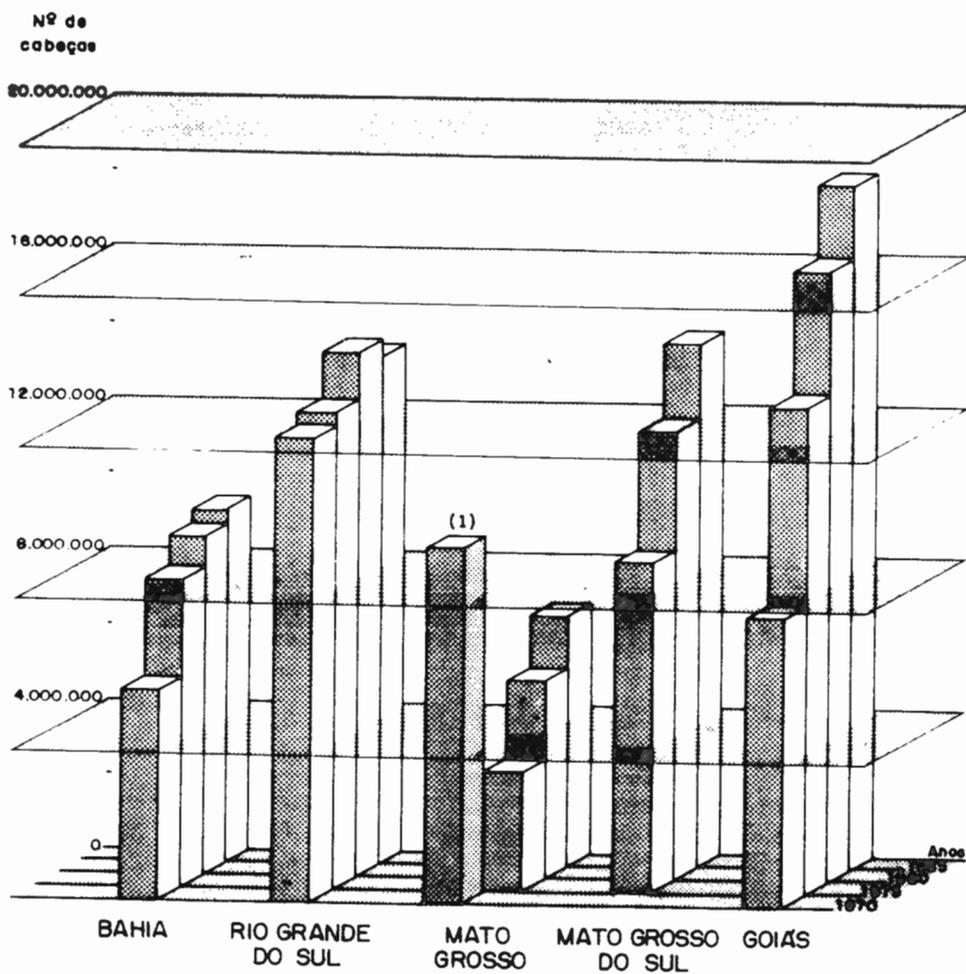
TABELA 23
VARIACÃO RELATIVA DO NÚMERO DE BOVINOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIACÃO RELATIVA DO NÚMERO		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	29,4	16,1	8,1
Região Norte	24,8	87,3	34,3
Região Nordeste	30,7	19,2	3,6
Região Sudeste	31,3	-1,1	2,4
Região Sul	13,5	13,8	1,0
Região Centro-Oeste	43,5	34,4	19,0
Rondônia	139,5	353,9	205,6
Acre	66,5	143,2	14,1
Amazonas	-22,8	74,9	18,3
Roraima	3,1	27,5	-3,3
Pará	38,1	89,3	27,7
Amapá	-3,6	-26,5	1,8
Maranhão	21,1	57,1	15,2
Piauí	11,3	16,9	2,0
Ceará	13,8	20,8	5,0
Rio Grande do Norte	21,4	22,2	1,2
Paraíba	34,3	11,4	4,9
Pernambuco	26,1	21,5	1,7
Alagoas	32,4	29,6	-9,9
Sergipe	28,7	25,5	-13,6
Bahia	43,9	9,9	3,5
Minas Gerais	32,2	-2,3	1,9
Espírito Santo	51,7	-12,4	-7,2
Rio de Janeiro	37,4	5,2	1,3
São Paulo	25,7	2,0	4,8
Paraná	40,4	19,8	8,2
Santa Catarina	14,4	16,9	4,6
Rio Grande do Sul	3,1	10,2	-3,7
Mato Grosso do Sul	-----	33,7	26,2
Mato Grosso	27,1	68,6	24,0
Goiás	63,3	26,4	12,1
Distrito Federal	33,1	61,9	16,5

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Gráfico 3

EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO 1970 - 1985



(1) Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

FONTE: IBGE/Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985

EVOLUÇÃO DO REBANHO SUINO

O traço da evolução recente da suinocultura consiste na manutenção, ao longo do período analisado, de praticamente o mesmo efetivo do rebanho. A estagnação do rebanho suíno no patamar de 30.000.000 de cabeças encobre uma reestruturação profunda da atividade, a partir da articulação crescente que passou a ter com o setor industrial.

É possível afirmar que, nesse processo de reestruturação, a suinocultura fortaleceu-se e expandiu-se naquelas áreas em que a presença da indústria criou condições para a realização da produção, ainda que com pequena margem de remuneração para o produtor. O sistema de integração dos pequenos produtores à indústria é o prevalecente, estando as características da suinocultura confinada articuladas às especificações previstas pela indústria de processamento da produção.

Constata-se, também, que sempre que ocorreu reorganização produtiva no âmbito da qual foi subtraída à suinocultura a condição de competitividade com relação a novas atividades, ela se retraiu, passando a ter um sentido meramente residual.

A Região Sul constitui um exemplo muito evidente do processo de reestruturação da suinocultura, no interior do qual foi dominante a tendência de passagem de um esquema

de produção extremamente fragmentado e conduzido segundo técnicas tradicionais para outro caracterizado por um menor número de produtores operando na suinocultura confinada em sistema de integração à indústria. O resultado desse processo foi uma redução no rebanho regional da ordem de 3.568.848 cabeças, no período 1970-85, que foi muito acentuada nos primeiros anos da década de 1980, durante os quais se notabilizou a organização dos produtores por melhor preço que lhes possibilitasse condições de remuneração capazes de mantê-los vinculados à atividade suinocultora.

Constituindo-se para a pequena e média produção em uma das fontes de renda dos produtores, a suinocultura moderna está no Sul do País claramente vinculada à indústria de processamento e assegura à Região a primeira posição quanto ao efetivo do rebanho, com 38,7% do total nacional, em 1985, a despeito da redução do rebanho já referida. As grandes indústrias instaladas na Região têm projeção nacional e vinculações com o mercado externo, buscando garantir seu suprimento de matéria-prima, no âmbito da disputa que regionalmente se estabelece com produtos agrícolas, entre os quais a soja. A característica mencionada de fonte não única de renda e o caráter tradicional da atividade implantada pelos imigrantes europeus não portugueses têm assegurado à suinocultura a sua permanência na Região Sul com um rebanho que, em 1985, era de 11643143 cabeças.

A redução do rebanho suíno aparece como

tendência, em nível nacional, desde o segundo quinquênio da década de 1970, sintetizando as situações regionais. Vale assinalar que, a não ser a Região Sul com decréscimos persistentes no período e a Região Sudeste com decréscimo nos quinquênios 1975-80 e 1980-85, certamente também por força da reestruturação da atividade, não são claras as tendências de queda ou de elevação do crescimento do rebanho no Centro Oeste e no Nordeste. Esta última Região detinha a segunda posição no País em 1985, com 26,1% do total nacional e o Sudeste, a terceira, com 18,3% do rebanho do País. A Região Norte não registrou decréscimo do rebanho suíno no período, em razão, sobretudo, da expansão da vertente camponesa na fronteira, embora apresente a menor participação no rebanho nacional.

Persistindo ainda a redefinição dos sistemas de criação e a tendência de inserção da atividade no complexo agro industrial, tendência esta com impacto diferenciado nos vários recortes regionais do País, é difícil prever a evolução subsequente da suinocultura, sendo válido, contudo, imaginar que ainda durante algum tempo coexista a suinocultura moderna e a pequena criação de caráter tradicional e de cunho residual.

TABELA 24
REBANHO SUINO

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NUMERO DE SUINOS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	31.523.640	35.151.668	32.628.723	30.067.044
Região Norte	909.237	1.245.282	1.855.406	2.144.226
Região Nordeste	7.094.856	9.466.986	7.325.470	7.854.440
Região Sudeste	5.797.048	6.461.784	5.822.852	5.482.862
Região Sul	15.211.991	15.006.998	14.967.703	11.643.143
Região Centro-Oeste	2.510.508	2.970.618	2.657.292	2.942.373
Rondônia	13.189	133.513	362.334	500.054
Acre	103.125	109.625	123.669	150.301
Amazonas	139.770	127.473	250.999	177.425
Roraima	21.451	22.548	40.716	43.867
Pará	603.659	804.355	1.063.465	1.251.614
Amapá	28.043	47.768	14.223	20.965
Maranhão	2.760.863	3.242.043	2.632.235	2.546.514
Piauí	1.194.526	1.861.079	1.242.875	1.478.595
Ceará	649.050	1.200.848	832.598	1.239.216
Rio Grande do Norte	61.243	124.666	92.141	133.570
Paraíba	154.977	243.239	188.007	247.464
Pernambuco	290.472	459.251	473.485	545.298
Alagoas	50.639	82.153	69.248	84.580
Sergipe	31.173	56.235	53.912	73.419
Bahia	1.901.877	2.197.448	1.740.929	1.505.784
Minas Gerais	3.277.723	3.629.614	3.214.417	3.003.060
Espírito Santo	489.469	522.366	432.391	433.158
Rio de Janeiro	172.572	260.038	281.631	272.303
São Paulo	1.857.284	2.049.766	1.894.413	1.774.341
Paraná	6.215.147	5.888.873	5.649.093	4.268.703
Santa Catarina	3.145.337	3.505.778	3.896.822	3.175.633
Rio Grande do Sul	5.851.507	5.612.347	5.421.788	4.198.807
Mato Grosso do Sul	-----	473.461	398.719	400.372
Mato Grosso	815.740	459.403	535.236	669.378
Goiás	1.680.387	2.015.394	1.692.304	1.837.795
Distrito Federal	14.381	22.360	31.033	34.828

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 25
VARIACÃO ABSOLUTA DO NÚMERO DE SUINOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIACÃO ABSOLUTA DO NÚMERO		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	3.628.028	-2.522.945	-2.561.679
Região Norte	336.045	610.124	288.820
Região Nordeste	2.372.130	-2.141.516	528.970
Região Sudeste	664.736	-638.932	-339.990
Região Sul	-204.993	-39.295	-3.324.560
Região Centro-Oeste	460.110	-313.326	285.081
Rondônia	120.324	228.821	137.720
Acre	6.500	14.044	26.632
Amazonas	-12.297	123.526	-73.574
Roraima	1.097	18.168	3.151
Pará	200.696	259.110	188.149
Amapá	19.725	-33.545	6.742
Maranhão	481.180	-609.808	-85.721
Piauí	666.553	-618.204	235.720
Ceará	551.798	-368.250	406.618
Rio Grande do Norte	63.423	-32.525	41.429
Paraíba	88.262	-55.232	59.457
Pernambuco	168.779	14.234	71.813
Alagoas	31.514	-12.905	15.332
Sergipe	25.062	-2.323	19.507
Bahia	295.571	-456.519	-235.145
Minas Gerais	351.891	-415.197	-211.357
Espírito Santo	32.897	-89.975	767
Rio de Janeiro	87.466	21.593	-9.328
São Paulo	192.482	-155.353	-120.072
Paraná	-326.274	-239.780	-1.380.390
Santa Catarina	360.441	391.044	-721.189
Rio Grande do Sul	-239.160	-190.559	-1.222.981
Mato Grosso do Sul	-----	-74.742	1.653
Mato Grosso	117.124	75.833	134.142
Goiás	335.007	-323.090	145.491
Distrito Federal	7.979	8.673	3.795

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

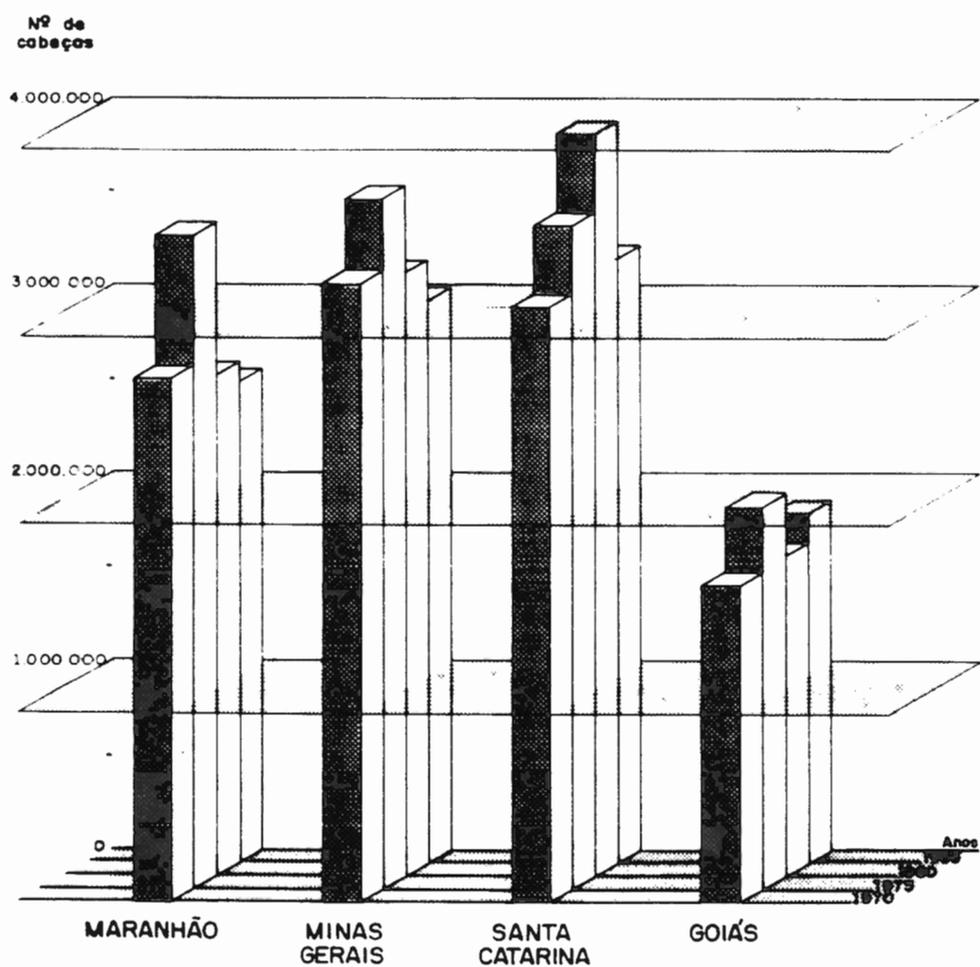
TABELA 26
VARIACÃO RELATIVA DO NÚMERO DE SUINOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIACÃO RELATIVA DO NÚMERO		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	11,5	-7,2	-7,8
Região Norte	37,0	49,0	15,6
Região Nordeste	33,4	-22,6	7,2
Região Sudeste	11,5	-9,9	-5,8
Região Sul	-1,3	-0,3	-22,2
Região Centro-Oeste	18,3	-10,5	10,7
Rondônia	912,3	171,4	38,0
Acre	6,3	12,8	21,5
Amazonas	-8,8	96,9	-29,3
Roraima	5,1	80,6	7,7
Pará	33,2	32,2	17,7
Amapá	70,3	-70,2	47,4
Maranhão	17,4	-18,8	-3,3
Piauí	55,8	-33,2	19,0
Ceará	85,0	-30,7	48,8
Rio Grande do Norte	103,6	-26,1	45,0
Paraíba	56,9	-22,7	31,6
Pernambuco	58,1	3,1	15,2
Alagoas	62,2	-15,7	22,1
Sergipe	80,4	-4,1	36,2
Bahia	15,5	-20,8	-13,5
Minas Gerais	10,7	-11,4	-6,6
Espírito Santo	6,7	-17,2	0,2
Rio de Janeiro	50,7	8,3	-3,3
São Paulo	10,4	-7,6	-6,3
Paraná	-5,2	-4,1	-24,4
Santa Catarina	11,5	11,1	-18,5
Rio Grande do Sul	-4,1	-3,4	-22,6
Mato Grosso do Sul	-----	-15,8	0,4
Mato Grosso	14,4	16,5	25,1
Goiás	19,9	-16,0	8,6
Distrito Federal	55,5	38,8	12,2

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Gráfico 4

EVOLUÇÃO DO REBANHO SUÍNO 1970 - 1985



FONTE: IBGE / Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985

EVOLUÇÃO DO REBANHO AVÍCOLA

O entendimento da forma pela qual se deu a evolução do efetivo avícola no País e do caráter espacialmente concentrado dessa evolução passa, necessariamente, pelo fato de se ter consolidado, no período sob análise, um complexo agroindustrial que abrangeu diferentes segmentos do setor agropecuário.

É marcante a concentração do crescimento do número de aves na década de 1970 e, em particular, no segundo quinquênio no qual ocorreu 58,5% do aumento total registrado de 1970 a 1985. Grandes grupos industriais empreenderam nesse período uma acentuada diversificação de suas atividades e, buscando mercado no estrangeiro, desenvolveram a produção de frangos de corte numa escala, até então, sem precedentes.

Operando, basicamente, com o segmento da pequena produção, as grandes indústrias instituíram o sistema de integração dos produtores rurais ao setor industrial, num esquema de articulações que torna o pequeno produtor subordinado, no seu processo produtivo, às exigências e especificações provenientes da área industrial. Tratando-se a avicultura de uma atividade que, em moldes modernos, é passível de se desenvolver plenamente em espaços restritos, ajustou-se à organização da pequena unidade produtiva, cumprindo uma importante função, qual seja a de

complementação da renda de um segmento expressivo da pequena produção.

As características de evolução da avicultura encontraram sua máxima expressão nas regiões Sul e Sudeste e, em particular, nos tres Estados do Sul que concentraram quase a metade do aumento do efetivo avícola no período 1975-80. Foi nessa Região que, mesmo nos primeiros anos da década de 1980, registrou-se um significativo crescimento da avicultura apesar do fraco dinamismo em geral caracterizador da atividade produtiva desse período.

Em 1985, a primeira posição, no País, quanto ao rebanho avícola era ocupada pela Região Sul que concentrava 38,7% do número total de galináceos. Ao Sudeste cabia o segundo lugar em razão da expressão de São Paulo, Estado que registrou o mais alto crescimento ao longo da década de 1970, quando se redefiniu a estrutura e o rumo da avicultura na economia nacional.

As Regiões Sudeste e Sul concentravam 72,9% do efetivo avícola nacional, sendo de supor que tal posição seja preservada, na medida que somam as condições de realização da atividade nos moldes em que se consolidou, articuladamente ao setor industrial, ao mesmo tempo que, caracterizadas por alto grau de urbanização, representam forte mercado interno para a produção. Com efeito, no mercado nacional de proteínas animais, a carne de frango, no período mais recente de evolução, se vem constituindo em alternativa estável para a carne bovina, cujos preços dissonantes com o poder aquisitivo da maioria

da população e cuja oferta, muitas vezes instável, a tem
excluído do consumo cotidiano da população.

TABELA 27
REBANHO AVÍCOLA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE AVES			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	213.622.503	286.810.202	413.179.594	429.732.405
Região Norte	7.376.457	11.482.373	13.928.651	16.204.790
Região Nordeste	36.263.701	56.123.798	64.726.983	77.876.148
Região Sudeste	89.638.296	117.081.211	169.209.576	146.799.551
Região Sul	68.117.916	88.060.187	146.975.673	166.349.557
Região Centro-Oeste	12.226.133	14.062.633	18.338.711	22.502.359
Rondônia	309.878	1.140.048	2.377.694	3.808.321
Acre	880.292	873.390	1.090.603	1.417.190
Amazonas	1.984.757	2.442.788	2.480.867	2.071.706
Roraima	162.450	267.006	182.001	308.556
Pará	3.938.540	6.486.125	7.579.664	8.287.071
Amapá	100.540	273.016	217.822	311.946
Maranhão	9.060.597	11.539.931	11.522.644	11.486.376
Piauí	3.290.646	4.496.574	4.780.000	6.383.919
Ceará	4.946.877	8.137.359	11.245.104	17.550.348
Rio Grande do Norte	849.228	1.864.417	2.072.766	2.283.380
Paraíba	2.025.780	3.549.838	3.424.577	5.777.076
Pernambuco	5.505.306	10.822.190	14.628.872	15.881.691
Alagoas	950.969	2.080.312	1.689.168	2.091.580
Sergipe	801.174	1.580.204	1.700.031	2.700.315
Bahia	8.832.724	12.052.973	13.663.821	13.721.463
Minas Gerais	23.221.867	32.483.239	50.901.473	45.041.557
Espírito Santo	4.222.888	5.094.577	7.362.737	6.457.529
Rio de Janeiro	11.985.171	12.248.819	13.902.537	9.802.299
São Paulo	50.208.370	67.254.576	97.042.829	85.498.166
Paraná	26.254.246	29.362.608	45.910.417	56.259.341
Santa Catarina	12.699.471	25.631.599	43.697.654	54.607.935
Rio Grande do Sul	29.164.199	33.065.980	57.367.602	55.482.281
Mato Grosso do Sul	-----	2.884.418	2.615.430	2.806.839
Mato Grosso	4.554.224	2.343.508	2.964.453	3.670.271
Goiás	7.003.380	8.347.985	10.638.487	13.578.764
Distrito Federal	668.529	486.722	2.120.341	2.446.485

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 28
VARIACÃO ABSOLUTA DO NÚMERO DE AVES

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIACÃO ABSOLUTA DO NÚMERO		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	73.187.699	126.369.392	16.552.811
Região Norte	4.105.916	2.446.278	2.276.139
Região Nordeste	19.860.097	8.603.185	13.149.165
Região Sudeste	27.442.915	52.128.365	-22.410.025
Região Sul	19.942.271	58.915.486	19.373.884
Região Centro-Oeste	1.836.500	4.276.078	4.163.648
Rondônia	830.170	1.237.646	1.430.627
Acre	-6.902	217.213	326.587
Amazonas	458.031	38.079	-409.161
Roraima	104.556	-85.005	126.555
Pará	2.547.585	1.093.539	707.407
Amapá	172.476	-55.194	94.124
Maranhão	2.479.334	-17.287	-36.268
Piauí	1.205.928	283.426	1.603.919
Ceará	3.190.482	3.107.745	6.305.244
Rio Grande do Norte	1.015.189	208.349	210.614
Paraíba	1.524.058	-125.261	2.352.499
Pernambuco	5.316.884	3.806.682	1.252.819
Alagoas	1.129.343	-391.144	402.412
Sergipe	779.030	119.827	1.000.284
Bahia	3.220.249	1.610.848	57.642
Minas Gerais	9.261.372	18.418.234	-5.859.916
Espírito Santo	871.689	2.268.160	-905.208
Rio de Janeiro	263.648	1.653.718	-4.100.238
São Paulo	17.046.206	29.788.253	-11.544.663
Paraná	3.108.362	16.547.809	10.348.924
Santa Catarina	12.932.128	18.066.055	10.910.281
Rio Grande do Sul	3.901.781	24.301.622	-1.885.321
Mato Grosso do Sul	-----	-268.988	191.409
Mato Grosso	673.702	620.945	705.818
Goiás	1.344.605	2.290.502	2.940.277
Distrito Federal	-181.807	1.633.619	326.144

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

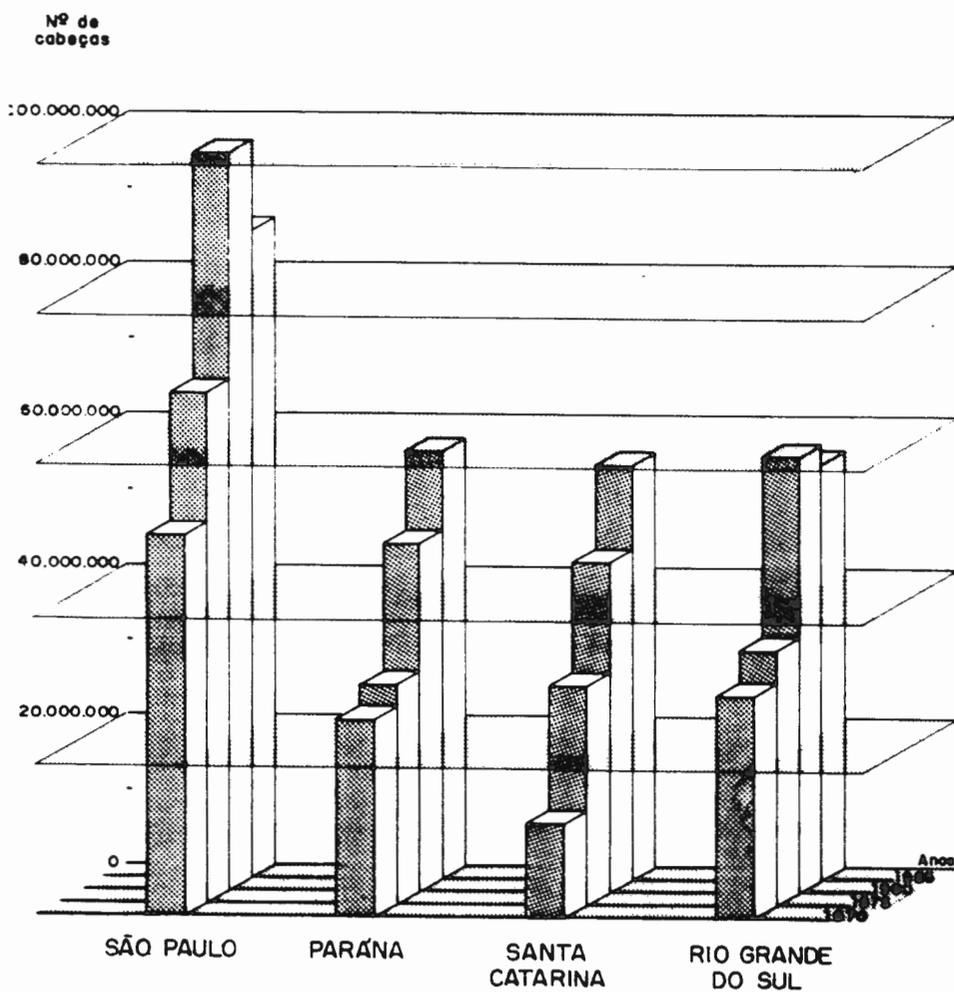
TABELA 29
VARIACÃO RELATIVA DO NÚMERO DE AVES

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIACÃO RELATIVA DO NÚMERO		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	34,3	44,1	4,0
Região Norte	55,7	21,3	16,3
Região Nordeste	54,8	15,3	20,3
Região Sudeste	30,6	44,5	-13,2
Região Sul	29,3	66,9	13,2
Região Centro-Oeste	15,0	30,4	22,7
Rondônia	267,9	108,6	60,2
Acre	-0,8	24,9	29,9
Amazonas	23,1	1,6	-16,5
Roraima	64,4	-31,8	69,5
Pará	64,7	16,9	9,3
Amapá	171,5	-20,2	43,2
Maranhão	27,4	-0,1	-0,3
Piauí	36,6	6,3	33,5
Ceará	64,5	38,2	56,1
Rio Grande do Norte	119,5	11,2	10,2
Paraíba	75,2	-3,5	68,7
Pernambuco	96,6	35,2	8,6
Alagoas	118,8	-18,8	23,8
Sergipe	97,2	7,6	58,8
Bahia	36,5	13,4	0,4
Minas Gerais	39,9	56,7	-11,5
Espírito Santo	20,6	44,5	-12,3
Rio de Janeiro	2,2	13,5	-29,5
São Paulo	33,9	44,3	-11,9
Paraná	11,8	56,4	22,5
Santa Catarina	101,8	70,5	25,0
Rio Grande do Sul	13,4	73,5	-3,3
Mato Grosso do Sul	-----	-9,3	7,3
Mato Grosso	14,8	26,5	23,8
Goiás	19,2	27,4	27,6
Distrito Federal	-27,2	335,6	15,4

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Gráfico 5

EVOLUÇÃO DO REBANHO AVÍCOLA 1970 - 1985



FONTE: IBGE / Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985

EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

O período sob análise, ao se caracterizar pela instalação de um novo padrão agrário, no sentido de novas relações entre as diferentes esferas envolvidas na produção agrária e de novas articulações entre esta e os demais setores da economia, tem um significado particular para o entendimento da dinâmica do contingente ocupado na agricultura do País.

É, com efeito, ao novo padrão agrário que se associam tanto as intensas reduções no número de pessoas ocupadas na agricultura da Região Sul no segundo quinquênio da década de 1970, quanto os aumentos registrados no contingente ocupado nas atividades agrárias nas áreas que foram objeto de acentuada incorporação de terras ao longo dos quinze anos sob observação (1970-85).

Durante este período, manteve-se a posição de liderança do Nordeste quanto ao número de pessoas que se ocupam em atividades agrárias, enquanto o Sudeste e o Sul, embora conservassem as posições imediatamente subsequentes, tiveram reduzida sua participação no total nacional. A Região Norte firma a quarta posição, deixando ao Centro Oeste a menor expressão quanto ao efetivo populacional na agricultura, a despeito do acentuado ritmo de ocupação de suas terras. Ilustra este descompasso entre a acelerada expansão da área dos estabelecimentos e a fraca expansão da

ocupação na agricultura o fato de, no segundo quinquênio da década de 1970, o Estado de Mato Grosso, caracterizado pela grande unidade de exploração agrária, ter absorvido apenas uma pessoa a cada 225 hectares incorporados. No mesmo período, Rondônia, com implantação da pequena produção, ocupou uma pessoa a cada 29 hectares acrescentados à área dos estabelecimentos.

No quinquênio 1970-75, aquele que, no período considerado, apresentou maior crescimento do contingente de ocupados na agricultura - 2763603 pessoas -, todas as macrorregiões do País registraram saldos positivos. Embora nele se registre profunda mudança tecnológica na agricultura com características de redução de utilização de mão-de-obra, a expansão extraordinária das lavouras de grãos responde pela possibilidade de elevar os totais de pessoas ocupadas na agricultura. O Sul do País exemplifica bem essa situação, pois embora se tenha alterado o seu patamar tecnológico agrário com a difusão acelerada dos meios modernos de produção, ampliou-se o contingente voltado para a agricultura, em estreita relação com o crescimento da área agrícola decorrente do fenômeno soja.

Na Região Sudeste, a agricultura paulista, que já vinha experimentando alterações substanciais no processo de produção com impactos sobre a absorção da mão-de-obra, teve, no primeiro quinquênio da década de 1970, redução do contingente de pessoas ocupadas, o que no quinquênio seguinte vai ocorrer no Sul, onde foi mais recente a difusão de técnicas poupadoras de mão-de-obra.

O maior crescimento do número de pessoas ocupadas na agricultura verificou-se na Região Nordeste, destacando-se em particular a Bahia e o Maranhão como os Estados que mais ampliaram o efetivo de pessoas nos trabalhos agrários, pela conquista de novas áreas, em especial por iniciativas de agricultores do Sul-Sudeste. É também a expansão do espaço agrário no Pará, igualmente associada a empreendimentos de origem extrarregional, que responde pela maior parte do aumento do número de pessoas ocupadas na agricultura do Norte do País.

O segundo quinquênio da década de 1970 é entre os três focalizados o de mais fraco crescimento do contingente ocupado nas atividades agrárias. Na dinâmica nacional de ocupação de pessoas nas atividades produtivas ressalta, de forma particular, a ocorrência, em algumas Unidades da Federação, de diminuição do número de indivíduos que trabalham na agricultura. O decréscimo de 440.032 pessoas na agropecuária do Sul do País deve-se tanto à redução da capacidade de absorção da mão-de-obra com a difusão da moderna tecnologia, quanto à retração do acesso à terra decorrente das mudanças no perfil fundiário motivadas pelo processo concentracionista de terras que acompanhou a modernização agrária.

No mesmo período, o Nordeste apresenta crescimento de 594.409 pessoas ocupadas na agricultura, mais concentrado nos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia, que sediam tanto a realocação de mão-de-obra do próprio Nordeste, quanto agricultores procedentes de áreas

modernizadas. Estes, ao efetuarem um deslocamento interregional, beneficiando-se de fortes incentivos governamentais, o faziam, na perspectiva de situarem-se em um patamar superior de uma agricultura que, na década de 1970, teve claramente configurada sua inserção no complexo agroindustrial.

A Região Norte deteve, no segundo quinquênio da década de 1970, um crescimento do número de pessoas ocupadas na agricultura que a posicionou como a segunda macrorregião capaz de ampliar seu contingente de ocupados nesta atividade. E isto se deveu, sobretudo, aos novos estabelecimentos criados no Estado do Pará e inseridos na nova dinâmica da agricultura brasileira. Trata-se de grandes empreendimentos ligados a interesses extrarregionais que, dado o ritmo e o caráter desordenado de sua implantação, têm trazido à discussão a necessidade de estabelecer ações ligadas à ordenação do território com vistas a evitar os danos à ecologia e os conflitos ligados à terra, dado o choque que se instala entre diferentes grupos que procuram exercitar o poder sobre um mesmo território.

Nas macrorregiões Sudeste e Centro Oeste as variações ocorridas no número de pessoas ocupadas na agricultura foram menos significativas. No Sudeste, é em Minas Gerais que se constata o maior crescimento do contingente de ocupados nas atividades agrárias em razão, sobretudo, da acelerada exploração do cerrado mineiro, como decorrência das políticas governamentais de incentivo à

incorporação de terras com essa formação vegetal, o que, embora criasse um número restrito de empregos, dado o caráter modernizado do processo de produção, criava uma exigência mínima de mão-de-obra nas áreas recém incorporadas.

No Centro Oeste, os incentivos oficiais à ocupação das terras de cerrado com técnicas modernas, associados à melhoria das condições de circulação ensejaram a criação de novas atividades e a incorporação acentuada de terras. A repercussão sobre o aumento do número de pessoas ocupadas na agricultura foi diferenciada em função da maior ou menor dominância da vertente empresarial de apropriação de terras. Assim, em Mato Grosso a hegemonia das unidades muito extensas de exploração teve como consequência a ocupação de uma pessoa a cada 225 novos hectares incorporados, enquanto em Goiás, um perfil fundiário com predominância menos nítida dos estabelecimentos muito grandes, definiu uma possibilidade de maior crescimento do contingente ocupado na agropecuária, uma vez que cada novos 51 hectares apropriados comportavam o aumento de uma pessoa na atividade agrária. No Mato Grosso do Sul, de ocupação mais consolidada, a modernização do processo produtivo e a tendência concentracionista de terras que o acompanhou teve como efeito a redução do número de pessoas ocupadas na agricultura.

No primeiro quinquênio da década de 1980, um vez reduzido o impacto do uso de técnicas poupadoras de mão-de-obra no campo e frustradas inúmeras tentativas de

inserção no mercado urbano de trabalho, a variação absoluta do contingente ocupado na agricultura, embora não retome os níveis dos primeiros cinco anos da década anterior, apresenta-se muito expressiva: 2.379.473 pessoas.

Coube ao Nordeste praticamente a metade dessa variação e ao Estado da Bahia a maior participação no processo de crescimento do contingente empregado na agricultura em razão do forte impulso provocado em suas atividades agrárias pelo deslocamento interregional de produtores e trabalhadores para áreas recentemente incorporadas.

A Região Norte situou-se em segundo lugar quanto ao aumento do número de pessoas ocupadas na agricultura, sendo Pará e Rondônia as Unidades Federadas que mais ampliaram o contingente agrário sintetizando, a primeira, formas de apropriação do espaço por grandes empresários ou fortes grupos econômicos e a segunda, formas de ocupação por pequenos agricultores procedentes do Centro Sul do País.

Na Região Sudeste, a concentração de 1/5 do aumento do pessoal ocupado na agricultura, no período 1980-85 é significativa tendo em conta o caráter já consolidado de sua ocupação e o grau de modernização do campo, tendo cabido a Minas Gerais a maior participação nesse crescimento em razão da intensificação da ocupação já efetuada, uma vez que não ocorreu ampliação do espaço agrário no período.

No Centro Oeste e no Sul são pouco expressivas em

nível nacional, as variações positivas ocorridas quanto ao número de pessoas ocupadas na agricultura, destacando-se Goiás na primeira das macrorregiões. Deve-se ressaltar que, no Sul, reverteu-se claramente a tendência do fim da década de 1970 em dois dos Estados - Paraná e Santa Catarina -, enquanto no Rio Grande do Sul, o nível muito baixo de aumento registrado no contingente de ocupados na agricultura não configurou tal reversão de tendência. Isto evidencia, por um lado, a inexistência de novas áreas a incorporar e, por outro, a ausência de conversão de atividades pouco demandantes de mão-de-obra para outras geradoras de emprego. O aprofundamento do processo de modernização e os obstáculos ao acesso à terra são os fatores mais evidentes no quadro de não absorção de pessoas do campo.

TABELA 30
PESSOAS OCUPADAS NA AGRICULTURA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	17.582.089	20.345.692	21.163.735	23.543.208
Região Norte	934.024	1.412.647	1.781.611	2.255.741
Região Nordeste	7.568.847	8.738.763	9.333.172	10.523.689
Região Sudeste	3.959.463	4.145.513	4.312.211	4.775.582
Região Sul	4.191.785	4.831.843	4.391.811	4.493.480
Região Centro-Oeste	927.970	1.216.926	1.344.930	1.494.716
Rondônia	20.563	103.992	176.934	327.475
Acre	62.081	77.486	95.754	116.546
Amazonas	283.326	415.457	460.702	550.160
Roraima	8.277	19.044	16.903	21.712
Pará	549.313	777.660	1.016.795	1.218.356
Amapá	10.464	19.008	14.523	21.492
Maranhão	1.182.711	1.494.705	1.672.502	1.688.920
Piauí	518.736	613.521	790.326	822.862
Ceará	1.021.712	999.721	1.069.258	1.290.474
Rio Grande do Norte	307.881	382.488	432.188	434.128
Paraíba	584.6546	799.632	648.607	767.790
Pernambuco	1.128.264	1.137.787	1.218.871	1.313.152
Alagoas	430.279	493.661	543.524	631.853
Sergipe	268.782	298.307	295.055	350.440
Bahia	2.125.809	2.518.925	2.662.835	3.224.070
Minas Gerais	1,979.935	2.189.945	2.284.550	2.687.643
Espírito Santo	299.647	312.062	349.510	399.681
Rio de Janeiro	259.841	278.564	301.688	323.324
São Paulo	1.420.040	1.364.942	1.376.463	1.364.934
Paraná	1.981.471	2.079.174	1.807.826	1.851.721
Santa Catarina	763.501	858.734	836.755	890.767
Rio Grande do Sul	1.446.813	1.893.935	1.747.230	1.750.992
Mato Grosso do Sul	-----	257.132	230.983	254.264
Mato Grosso	373.039	263.179	318.570	364.229
Goiás	547.647	688.033	780.749	859.132
Distrito Federal	7.284	8.582	14.628	17.091

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 31
 VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NA AGRICULTURA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	2.763.603	818.043	2.379.473
Região Norte	478.623	368.964	474.130
Região Nordeste	1.169.916	594.409	1.190.517
Região Sudeste	186.050	166.698	463.371
Região Sul	640.058	-440.032	101.669
Região Centro-Oeste	288.956	128.004	149.786
Rondônia	83.429	72.942	150.541
Acre	15.405	18.268	20.792
Amazonas	132.131	45.245	89.458
Roraima	10.767	-2.141	4.809
Pará	228.347	239.135	201.561
Amapá	8.544	-4.485	6.969
Maranhão	311.994	177.797	16.418
Piauí	94.785	176.805	32.536
Ceará	-21.991	69.537	221.216
Rio Grande do Norte	74.607	49.700	1.940
Paraíba	214.976	-151.025	119.183
Pernambuco	9.523	81.084	94.281
Alagoas	63.382	49.863	88.329
Sergipe	29.525	-3.252	55.385
Bahia	393.116	143.910	561.235
Minas Gerais	210.010	94.605	403.093
Espírito Santo	12.415	37.448	50.171
Rio de Janeiro	18.723	23.124	21.636
São Paulo	-55.098	11.521	-11.529
Paraná	97.703	-271.348	43.895
Santa Catarina	95.233	-21.979	54.012
Rio Grande do Sul	447.122	-146.705	3.762
Mato Grosso do Sul	-----	-26.149	23.281
Mato Grosso	147.272	55.391	45.659
Goiás	140.386	92.716	78.383
Distrito Federal	1.298	6.046	2.463

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

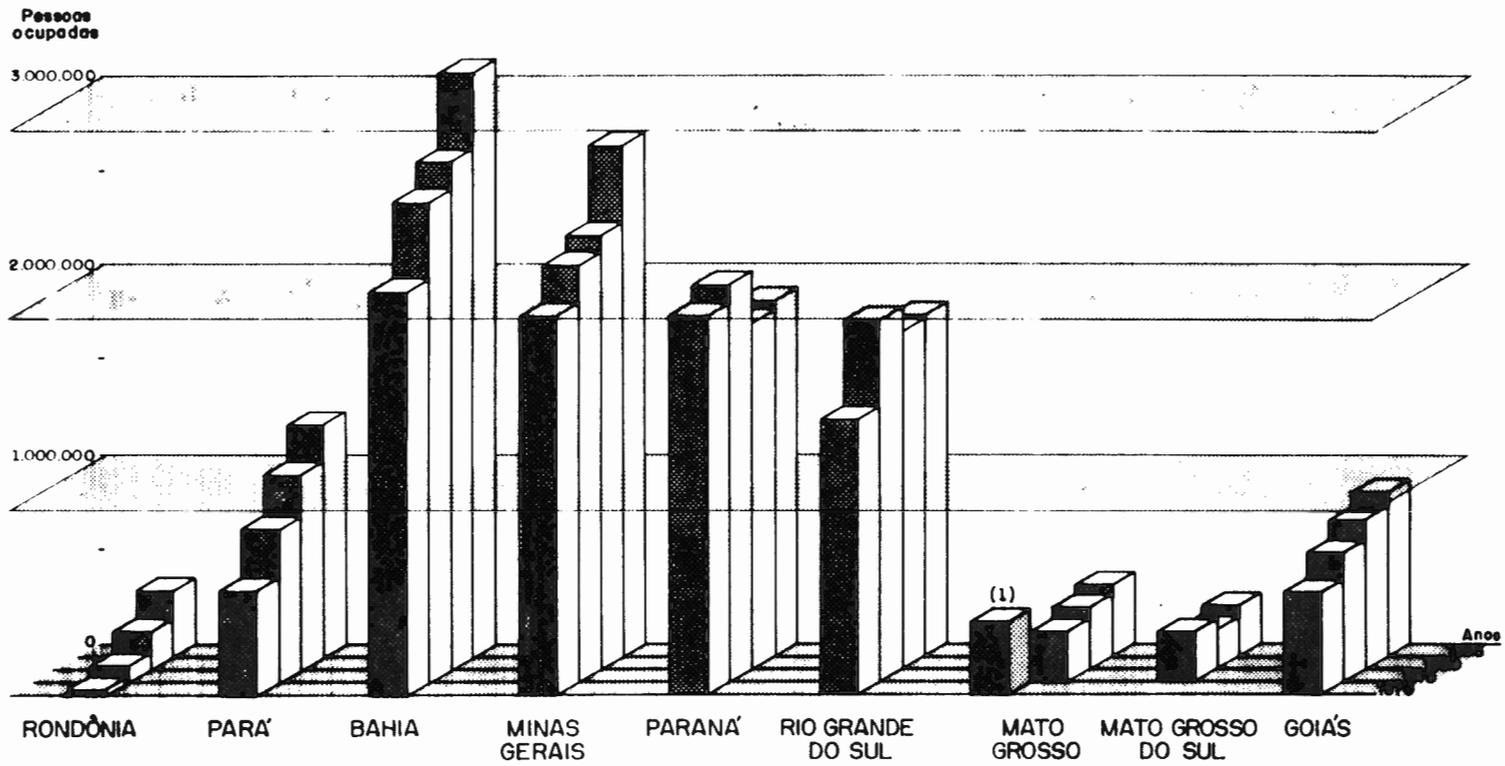
TABELA 32
 VARIAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NA AGRICULTURA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIAÇÃO RELATIVA DO NÚMERO		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	15,7	4,0	11,2
Região Norte	51,2	26,1	26,6
Região Nordeste	15,5	6,8	12,8
Região Sudeste	4,7	4,0	10,7
Região Sul	15,3	-9,1	2,3
Região Centro-Oeste	31,1	10,5	11,1
Rondônia	405,7	70,1	85,1
Acre	24,8	23,6	21,7
Amazonas	46,6	10,9	19,4
Roraima	130,1	-11,2	28,4
Pará	41,6	30,7	19,8
Amapá	81,6	-23,6	48,0
Maranhão	26,4	11,9	1,0
Piauí	18,3	28,8	4,1
Ceará	-2,1	7,0	20,7
Rio Grande do Norte	24,2	13,0	0,4
Paraíba	36,8	-18,9	18,4
Pernambuco	0,8	7,1	7,7
Alagoas	14,7	10,1	16,2
Sergipe	11,0	-1,1	18,8
Bahia	18,5	5,7	21,1
Minas Gerais	10,6	4,3	17,7
Espírito Santo	4,1	12,0	14,3
Rio de Janeiro	7,2	8,3	7,2
São Paulo	-3,9	0,8	-0,8
Paraná	4,9	-13,0	2,4
Santa Catarina	12,5	-2,6	6,4
Rio Grande do Sul	30,9	-7,7	0,2
Mato Grosso do Sul	-----	-10,2	10,1
Mato Grosso	39,5	21,0	14,3
Goiás	25,6	13,5	10,0
Distrito Federal	17,8	70,4	16,8

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

Gráfico 6

EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA 1970 - 1985



(1) Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

FONTE: IBGE/Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985

EVOLUÇÃO DO TRABALHO ASSALARIADO

No conjunto das transformações pelas quais passou a agricultura brasileira ressalta a profunda mudança ocorrida nas relações de trabalho, com a acentuação das formas assalariadas, em detrimento daquelas que preservavam ao trabalhador o acesso à terra.

Assim, no período 1970-85 o contingente de assalariados ampliou-se em 91,3%, e totalizou, ao final do período, 5.058.444 pessoas. O maior aumento verificou-se no quinquênio 1975-80, no qual 1.688.572 assalariados foram incorporados aos trabalhos agrários, no contexto da aceleração do processo de expansão das atividades produtivas e de difusão das formas modernas de produção.

No processo de consolidação das formas assalariadas de trabalho, cabe especial menção à importância que foi assumindo o trabalho assalariado temporário que passou a servir de modo mais conveniente às exigências intermitentes de mão-de-obra de um processo produtivo que tem algumas de suas fases cumpridas pelo uso de maquinaria e de poucos trabalhadores permanentes especializados.

Com efeito, de 1970 a 1985, o número de trabalhadores temporários aumentou em 92,3% e representava, em 1985, 56,6% do total de assalariados no País. Vale

esclarecer que o contingente de trabalhadores temporários aparece subenumerado nos dados censitários, uma vez que estes só registram os trabalhadores recrutados diretamente pelos proprietários, ficando excluído o importante segmento da força de trabalho volante que é contratado por intermediários. No período sob análise foi mais intensa a ampliação do número de trabalhadores temporários no quinquênio 1975-80, durante o qual um milhão de trabalhadores assalariados passou a reforçar a categoria de trabalhadores contratados, eventualmente, no decorrer do processo produtivo agrário.

Esses grandes números referentes ao agregado nacional sintetizam a situação regionalmente diferenciada das formas assalariadas de trabalho. São as Regiões Nordeste e Sudeste as que detêm os maiores contingentes de trabalho assalariado na agricultura com 36,6% e 35,4%, respectivamente, do número de trabalhadores assalariados do País, em 1985. Ao Sul cabia a terceira posição, com 15,2% do número total de assalariados. Parece evidente a correlação entre o trabalho assalariado e a importância da atividade agrícola, a mais absorvedora de mão-de-obra, mesmo nas suas formas modernas de expansão. A Região Centro Oeste, de rápida difusão da lavoura moderna de grãos, apresentou forte aumento do número de trabalhadores assalariados, de 1970 a 1985 e o seu contingente de assalariados ampliou sua participação no total nacional, de 6,4% para 9,4% no período em questão.

Em 1985, cabia também ao Nordeste o maior número

de trabalhadores temporários do País, particularmente justificado pela importância regional de cultivos como o do algodão e o da cana-de-açúcar que apresentam demandas diferenciadas de mão-de-obra ao longo do ciclo produtivo, com pico acentuado na fase de colheita. A Região Nordeste concentrava, nesse ano, 43,3% dos trabalhadores assalariados temporários do País, tendo o decréscimo de 75.858 pessoas assalariadas no período 1980-85 pouco significado diante do forte crescimento do contingente assalariado no quinquênio anterior (658.403 trabalhadores), de longe, o mais elevado do País, no período 1975-80.

Os primeiros anos da década de 1980 foram de decréscimo, no Norte e Nordeste, e de crescimento inferior aos dos períodos anteriores nas demais Regiões, quanto ao número de trabalhadores assalariados temporários. Essa alteração da forma ou do ritmo da variação do contingente de assalariados é que responde pela redução do percentual de assalariados no total de pessoas ocupadas na agricultura no primeiro quinquênio da década de 1980.

Se, de 1970 a 1980, no agregado nacional, a participação de assalariados no total de indivíduos ocupados na agricultura elevou-se de 15,0% a 23,3%, registrou-se, nos cinco anos seguintes, um ligeiro decréscimo, passando os assalariados a constituírem, em 1985, 21,5% do contingente de ocupados na agricultura. Em nível regional, cabe ressaltar que no Sul e no Centro Oeste, embora em ritmo mais fraco, continuou a crescer o percentual de assalariados no total da mão-de-obra no

campo, tendo sido essas as Regiões nas quais as alterações na estrutura da mão-de-obra foram mais intensas no que toca ao aprofundamento da participação do trabalho assalariado.

A Região Centro Oeste, em 1985, contava com quase 1/3 de assalariados no total da mão-de-obra, percentual só ultrapassado pelo da Região Sudeste, a de agricultura mais atingida pelo avanço do processo de capitalização. Na Região Sul, de tradição de trabalho familiar na agricultura, o assalariamento no campo, embora constituísse 17,1% da mão-de-obra, em 1985, expressou bem a velocidade das transformações estruturais no contingente de ocupados na agricultura, uma vez que, em 1970, o Sul, juntamente com a Região Norte, representavam os recortes regionais de mais fraca participação de assalariados no total da mão-de-obra.

A redução da participação dos assalariados ou o mais lento crescimento dessa participação no total da mão-de-obra, no início dos anos 80, não devem, ainda, ser assimilados como tendências na medida que, como verificado, não houve retração expressiva no número absoluto de assalariados, ficando o fenômeno restrito a duas Regiões. Por outro lado, os primeiros anos da década de 1980 foram caracterizados pelo fraco vigor da economia e pela desaceleração do ritmo de expansão de atividades, em confronto com os anos 70, de acelerado crescimento dos setores produtivos. É possível ainda imaginar que se tenha iniciado o esgotamento de um ciclo de transformações comandadas pela profunda mudança técnico-produtiva ocorrida no campo, entre as quais se situou a alteração estrutural

da mão-de-obra na agricultura.

A alteração estrutural da mão-de-obra com a forte ampliação do contingente de assalariados e de sua participação na mão-de-obra total colocou em foco a problemática da formação desse segmento de trabalhadores e das suas condições de existência.

Nesse sentido, importa referir que grande parte do contingente de assalariados formou-se a partir da expropriação de produtores que, dado o precário acesso à terra, foram fácil e rapidamente excluídos de sua condição anterior, com o avanço das forças agrárias modernas. Por outro lado, a importância que o segmento de trabalhadores temporários vem representando, nas áreas de agricultura consolidada ou naquelas de estruturação recente, traz à evidência uma questão social grave, qual seja a de que esse segmento se vê, frequentemente, privado das garantias mínimas previstas na legislação trabalhista, dadas as frágeis condições de sua inserção no mercado de trabalho.

TABELA 33
TRABALHO ASSALARIADO NA AGRICULTURA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE TRABALHADORES ASSALARIADOS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	2.643.708	3.249.962	4.938.534	5.058.444
Região Norte	53.704	72.317	173.958	172.063
Região Nordeste	941.540	1.048.197	1.984.990	1.851.575
Região Sudeste	1.068.389	1.284.195	1.657.401	1.789.019
Região Sul	412.593	566.126	697.752	767.772
Região Centro-Oeste	167.482	279.127	424.433	478.015
Rondônia	919	2.955	14.795	23.909
Acre	2.688	2.760	6.836	5.255
Amazonas	5.675	10.379	27.906	23.073
Roraima	1.522	3.277	2.634	3.071
Pará	41.812	51.520	120.376	114.594
Amapá	1.088	1.426	1.411	2.161
Maranhão	59.374	106.704	176.357	121.403
Piauí	10.833	24.495	108.880	65.177
Ceará	159.005	127.466	298.416	248.263
Rio Grande do Norte	42.954	37.354	118.421	76.465
Paraíba	73.813	71.994	165.415	111.690
Pernambuco	196.476	147.717	320.480	283.211
Alagoas	95.646	110.643	167.700	187.633
Sergipe	28.146	32.869	46.056	52.324
Bahia	275.277	388.940	583.260	705.409
Minas Gerais	481.957	592.342	788.683	918.259
Espírito Santo	36.904	56.748	99.023	106.638
Rio de Janeiro	79.256	92.575	105.328	106.369
São Paulo	470.272	542.530	664.367	657.753
Paraná	251.199	340.928	383.668	429.271
Santa Catarina	48.353	53.216	89.175	107.498
Rio Grande do Sul	113.041	171.982	224.909	231.003
Mato Grosso do Sul	-----	69.329	97.329	111.823
Mato Grosso	59.252	28.067	67.334	88.384
Goiás	106.514	179.363	252.404	268.831
Distrito Federal	1.716	2.368	7.366	8.977

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 34
VARIÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO DE TRABALHADORES ASSALARIADOS NA AGRICULTURA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	606.254	1.688.572	119.910
Região Norte	18.613	101.641	-1.895
Região Nordeste	106.657	936.793	-133.415
Região Sudeste	215.806	373.206	131.618
Região Sul	153.533	131.626	70.020
Região Centro-Oeste	111.645	145.306	53.582
Rondônia	2.036	11.840	9.114
Acre	72	4.076	-1.581
Amazonas	4.704	17.527	-4.833
Roraima	1.755	-643	437
Pará	9.708	68.856	-5.782
Amapá	338	-15	750
Maranhão	47.330	69.653	-54.954
Piauí	13.662	84.385	-43.703
Ceará	-31.539	170.950	-50.153
Rio Grande do Norte	-5.600	81.067	-41.956
Paraíba	-1.819	93.421	-53.725
Pernambuco	-48.759	172.763	-37.269
Alagoas	14.997	57.057	19.933
Sergipe	4.723	13.187	6.268
Bahia	113.663	194.320	122.149
Minas Gerais	110.385	196.341	129.576
Espírito Santo	19.844	42.275	7.615
Rio de Janeiro	13.319	12.753	1.041
São Paulo	72.258	121.837	-6.614
Paraná	89.729	42.740	45.603
Santa Catarina	4.863	35.959	18.323
Rio Grande do Sul	58.941	52.927	6.094
Mato Grosso do Sul	-----	28.000	14.494
Mato Grosso	38.144	39.267	21.050
Goiás	72.849	73.041	16.427
Distrito Federal	652	4.998	1.611

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 35
 VARIACÃO RELATIVA DO NÚMERO DE TRABALHADORES ASSALARIADOS NA AGRICULTURA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	VARIACÃO RELATIVA DO NÚMERO		
	1970/1975	1975/1980	1980/1985
Brasil	22,9	52,0	2,4
Região Norte	34,7	140,5	-1,1
Região Nordeste	11,3	89,4	-6,7
Região Sudeste	20,2	29,1	7,9
Região Sul	37,2	23,2	10,0
Região Centro-Oeste	66,7	52,1	12,6
Rondônia	221,5	400,7	61,6
Acre	2,7	147,7	-23,1
Amazonas	82,9	168,9	-17,3
Roraima	115,3	-19,6	16,6
Pará	23,2	133,6	-4,8
Amapá	31,1	-1,0	53,1
Maranhão	79,7	65,3	-31,2
Piauí	126,1	344,5	-40,1
Ceará	-19,8	134,1	-16,8
Rio Grande do Norte	-13,0	217,0	-35,4
Paraíba	-2,5	129,8	-32,5
Pernambuco	-24,8	117,0	-11,6
Alagoas	15,7	51,6	11,9
Sergipe	16,8	40,1	13,6
Bahia	41,3	50,0	20,9
Minas Gerais	22,9	33,1	16,4
Espírito Santo	53,8	74,5	7,7
Rio de Janeiro	16,8	13,8	1,0
São Paulo	15,4	22,5	-1,0
Paraná	35,7	12,5	11,9
Santa Catarina	10,1	67,6	20,5
Rio Grande do Sul	52,1	30,8	2,7
Mato Grosso d Sul	-----	40,4	14,9
Mato Grosso	64,4	139,9	31,3
Goiás	68,4	40,7	6,5
Distrito Federal	38,0	211,1	21,9

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 36
PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES ASSALARIADOS NO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS NA AGRICULTURA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DO NÚMERO DE TRABALHADORES ASSALARIADOS NO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	15,0	16,0	23,3	21,5
Região Norte	5,7	5,1	9,8	7,6
Região Nordeste	12,4	12,0	21,3	17,6
Região Sudeste	27,0	31,0	38,4	37,5
Região Sul	9,8	11,7	15,9	17,1
Região Centro-Oeste	18,0	22,9	31,6	32,0
Rondônia	4,5	2,8	8,4	7,3
Acre	4,3	3,6	7,1	4,5
Amazonas	2,0	2,5	6,1	4,2
Roraima	18,4	17,2	15,6	14,1
Pará	7,6	6,6	11,8	9,4
Amapá	10,4	7,5	9,7	10,0
Maranhão	5,0	7,1	10,5	7,2
Piauí	2,1	4,0	13,8	7,9
Ceará	15,6	12,7	27,9	19,2
Rio Grande do Norte	13,9	9,8	27,4	17,6
Paraíba	12,6	9,0	25,5	14,5
Pernambuco	17,4	13,0	26,3	21,6
Alagoas	22,2	22,4	30,8	29,7
Sergipe	10,5	11,0	15,6	14,9
Bahia	12,9	15,4	21,9	21,9
Minas Gerais	24,3	27,0	34,5	34,2
Espírito Santo	12,3	18,2	28,3	26,7
Rio de Janeiro	30,5	33,2	34,9	32,9
São Paulo	33,1	39,7	48,3	48,2
Paraná	12,7	16,4	21,2	23,2
Santa Catarina	6,3	6,2	10,7	12,1
Rio Grande do Sul	7,8	9,1	12,9	13,2
Mato Grosso do Sul	----	27,0	42,1	44,0
Mato Grosso	15,9	10,7	21,1	24,3
Goiás	19,4	26,1	32,3	31,3
Distrito Federal	23,6	27,6	50,4	52,5

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 37
TRABALHO ASSALARIADO TEMPORARIO NA AGRICULTURA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE TRABALHADORES ASSALARIADOS TEMPORARIOS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	1.488.416	1.696.865	2.767.880	2.861.674
Região Norte	34.803	47.501	109.054	108.029
Região Nordeste	642.745	657.024	1.315.427	1.239.569
Região Sudeste	520.558	563.834	798.822	860.611
Região Sul	199.077	278.334	357.707	434.831
Região Centro-Oeste	91.233	150.172	191.870	218.634
Rondônia	444	1.649	8.928	17.204
Acre	1.644	1.136	3.928	3.098
Amazonas	3.302	7.259	21.171	16.686
Roraima	697	1.417	1.658	1.230
Pará	28.404	35.275	72.647	69.065
Amapá	312	765	722	746
Maranhão	50.785	97.073	157.751	103.407
Piauí	6.913	19.452	98.266	54.385
Ceará	135.600	90.791	203.333	200.941
Rio Grande do Norte	30.354	22.489	89.135	53.020
Paraíba	49.260	44.423	129.099	82.413
Pernambuco	115.281	66.141	153.391	153.314
Alagoas	56.805	50.956	89.426	108.641
Sergipe	15.288	24.044	32.016	38.441
Bahia	182.459	241.655	363.010	445.007
Minas Gerais	291.265	320.438	428.121	523.495
Espírito Santo	17.619	22.273	46.135	53.570
Rio de Janeiro	29.710	36.054	41.302	36.775
São Paulo	181.964	185.069	278.264	246.771
Paraná	119.126	161.851	190.483	261.677
Santa Catarina	30.483	32.464	53.345	65.007
Rio Grande do Sul	49.468	84.019	113.379	108.147
Mato Grosso do Sul	-----	27.376	37.312	37.178
Mato Grosso	26.240	14.002	28.812	42.132
Goiás	64.437	108.236	123.404	136.861
Distrito Federal	556	558	2.342	2.463

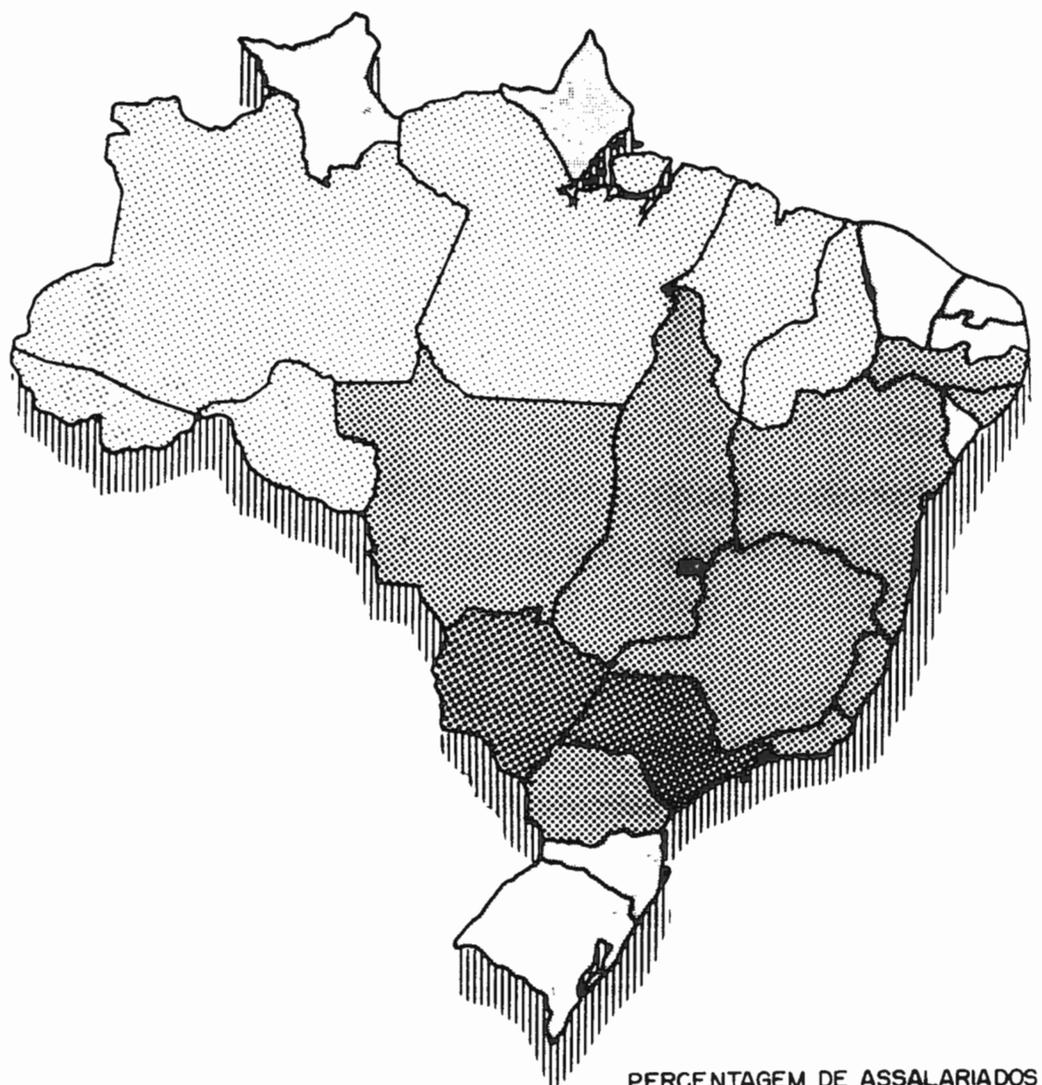
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 38
PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES ASSALARIADOS TEMPORARIOS NO TOTAL DE TRABALHADORES ASSALARIADOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DO NÚMERO DE ASSALARIADOS TEMPORARIOS NO TOTAL DE ASSALARIADOS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	56,3	52,2	56,0	56,6
Região Norte	64,8	65,7	62,7	62,8
Região Nordeste	68,3	62,7	66,3	66,9
Região Sudeste	48,7	43,9	47,9	48,1
Região Sul	48,3	49,2	51,3	56,6
Região Centro-Oeste	54,5	53,8	45,2	45,7
Rondônia	48,3	55,8	60,3	72,0
Acre	61,6	41,2	57,5	58,9
Amazonas	58,2	69,9	75,9	72,3
Roraima	45,8	43,2	62,9	40,0
Pará	67,9	68,5	60,3	60,3
Amapá	28,7	53,6	51,2	34,5
Maranhão	85,5	91,0	89,4	85,2
Piauí	63,8	79,4	90,2	83,4
Ceará	85,3	71,2	68,1	80,9
Rio Grande do Norte	70,1	60,2	75,3	69,3
Paraíba	66,7	61,7	78,0	73,8
Pernambuco	58,7	44,8	47,9	54,1
Alagoas	59,4	46,0	53,3	57,9
Sergipe	54,3	73,1	69,5	73,5
Bahia	66,3	62,1	62,2	63,1
Minas Gerais	60,4	54,1	54,3	57,0
Espírito Santo	47,7	39,2	46,6	50,2
Rio de Janeiro	37,5	38,9	39,2	34,6
São Paulo	38,7	34,1	41,9	37,5
Paraná	47,4	47,5	49,6	61,0
Santa Catarina	63,0	61,0	59,8	60,5
Rio Grande do Sul	43,8	48,8	50,6	46,8
Mato Grosso do Sul	----	39,5	38,3	33,2
Mato Grosso	44,3	49,9	42,8	47,7
Goiás	60,5	60,3	48,9	50,9
Distrito Federal	32,4	23,6	31,8	27,4

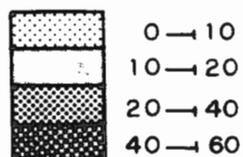
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TRABALHADORES ASSALARIADOS



PERCENTAGEM DE ASSALARIADOS
NO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS
NA AGRICULTURA

ESCALA
0 320 640 960km



FONTE: IBGE / Censo Agropecuário - 1985

ASPECTOS DA ESTRUTURA DE ACESSO A TERRA

A estrutura de acesso à terra pode ter alguns de seus traços fundamentais apreendidos a partir da focalização de seus extremos. Pretende-se, nessa perspectiva, mostrar, de um lado, o acesso à terra em bases precárias, por força de uma dimensão extremamente reduzida de estabelecimentos, - os de menos de 2 hectares - e, por outro, retratar as condições mais privilegiadas de acesso ao bem de produção focalizado, uma vez que estabelecimentos de elevada dimensão - mais de 1000 hectares - implicam situação favorável quanto aos recursos financeiros por parte dos produtores.

No período focalizado - 1970-85 -, chama a atenção a operação concomitante de dois processos: o da fragmentação da malha fundiária expresso no aumento do número de unidades muito pequenas de produção e o da acentuação da concentração da terra nos patamares superiores de tamanho dos estabelecimentos.

Assim, enquanto os estabelecimentos de menos de 2 hectares passaram de 18,0% a 21,7% do número total de estabelecimentos, constituindo somente 0,3% da área, os de mais de 1000 hectares elevaram de 39,5% a 43,9% a sua participação na área total dos estabelecimentos, embora representassem, em 1985, apenas 0,9% do número.

No que se refere à expressão dos estabelecimentos muito pequenos, a média nacional é influenciada pela situação do Nordeste, região na qual os estabelecimentos de menos de 2 hectares, que já representavam, em 1970, 33,9% do número total, tiveram reforçada sua participação para 37,7%, em 1985. O quadro fundiário regional apresenta particular gravidade no Maranhão, Estado no qual, nesse último ano do período observado, os estabelecimentos muito pequenos constituíam 65,3% do número de estabelecimentos, ocupando 2,1% da área total.

Observa-se que o patamar selecionado para os estabelecimentos muito pequenos tem um significado crítico para aquelas áreas nas quais dominam os sistemas tradicionais na agricultura e estão ausentes produtos de alta densidade econômica capazes de remunerar o produtor em pequenos espaços trabalhados. É nesse sentido que se ressaltou a problemática da concentração de estabelecimentos muito pequenos no Nordeste, agravada, na maioria das vezes, pela condição de não propriedade dos estabelecimentos.

Ainda com relação aos estabelecimentos muito pequenos cabe mencionar o aumento de sua participação percentual no número total de estabelecimentos nas Regiões Sudeste e Sul embora, em cada uma delas, tenham permanecido de 1970 a 1985 ocupando, apenas, 0,1% da área dos estabelecimentos. Tratando-se de Regiões que abrigam as maiores concentrações urbanas do País, sediam, também, com expressão, atividades de alta densidade econômica como a

horticultura, floricultura, avicultura e cultivos destinados ao processamento industrial como o tabaco, atividades essas que podem ser rentáveis em estabelecimentos de pequena dimensão. Nesse sentido, é de supor que a expansão numérica dos estabelecimentos de menos de 2 hectares nessas Regiões de maior avanço do capitalismo esteja vinculada a essas atividades de abastecimento urbano para consumo direto da população ou da indústria, não apresentando o componente preocupante da multiplicação dos minifúndios no Nordeste.

A evolução da participação dos grandes estabelecimentos, em termos de área por eles ocupada, apresentou, no período 1970-85, a característica comum de acentuação da sua importância no quadro fundiário macrorregional. Embora não tenham tido os estabelecimentos de dimensão superior a 1000 hectares expressivamente aumentada a sua participação percentual na área total dos estabelecimentos, o pequeno reforço de sua posição serviu para deixar evidenciado que a fragmentação das unidades produtivas é processo restrito aos patamares de médios e pequenos estabelecimentos, não atingindo, praticamente, os níveis superiores de tamanho dos estabelecimentos.

Chama a atenção a maior expressão espacial dos grandes estabelecimentos nas Regiões de fronteira. Sendo o período sob observação de grande avanço da ocupação no Centro Oeste e no Norte, ele serviu para consolidar, com as feições da moderna fronteira, a presença do grande empreendimento agropecuário.

No Centro Oeste, a participação dos estabelecimentos de mais de 1000 hectares elevou-se de 68,3% a 69,3% de 1970 a 1985, sendo Mato Grosso o Estado de maior importância dessa categoria, com 83,7% da área total das unidades de exploração ocupada por grandes estabelecimentos. Mato Grosso do Sul esboça tendência de desconcentração com aumento de participação do número de grandes estabelecimentos e redução do percentual de área que detêm, embora, em 1985, ainda representassem 80,2% da área total.

A tradição de atividades desenvolvidas em grandes unidades produtivas - pecuária extensiva e extrativismo vegetal - e a evolução recente centrada na grande empresa mecanizada respondem pela característica de alta participação dos grandes estabelecimentos no Centro Oeste. A lavoura moderna de grãos, efetuada muitas vezes em terras arrendadas, parece responder pela alteração no quadro fundiário com a maior representatividade de estabelecimentos de porte médio, ainda que tendendo a grande e pela consequente atenuação da dominância dos grandes estabelecimentos em algumas áreas do Centro Oeste.

A Região Norte ocupou, ao longo do período 1970-85, a segunda posição quanto à dominância dos grandes estabelecimentos. A grande unidade de tradicional exploração extrativista vegetal somou-se, na recente expansão da fronteira, o grande estabelecimento pecuarista decorrente de investimentos incentivados na Amazônia, o que responde pelo fato de os estabelecimentos de mais de 1000

hectares ocuparem praticamente a metade da área total dos estabelecimentos. No Pará, Estado no qual foi muito intensa a implantação de grandes empreendimentos modernos, a participação das grandes unidades de exploração atingia, em 1985, 55,9% da área total dos estabelecimentos.

Ocupando a terceira posição quanto ao peso, no quadro fundiário, dos grandes estabelecimentos situa-se o Nordeste que foi a Região na qual, no período sob observação, mais se acentuou a participação dessa categoria de estabelecimentos. Nesse sentido, essa Região retrata bem a ocorrência do processo concentracionista, abrigando tanto a multiplicação de minifúndios quanto o aumento da importância da grande unidade de exploração. Coube, sem dúvida, ao Estado da Bahia o aprofundamento da importância do grande estabelecimento no cenário regional, na medida que a vertente empresarial dominante na ocupação das terras do oeste do Estado fez com que os estabelecimentos de mais de 1000 hectares aumentassem de 23,2% a 36,9% a sua participação na área total dos estabelecimentos.

Considerando que os dados censitários não refletem a estrutura da propriedade da terra, mas a estrutura do acesso à terra, pois tomam em conta as categorias dimensionais de estabelecimento, qualquer que seja a condição do produtor, avalia-se que a questão da concentração de terras é ainda mais grave do que a retratada nos números aqui utilizados. Na medida que a questão da concentração da terra e dos sem terra está na raiz da problemática agrária porque sintetiza as

desigualdades de poder e de acesso a recursos no campo, parece evidente que mecanismos distributivistas na agricultura passariam necessariamente por um acesso mais justo e democrático à terra no espaço permitido sob os valores e a lógica do sistema econômico dominante.

TABELA 39
 NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE MENOS DE 2 HECTARES

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE MENOS DE 2 HECTARES			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	885.408	991.062	984.606	1.266.656
Região Norte	32.601	42.101	32.499	42.155
Região Nordeste	748.717	856.711	832.636	1.062.808
Região Sudeste	50.124	46.032	55.665	80.366
Região Sul	48.291	40.659	57.963	73.003
Região Centro-Oeste	5.675	5.559	5.843	8.324
Rondônia	9	587	754	1.833
Acre	198	1.102	435	693
Amazonas	7.413	12.441	8.683	11.636
Roraima	21	615	82	362
Pará	24.791	26.981	22.461	27.292
Amapá	169	375	84	339
Maranhão	238.713	330.208	311.663	348.572
Piauí	100.511	93.432	106.109	120.980
Ceará	27.874	27.207	27.485	67.944
Rio Grande do Norte	30.113	32.056	29.366	36.694
Paraíba	39.910	66.847	39.858	68.127
Pernambuco	124.358	109.161	108.450	132.349
Alagoas	38.082	47.441	48.791	72.822
Sergipe	47.473	51.364	44.973	61.504
Bahia	101.683	98.995	115.941	153.816
Minas Gerais	19.545	18.893	21.398	33.925
Espírito Santo	1.210	868	1.352	2.462
Rio de Janeiro	11.786	11.899	16.712	24.663
São Paulo	17.583	14.372	16.203	19.316
Paraná	19.130	15.065	26.275	34.624
Santa Catarina	6.781	8.691	10.389	12.689
Rio Grande do Sul	22.380	16.903	21.299	25.690
Mato Grosso do Sul	-----	1.546	1.584	2.781
Mato Grosso	4.088	2.305	2.212	2.699
Goiás	1.490	1.627	2.013	2.748
Distrito Federal	97	81	34	96

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 40
PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE MENOS DE 2 HECTARES NO NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE MENOS DE 2 HECTARES NO NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	18,0	19,8	19,1	21,7
Região Norte	12,5	12,5	8,0	8,4
Região Nordeste	33,9	36,4	34,0	37,7
Região Sudeste	5,4	5,2	6,2	8,0
Região Sul	3,8	3,5	5,1	6,1
Região Centro-Oeste	2,2	2,1	2,2	2,6
Rondônia	0,1	2,3	1,6	2,2
Acre	0,9	4,4	1,6	2,0
Amazonas	8,7	13,4	8,6	9,9
Roraima	1,1	20,4	2,2	5,6
Pará	17,5	14,4	10,0	10,7
Amapá	7,3	9,3	1,9	7,0
Maranhão	60,2	66,5	62,7	65,3
Piauí	46,1	43,1	42,6	44,5
Ceará	11,4	10,8	11,2	20,8
Rio Grande do Norte	29,1	30,6	27,6	31,5
Paraíba	23,5	33,4	23,8	33,3
Pernambuco	37,5	34,5	32,8	36,9
Alagoas	36,2	41,0	41,3	50,6
Sergipe	49,8	50,7	46,9	52,9
Bahia	18,8	18,1	18,2	20,6
Minas Gerais	4,3	4,1	4,4	6,1
Espírito Santo	1,7	1,4	2,3	3,5
Rio de Janeiro	15,2	15,6	21,5	26,9
São Paulo	5,4	5,2	5,9	6,8
Paraná	3,4	3,1	5,8	7,4
Santa Catarina	3,3	4,2	4,8	5,4
Rio Grande do Sul	4,4	3,6	4,5	5,1
Mato Grosso do Sul	----	2,7	3,3	5,1
Mato Grosso	3,8	4,1	3,5	3,4
Goiás	1,0	1,1	1,3	1,5
Distrito Federal	5,1	4,4	1,3	2,8

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 41
 AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DE MENOS DE 2 HECTARES

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	AREA DOS ESTABELECIMENTOS DE MENOS DE 2 HECTARES			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	893.637	1.018.637	986.945	1.202.629
Região Norte	33.967	46.105	36.301	41.546
Região Nordeste	752.335	875.440	835.600	1.010.662
Região Sudeste	48.752	46.882	52.160	71.605
Região Sul	52.062	43.908	56.836	70.195
Região Centro-Oeste	6.521	6.302	6.045	8.621
Rondônia	12	502	845	1.710
Acre	226	1.247	509	648
Amazonas	7.482	13.051	9.266	10.432
Roraima	25	635	98	355
Pará	25.973	30.319	25.462	28.050
Amapá	251	350	117	351
Maranhão	248.127	336.241	311.721	330.413
Piauí	93.606	93.018	102.690	112.065
Ceará	29.836	30.246	30.520	73.363
Rio Grande do Norte	27.017	31.142	27.050	33.940
Paraíba	41.729	62.420	39.100	59.932
Pernambuco	122.254	111.635	106.711	124.026
Alagoas	38.987	50.826	50.443	68.280
Sergipe	40.007	44.191	38.441	47.487
Bahia	110.773	115.721	128.915	161.156
Minas Gerais	19.550	20.122	21.889	33.282
Espírito Santo	1.176	859	1.187	2.193
Rio de Janeiro	9.638	10.600	12.507	17.610
São Paulo	18.388	15.302	16.574	18.520
Paraná	21.899	18.265	26.054	33.631
Santa Catarina	7.059	8.624	10.279	12.361
Rio Grande do Sul	23.105	17.019	20.500	24.203
Mato Grosso do Sul	-----	1.758	1.687	2.685
Mato Grosso	4.858	2.670	2.122	2.856
Goiás	1.578	1.789	2.196	2.977
Distrito Federal	85	85	36	103

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 42
PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE MENOS DE 2 HECTARES NA ÁREA TOTAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS DE MENOS DE 2 HECTARES NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	0,3	0,3	0,3	0,3
Região Norte	0,1	0,1	0,1	0,1
Região Nordeste	1,0	1,1	0,9	1,1
Região Sudeste	0,1	0,1	0,1	0,1
Região Sul	0,1	0,1	0,1	0,1
Região Centro-Oeste	0,0	0,0	0,0	0,0
Rondônia	0,0	0,0	0,0	0,0
Acre	0,0	0,0	0,0	0,0
Amazonas	0,2	0,2	0,1	0,2
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	0,2	0,2	0,1	0,1
Amapá	0,0	0,0	0,0	0,0
Maranhão	2,3	2,7	2,1	2,1
Piauí	1,0	0,9	0,9	0,9
Ceará	0,2	0,3	0,3	0,7
Rio Grande do Norte	0,6	0,7	0,6	0,8
Paraíba	0,9	1,3	0,8	1,2
Pernambuco	1,9	1,8	1,6	1,8
Alagoas	1,7	2,2	2,1	2,9
Segipe	2,3	2,4	2,0	2,5
Bahia	0,5	0,5	0,4	0,5
Minas Gerais	0,0	0,0	0,0	0,1
Espírito Santo	0,0	0,0	0,0	0,1
Rio de Janeiro	0,3	0,3	0,4	0,5
São Paulo	0,1	0,1	0,1	0,1
Paraná	0,1	0,1	0,2	0,2
Santa Catarina	0,1	0,1	0,1	0,2
Rio Grande do Sul	0,1	0,1	0,1	0,1
Mato Grosso do Sul	---	0,0	0,0	0,0
Mato Grosso	0,0	0,0	0,0	0,0
Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0
Distrito Federal	0,0	0,0	0,0	0,0

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 43
 NÚMERO DES ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE MAIS DE 1.000 HECTARES

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE MAIS DE 1.000 HECTARES			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	36.874	41.468	47.841	50.521
Região Norte	2.362	2.788	4.351	4.895
Região Nordeste	8.661	9.121	10.233	10.608
Região Sudeste	7.746	8.663	8.585	8.378
Região Sul	4.790	5.202	5.550	5.451
Região Centro-Oeste	13.315	15.694	19.122	21.189
Rondônia	109	278	563	464
Acre	192	119	313	320
Amazonas	137	284	883	550
Roraima	673	453	709	576
Pará	1.136	1.560	1.805	2.863
Amapá	115	94	78	122
Maranhão	1.895	1.926	2.288	2.349
Piauí	1.333	1.384	1.468	1.435
Ceará	1.238	1.002	1.088	1.021
Rio Grande do Norte	604	603	608	604
Paraíba	530	568	563	543
Pernambuco	510	483	511	4.475
Alagoas	215	250	244	226
Sergipe	136	148	167	153
Bahia	2.199	2.756	3.295	3.802
Minas Gerais	4.837	5.452	5.433	5.227
Espírito Santo	165	232	260	264
Rio de Janeiro	296	299	290	291
São Paulo	2.448	2.680	2.602	2.596
Paraná	1.087	1.348	1.537	1.550
Santa Catarina	468	475	624	572
Rio Grande do Sul	3.235	3.379	3.389	3.329
Mato Grosso do Sul	-----	5.017	5.822	6.219
Mato Grosso	7.084	2.706	4.510	5.579
Goiás	6.211	7.943	8.748	9.343
Distrito Federal	20	28	42	48

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 44

PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE MAIS DE 1.000 HECTARES NO NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE MAIS DE 1.000 HECTARES NO NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	0,7	0,8	0,9	0,9
Região Norte	0,9	0,8	1,1	1,0
Região Nordeste	0,4	0,4	0,4	0,4
Região Sudeste	0,8	1,0	1,0	0,8
Região Sul	0,4	0,4	0,5	0,4
Região Centro-Oeste	5,3	5,8	7,1	6,7
Rondônia	1,5	1,1	1,2	0,6
Acre	0,8	0,5	1,1	0,9
Amazonas	0,2	0,3	0,9	0,5
Roraima	34,5	15,0	18,9	9,0
Pará	0,8	0,8	0,8	1,1
Amapá	5,0	2,3	1,8	2,5
Maranhão	0,5	0,4	0,5	0,4
Piauí	0,6	0,6	0,6	0,5
Ceará	0,5	0,4	0,4	0,3
Rio Grande do Norte	0,6	0,6	0,6	0,5
Paraíba	0,3	0,3	0,3	0,3
Pernambuco	0,1	0,1	0,1	0,1
Alagoas	0,2	0,2	0,2	0,2
Sergipe	0,1	0,1	0,2	0,1
Bahia	0,4	0,5	0,5	0,5
Minas Gerais	1,1	1,2	1,1	0,9
Espírito Santo	0,2	0,4	0,4	0,4
Rio de Janeiro	0,4	0,4	0,4	0,3
São Paulo	0,7	1,0	0,9	0,9
Paraná	0,2	0,3	0,3	0,3
Santa Catarina	0,2	0,2	0,3	0,2
Rio Grande do Sul	0,6	0,7	0,7	0,7
Mato Grosso do Sul	----	8,7	12,1	11,3
Mato Grosso	6,7	4,8	7,1	7,1
Goiás	4,3	5,2	5,7	5,2
Distrito Federal	1,0	1,5	1,6	1,4

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 45
 AREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS DE MAIS DE 1.000 HECTARES

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	AREA DOS ESTABELECIMENTOS DE MAIS DE 1.000 HECTARES			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	116.249.591	138.818.757	164.556.628	165.313.158
Região Norte	11.134.417	19.071.403	21.864.517	21.909.942
Região Nordeste	20.249.496	22.970.642	27.946.097	30.101.334
Região Sudeste	18.444.043	20.339.562	21.660.126	20.568.693
Região Sul	10.627.450	11.316.696	12.037.922	11.673.560
Região Centro-Oeste	55.794.187	65.120.454	81.047.960	81.059.629
Rondônia	625.843	1.022.055	1.979.866	1.787.284
Acre	1.212.308	1.258.984	1.925.880	1.748.709
Amazonas	639.196	4.749.962	3.640.606	2.131.946
Roraima	1.307.657	1.637.048	2.085.729	1.517.124
Pará	6.905.891	9.916.726	11.758.463	13.872.435
Amapá	443.523	486.626	473.966	852.444
Maranhão	4.505.011	5.128.226	6.633.117	6.501.590
Piauí	3.466.601	4.399.685	4.701.004	4.916.116
Ceará	2.939.266	2.182.534	2.411.013	2.308.885
Rio Grande do Norte	1.490.699	1.496.566	1.432.764	1.261.853
Paraíba	979.795	1.028.909	1.088.734	977.613
Pernambuco	968.292	940.059	966.722	944.457
Alagoas	450.555	466.055	458.671	398.462
Sergipe	275.287	288.670	322.517	294.538
Bahia	5.172.391	7.038.340	9.929.939	12.497.820
Minas Gerais	11.765.375	13.024.875	14.662.692	13.263.984
Espírito Santo	334.237	518.454	628.246	645.685
Rio de Janeiro	643.289	678.382	573.293	623.385
São Paulo	5.701.142	6.117.850	5.795.890	6.035.639
Paraná	2.732.391	3.439.013	3.736.644	3.801.436
Santa Catarina	1.012.247	1.061.361	1.352.504	1.262.201
Rio Grande do Sul	6.882.812	6.816.323	6.948.768	6.609.923
Mato Grosso do Sul	-----	24.395.756	25.611.864	24.956.652
Mato Grosso	39.351.035	18.973.302	29.596.103	32.083.500
Goiás	16.383.997	21.680.455	25.755.344	23.918.051
Distrito Federal	59.155	70.942	84.641	101.426

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

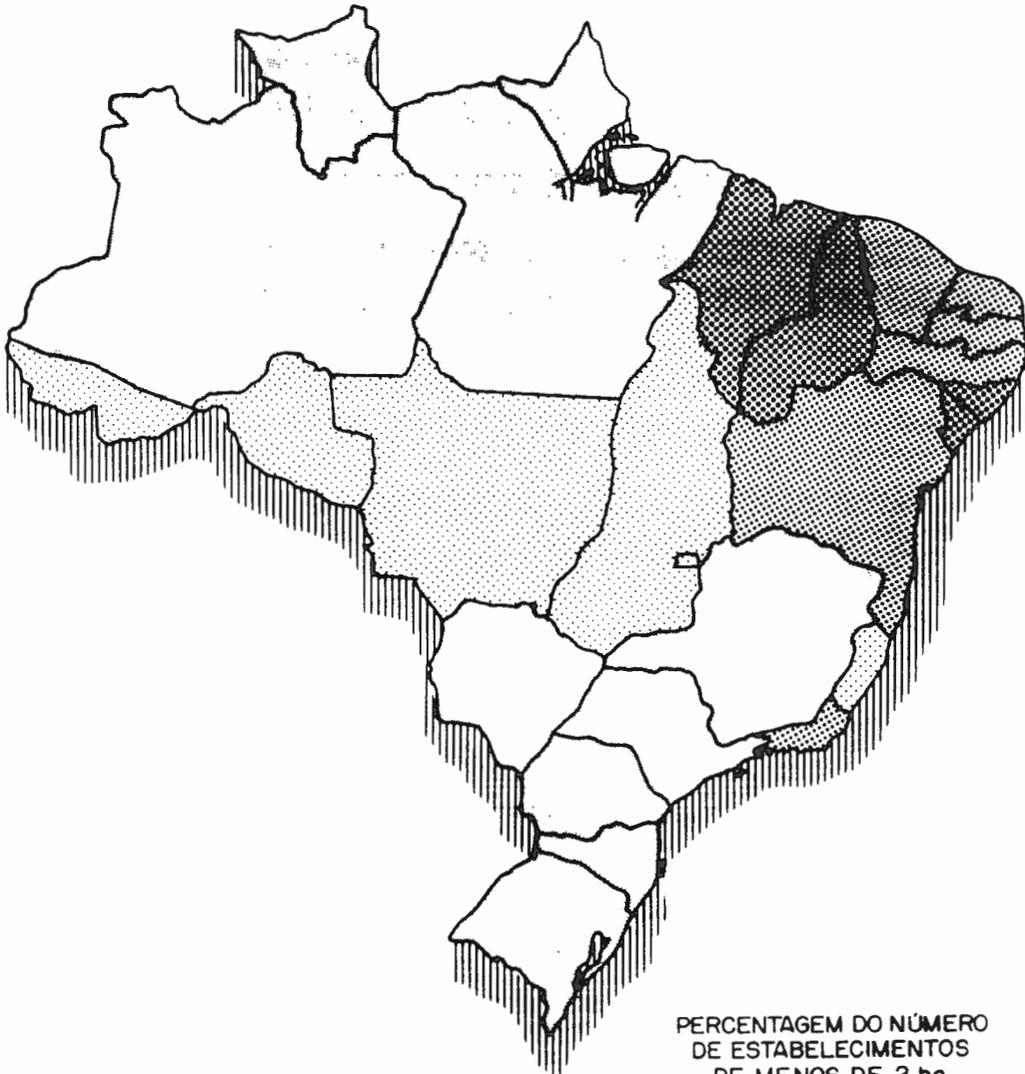
TABELA 46

PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE MAIS DE 1.000 HECTARES NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS DE MAIS DE 1.000 HECTARES NA ÁREA TOTAL DE ESTABELECIMENTOS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	39,5	42,9	45,1	43,9
Região Norte	48,0	58,5	52,6	48,5
Região Nordeste	27,2	29,2	31,6	32,5
Região Sudeste	26,5	28,1	29,5	27,9
Região Sul	23,4	24,5	25,1	24,2
Região Centro-Oeste	68,3	69,3	71,4	69,3
Rondônia	38,4	33,2	37,9	29,4
Acre	29,4	29,3	33,9	33,3
Amazonas	14,3	73,1	51,9	37,9
Roraima	82,0	89,1	84,7	70,5
Pará	64,2	61,3	57,5	55,9
Amapá	73,5	65,6	64,5	70,5
Maranhão	41,7	41,3	43,8	41,8
Piauí	36,1	41,8	42,1	41,5
Ceará	24,3	19,9	20,5	20,7
Rio Grande do Norte	32,6	34,2	31,7	28,7
Paraíba	21,4	21,7	22,2	20,0
Pernambuco	15,1	14,9	14,5	14,0
Alagoas	20,1	20,4	19,1	16,8
Sergipe	15,8	15,9	17,0	15,3
Bahia	23,2	27,9	33,1	36,9
Minas Gerais	28,0	29,2	31,6	28,9
Espírito Santo	8,9	13,5	16,5	16,5
Rio de Janeiro	19,4	19,7	18,0	18,8
São Paulo	27,9	29,8	28,7	29,2
Paraná	18,7	22,0	22,8	22,6
Santa Catarina	14,4	15,4	18,1	17,0
Rio Grande do Sul	28,9	28,8	28,9	27,7
Mato Grosso do Sul	----	85,0	83,3	80,2
Mato Grosso	86,0	86,4	85,6	83,7
Goiás	45,8	50,3	53,8	50,6
Distrito Federal	34,8	38,3	29,7	32,3

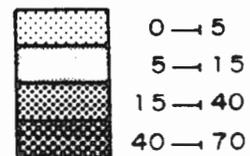
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

PEQUENOS ESTABELECIMENTOS



PERCENTAGEM DO NÚMERO
DE ESTABELECIMENTOS
DE MENOS DE 2 ha
NO NÚMERO TOTAL
DE ESTABELECIMENTOS

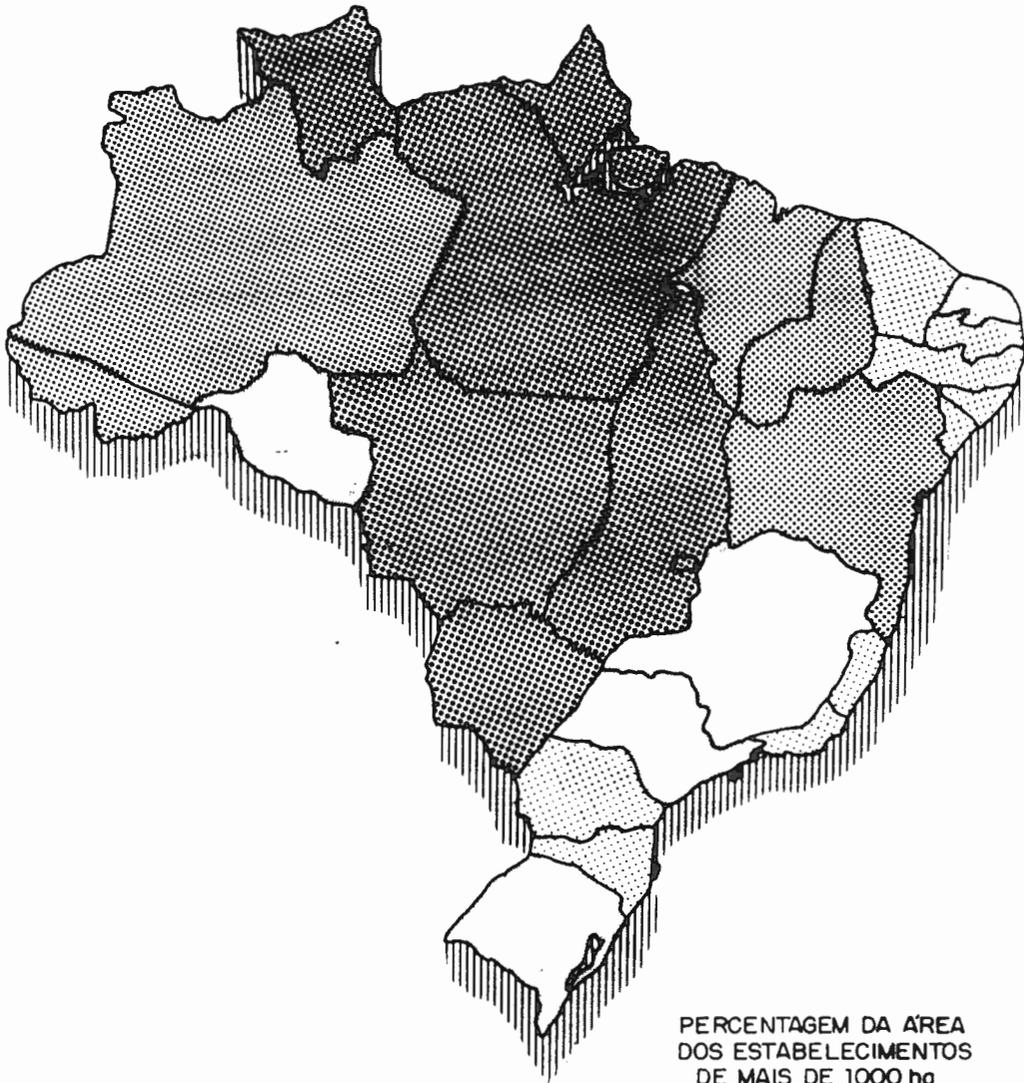
ESCALA
0 320 640 960 km



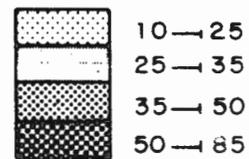
FONTE: IBGE / Censo Agropecuário—1985

Mapa 8

GRANDES ESTABELECIMENTOS



ESCALA
0 320 640 960km



FONTE: IBGE / Censo Agropecuário — 1985

Ociosidade das Terras

No contexto da problemática agrária nacional, torna-se particularmente oportuno focalizar a questão da ociosidade das terras, tanto no que ela pode traduzir em termos de fraca evolução dos sistemas agrários, tanto no que ela pode significar quanto à exploração especulativa das terras. Nesse sentido, trata-se de um indicativo para orientar ações com vistas à melhoria da própria condição de subsistência dos produtores ou trabalhadores rurais ou à mais justa distribuição da terra.

Ainda que tenha apresentado redução, quer em termos absolutos, quer quanto ao percentual na área total dos estabelecimentos no período sob consideração, chama a atenção o elevado estoque de terras produtivas não utilizadas no País. Em 1970 essas terras perfaziam 33410460 hectares e representavam 11,4% da área total dos estabelecimentos, enquanto em 1985 constituíam 6,4% da área, com um quantitativo de 24011816 hectares.

Para se avaliar a grandeza do estoque de terras ociosas, em nível nacional, basta dizer que a área em lavouras no País representa um pouco mais do dobro da extensão dessas terras produtivas não utilizadas. Importa também ressaltar que nos primeiros cinco anos da década de 1980 praticamente não se reduziu a ociosidade da terra, enquanto cresceu a questão social no campo com a

persistência e o agravamento do acesso à terra por parte de um contingente muito expressivo de produtores e de trabalhadores rurais.

A Região Nordeste, de onde se originam fluxos migratórios de população rural para outras regiões do País, detinha, em 1985, o elevadíssimo percentual de 53,8% do estoque nacional de terras ociosas, que totalizavam 12915936 hectares. Os Estados da Bahia, Maranhão e Piauí, concentram, respectivamente, 17,0%, 13,7% e 11,2% das terras ociosas no Brasil, o primeiro deles certamente em função do descompasso entre a acelerada ocupação da terra e a necessidade efetiva de sua colocação em uso produtivo. No Maranhão e Piauí, a marcante existência de sistemas agrários pouco evoluídos é que responde por uma proporção muito alta de terras produtivas que não são colocadas em uso de forma contínua; esses sistemas agrários se baseiam num esquema de rotação do uso da terra prevendo a recuperação de sua fertilidade por um processo de pousio, durante o qual a terra fica sem utilização efetiva por vários anos.

Concentrando 24,1% das terras ociosas do País em 1985, o Centro Oeste com 5791290 hectares de terras produtivas não utilizadas evidencia bem a questão do rápido processo de apropriação de terras na fronteira, ao qual não correspondeu, no mesmo ritmo, a implantação de usos produtivos. Esse processo de apropriação veda a possibilidade de reprodução, em grandes extensões de terra, de esquemas de ocupação que se constituiriam em mecanismos

compensatórios da exclusão de um grande contingente de agricultores de um modelo de agricultura moderna implantada em áreas de estruturação antiga, com altas taxas de ocupação.

Inserida no mesmo processo de ocupação intensa das terras de fronteira está a Região Norte que, embora tenha tido, ao longo do período focalizado, redução significativa do percentual de terras ociosas na área dos estabelecimentos detinha, ainda, em 1985, o significativo percentual de 11,1% do total nacional. Somente o Estado do Pará, no qual os grandes empreendimentos agrários se constituíram na tônica da ocupação de seu território, nos últimos anos, concentrava, nesse ano, 8,0% das terras ociosas do País, o que dá uma medida dos efeitos perversos do esquema dominante de apropriação de terras na fronteira.

A Região Sul que, ao longo do período considerado, teve reestruturada a sua produção com a expansão da soja e o conseqüente aproveitamento de terras, antes inseridas em sistemas agrários tradicionais, foi a que teve mais acentuada redução do grau de ociosidade das terras, de 1970 a 1985. Neste ano, as terras produtivas não utilizadas ocupavam 2,0% da área dos estabelecimentos e constituíam apenas 4,0% do estoque de terras ociosas do País. Neste contexto, cabe referir que para solucionar a questão dos sem terra da Região talvez seja necessário ir além do que vem sendo proposto quanto à destinação de terras produtivas não utilizadas para a implantação de um setor reformado. De outro modo, seria viável uma solução

fora dos limites regionais no caso de a questão do acesso à terra por parte daqueles despossuídos permanecer vinculada, como vem estando à ociosidade das terras.

No Sudeste também é fraca a participação de terras produtivas não utilizadas no total nacional, situando-se em 7,0%. São Paulo era, em 1985, a Unidade Federada que, na Região, apresentava o menor percentual de terras ociosas na área total dos estabelecimentos - 1,3% -, dada a redução rápida ocorrida nos níveis de ociosidade pela acentuada valorização da terra decorrente da modernização crescente de sua agricultura.

É, com efeito, a esse processo acelerado de valorização da terra, quer nas áreas de estruturação antiga que passaram por uma reorganização técnico-produtiva, quer nas áreas de fronteira estruturadas predominantemente com base em grandes empreendimentos modernos que se deve a quase generalizada redução, de 1970 a 1985, do estoque de terras ociosas no País.

TABELA 47
TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	AREA DAS TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUARIOS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	33.410.460	30.637.402	24.796.570	24.011.816
Região Norte	3.415.139	2.926.166	2.900.418	2.665.500
Região Nordeste	15.319.635	15.328.568	12.293.317	12.915.936
Região Sudeste	3.894.855	3.171.151	2.059.980	1.673.027
Região Sul	4.498.760	2.856.831	1.210.132	966.063
Região Centro-Oeste	6.282.072	6.354.686	6.332.720	5.791.290
Rondônia	350.328	56.341	73.537	91.205
Acre	83.350	53.798	80.303	88.026
Amazonas	463.768	543.938	504.715	389.093
Roraima	27.809	55.888	49.365	50.738
Pará	2.443.032	2.129.563	2.076.021	1.925.353
Amapá	46.852	86.638	116.476	121.085
Maranhão	3.944.157	4.047.488	3.810.430	3.300.109
Piauí	2.556.631	2.871.995	3.064.929	2.689.513
Ceará	1.732.859	1.926.553	588.241	1.282.906
Rio Grande do Norte	645.257	257.921	198.558	269.625
Paraíba	525.982	611.240	424.599	381.287
Pernambuco	1.316.634	993.796	583.160	679.880
Alagoas	509.032	366.389	220.252	144.832
Sergipe	252.823	147.022	96.619	84.058
Bahia	3.835.967	4.105.864	3.306.224	4.083.726
Minas Gerais	2.110.881	1.870.544	1.446.583	1.134.364
Espírito Santo	405.618	321.526	156.715	150.607
Rio de Janeiro	253.634	219.246	109.932	118.382
São Paulo	1.124.723	759.836	346.749	269.674
Paraná	2.203.725	1.631.611	602.528	418.511
Santa Catarina	1.109.968	666.345	288.730	250.564
Rio Grande do Sul	1.185.068	558.875	318.873	296.988
Mato Grosso do Sul	-----	1.063.020	839.809	583.420
Mato Grosso	2.394.539	2.218.891	2.494.093	2.178.851
Goiás	3.869.843	3.036.437	2.960.905	3.014.940
Distrito Federal	17.691	36.338	37.911	14.079

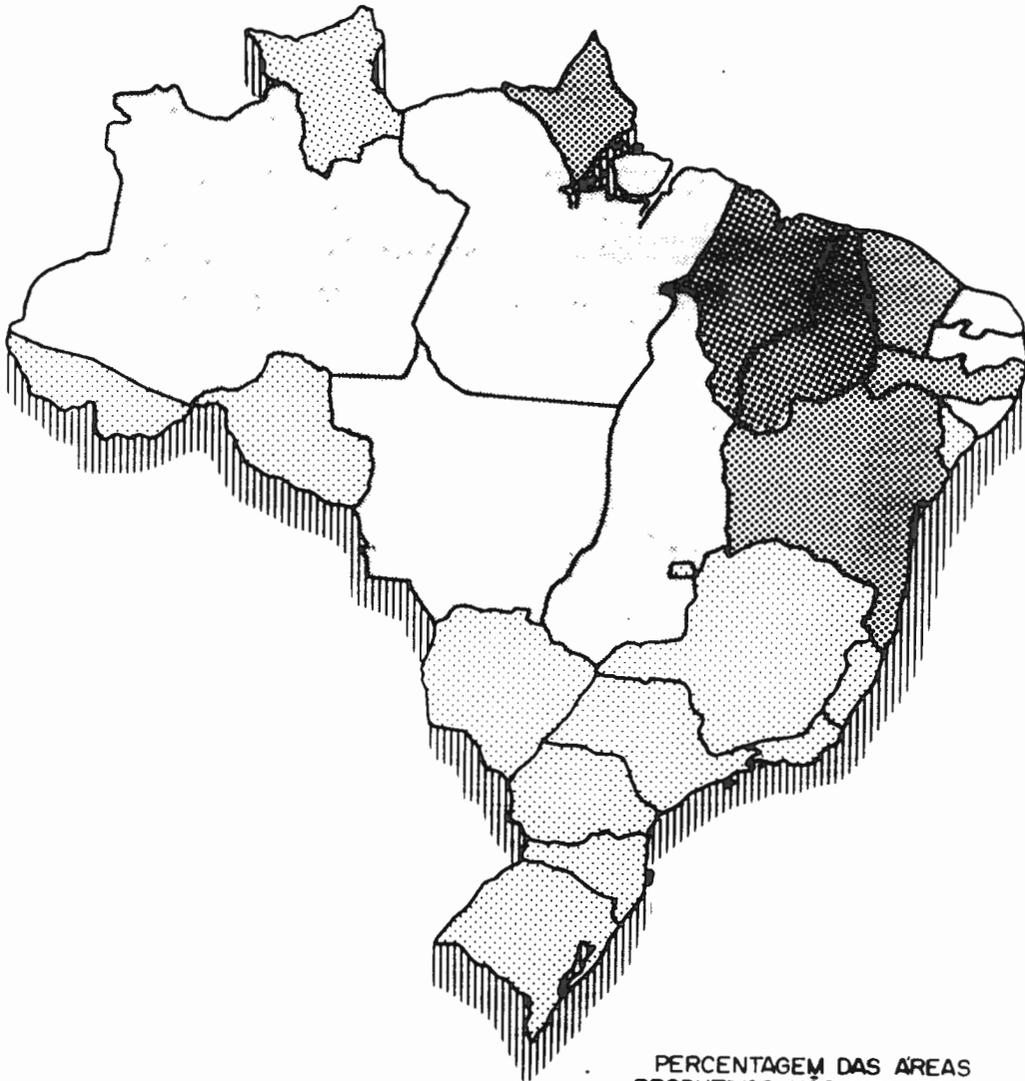
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 48
PARTICIPAÇÃO DA ÁREA DAS TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS NA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DA ÁREA DAS TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	11,4	9,5	6,8	6,4
Região Norte	14,7	9,0	7,0	5,9
Região Nordeste	20,6	19,5	13,9	13,9
Região Sudeste	5,6	4,4	2,8	2,3
Região Sul	9,9	6,2	2,5	2,0
Região Centro-Oeste	7,7	6,8	5,6	4,9
Rondônia	21,5	1,8	1,4	1,5
Acre	2,0	1,2	1,4	1,7
Amazonas	10,4	8,4	7,2	6,9
Roraima	1,7	3,0	2,0	2,4
Pará	22,7	13,2	10,1	7,8
Amapá	7,8	11,7	15,8	10,0
Maranhão	36,5	32,6	25,4	21,2
Piauí	26,6	27,3	27,5	22,7
Ceará	14,3	17,5	5,0	11,5
Rio Grande do Norte	14,1	5,9	4,4	6,1
Paraíba	11,5	12,9	8,6	7,8
Pernambuco	20,6	15,8	8,8	10,1
Alagoas	22,7	16,0	9,2	6,1
Sergipe	14,5	8,1	5,1	4,4
Bahia	17,2	16,2	11,0	12,1
Minas Gerais	5,0	4,2	3,1	2,5
Espírito Santo	10,8	8,4	4,1	3,9
Rio de Janeiro	7,6	6,4	3,5	3,6
São Paulo	5,5	3,7	1,7	1,3
Paraná	15,1	10,4	3,7	2,5
Santa Catarina	15,8	9,7	3,9	3,4
Rio Grande do Sul	5,0	2,4	1,3	1,2
Mato Grosso do Sul	----	3,7	2,7	1,9
Mato Grosso	5,2	10,1	7,2	5,7
Goiás	10,8	7,0	6,2	6,4
Distrito Federal	10,4	19,6	13,3	4,5

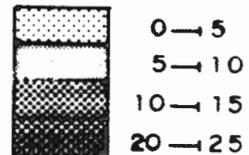
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

OCIOSIDADE DAS TERRAS



PERCENTAGEM DAS ÁREAS
 PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS
 NA ÁREA TOTAL
 DOS ESTABELECIMENTOS

ESCALA
 0 320 640 960 km



FONTE: IBGE / Censo Agropecuário — 1985

Mapa 10

PRODUTORES SEM TERRA

Consideração fundamental para a compreensão da problemática da agricultura brasileira é aquela que diz respeito ao contingente de produtores sem terra, não só pela sua expressão quantitativa mas, em especial, pela gravidade da questão social envolvida.

A perspectiva de tratar a magnitude dos produtores sem terra pela via dos produtores não proprietários, como aqui é adotada, traz, por um lado, uma superavaliação ao incluir produtores que têm acesso à terra em bases simetricamente negociadas, de que são exemplo os arrendatários em moldes capitalistas. Por outro lado, contém uma subavaliação por não integrar aqueles trabalhadores que são privados da propriedade da terra ou do acesso a esta em qualquer outra condição de produtor direto. Parece válido, contudo, enquanto critério objetivo, aproximado e viável de ser tratado com dados censitários, o esquema de avaliação proposto.

Em que pesem algumas ações no sentido de assentamento de produtores sem terra, chama a atenção a tendência de elevação do contingente na década de 1980, o que deixa indicada a permanência dos fatores agravadores do processo de expropriação a que se acham submetidos alguns segmentos da pequena produção.

Ressalta, de modo particular, a situação da

Região Nordeste que é a concentradora dos produtores sem terra no País com um percentual de 59,2% do total nacional correspondente, em 1985, a um contingente de 1.250.608 produtores. Chama a atenção e pareceria paradoxal ser, também, esse espaço regional aquele que detém o maior estoque de terras ociosas, não fossem esses aspectos parte de um contexto no qual as condições desfavoráveis, embora pudessem se anular, se somam. O exemplo do Maranhão é bem significativo, pois concentra 13,7% das terras ociosas do País e, ao mesmo tempo, 20,4% dos produtores sem terra, não sendo o primeiro destes aspectos solucionador do segundo, tendo em conta a estrutura hoje vigente no campo.

A Região Sul, embora apresente um contingente de produtores sem terra inferior ao da Região Nordeste, já que concentra 16,1% do total de produtores não proprietários do País, tem desempenhado um papel efetivo no sentido de trazer à evidência a gravidade da questão. Com firme tradição na organização dos produtores sem terra, a Região Sul tem tornado nacional a sua experiência regional de conduzir o problema que é especialmente agudo naquelas áreas transicionais entre a pequena produção em terras de mata e a grande propriedade pecuarista das terras de campo. No Paraná, onde se concentram 8,0% dos produtores sem terra do País, a retração da lavoura cafeeira e o avanço da soja nas áreas setentrionais do Estado formaram um quadro restritivo ao acesso à terra para um segmento considerável de produtores-parceiros de café.

As características da acelerada ocupação recente

da fronteira são, sem dúvida, formadoras do quadro de tensões que hoje caracteriza a Região Norte. Embora a grande empresa seja a tônica da ocupação de vastas extensões de seu território e apesar da atuação de órgãos federais voltados para o assentamento e colonização por pequenos produtores, como se verificou em Rondônia, os fluxos não controlados de ocupação da terra acabaram por gerar um quantitativo de produtores sem terra que chegava a representar 10,6% do total nacional, em 1985.

Nas Regiões Sudeste e Centro Oeste é menos expressivo o fenômeno em termos nacionais, embora chame a atenção a sua acentuação ou a sua manutenção nos mesmos níveis, ao longo do período de quinze anos sob focalização.

Um outro aspecto que deve ser ressaltado é aquele concernente ao percentual que os produtores sem terra representam no número total de produtores em cada uma das escalas focalizadas. Se, em nível nacional, em 1985, os produtores sem terra constituíram, no Brasil, 36,2% do total de produtores, as Regiões Norte e Nordeste colocavam-se acima dessa média com, respectivamente, 45,0% e 44,4% de produtores não proprietários no total de produtores. Particularmente graves pela alta incidência do fenômeno são os casos do Maranhão (80,7%), Piauí (66,4%), no Nordeste, e do Acre (64,6%), na Região Norte, pelo elevado percentual dos produtores sem terra, o que cria condições de instabilidade, pois a grande maioria dos agricultores tem precário acesso à terra.

Ressalvado o caráter aproximativo da abordagem

efetuada à problemática dos sem terra, fica evidenciado que se trata de uma das vertentes relevantes da questão agrária nacional que tende a persistir, dado o contexto agravador do modelo de apropriação do espaço nas áreas de ocupação recente. Parece claramente indicado que a solução para o problema terá de vir por decisão política de tornar menos injusto o processo de acesso à terra no País.

TABELA 49
PRODUTORES SEM TERRA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE PRODUTORES SEM TERRA			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	1.829.158	1.793.920	1.769.268	2.112.226
Região Norte	159.632	201.458	216.702	224.769
Região Nordeste	954.570	1.026.574	1.006.721	1.250.608
Região Sudeste	215.672	155.666	172.092	207.809
Região Sul	411.361	311.106	298.478	339.392
Região Centro-Oeste	87.923	99.116	75.275	89.648
Rondônia	5.190	8.639	28.867	34.596
Acre	19.038	20.221	19.411	22.821
Amazonas	57.054	66.273	58.737	60.528
Roraima	470	2.869	3.397	2.825
Pará	76.834	100.652	103.903	100.347
Amapá	1.046	2.804	2.387	3.652
Maranhão	348.193	421.477	411.930	430.915
Piauí	144.125	137.463	166.934	180.522
Ceará	86.877	92.582	72.190	155.823
Rio Grande do Norte	41.179	43.094	41.386	49.126
Paraíba	61.435	84.675	62.633	86.002
Pernambuco	128.423	105.671	113.283	140.803
Alagoas	31.032	41.755	37.435	58.328
Sergipe	24.190	25.004	18.538	28.033
Bahia	89.116	74.853	82.392	121.056
Minas Gerais	66.628	48.455	57.820	82.338
Espírito Santo	5.460	3.083	5.157	7.806
Rio de Janeiro	24.722	24.956	22.949	29.688
São Paulo	118.862	79.172	86.166	87.977
Paraná	241.726	172.719	148.338	168.810
Santa Catarina	35.890	37.091	44.673	54.742
Rio Grande do Sul	133.745	101.296	105.467	115.840
Mato Grosso do Sul	-----	25.577	14.796	16.701
Mato Grosso	53.301	32.138	27.646	30.078
Goiás	34.101	40.427	31.003	40.555
Distrito Federal	521	974	1.830	2.314

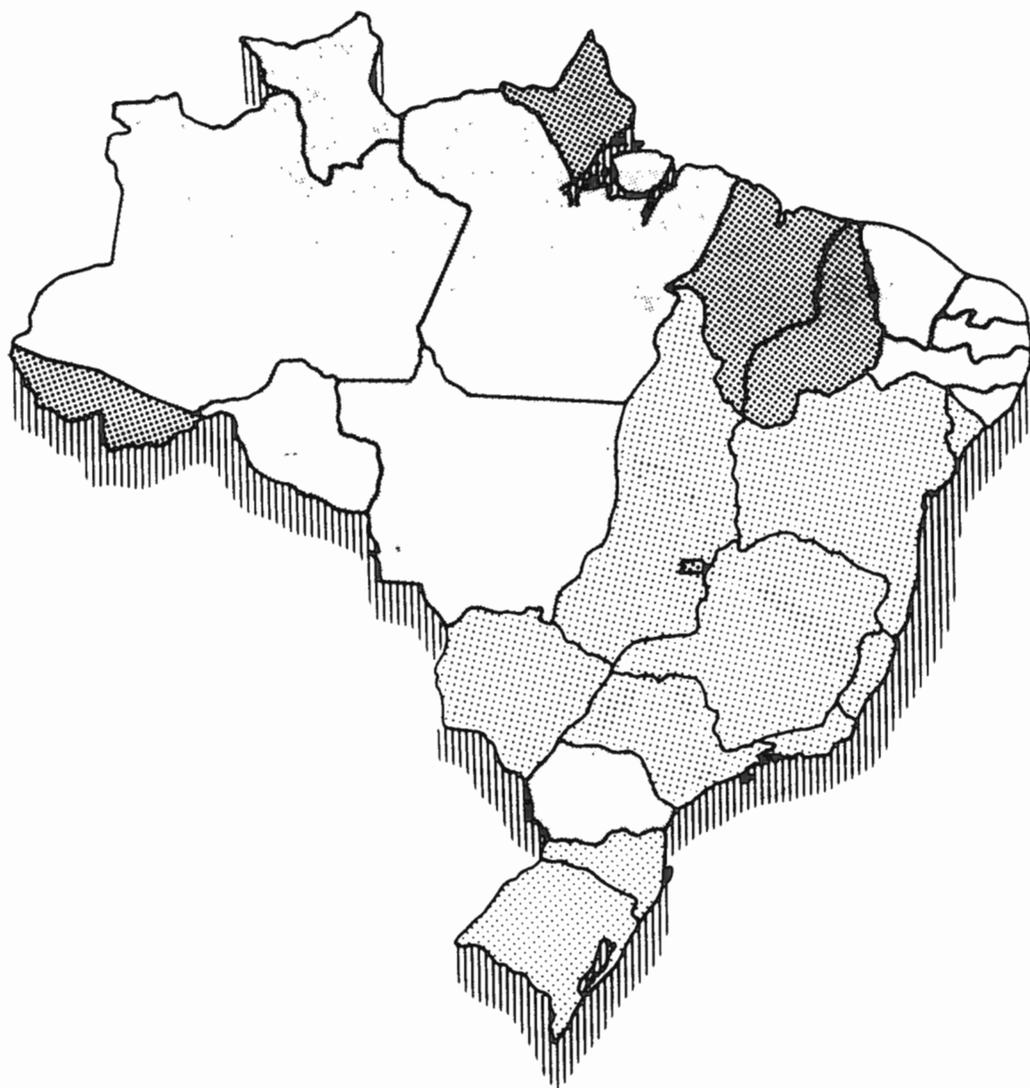
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

TABELA 50
PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES SEM TERRA NO TOTAL DOS PRODUTORES

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DO NÚMERO DE PRODUTORES SEM TERRA NO NÚMERO TOTAL DE PRODUTORES			
	1970	1975	1980	1985
Brasil	37,1	35,9	34,3	36,2
Região Norte	61,1	59,7	53,1	45,0
Região Nordeste	43,3	43,7	41,1	44,4
Região Sudeste	23,2	17,7	19,3	20,8
Região Sul	32,3	26,9	26,1	28,2
Região Centro-Oeste	34,7	36,8	28,1	28,4
Rondônia	73,3	33,9	59,7	42,4
Acre	82,4	80,9	70,9	64,6
Amazonas	66,9	71,5	58,4	51,7
Roraima	24,1	95,0	90,8	44,0
Pará	54,3	53,8	46,4	39,4
Amapá	45,2	69,9	55,5	75,6
Maranhão	87,8	84,8	82,9	80,7
Piauí	66,1	63,4	67,0	66,4
Ceará	35,4	36,8	29,4	47,7
Rio Grande do Norte	39,7	41,1	38,9	42,1
Paraíba	36,2	42,3	37,4	42,0
Pernambuco	38,7	33,4	34,3	39,2
Alagoas	29,5	36,1	31,7	40,6
Sergipe	25,4	24,7	19,3	24,1
Bahia	16,5	13,7	12,9	16,2
Minas Gerais	14,7	10,4	12,0	14,9
Espírito Santo	7,7	5,1	8,7	11,2
Rio de Janeiro	31,9	32,7	29,5	32,4
São Paulo	36,4	28,4	31,5	31,1
Paraná	43,6	36,1	32,7	36,1
Santa Catarina	17,3	18,0	20,7	23,3
Rio Grande do Sul	26,1	21,5	22,2	23,2
Mato Grosso do Sul	----	44,2	30,9	30,5
Mato Grosso	50,2	57,3	43,6	38,4
Goiás	23,5	26,3	20,2	22,6
Distrito Federal	27,2	52,4	69,0	67,4

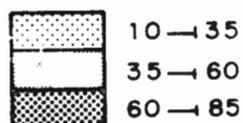
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

PRODUTORES SEM TERRA



ESCALA
0 320 640 960km

PERCENTAGEM DE PRODUTORES
NÃO PROPRIETÁRIOS NO NÚMERO
TOTAL DE PRODUTORES



FONTE: IBGE / Censo Agropecuário—1985

Mapa 11

COOPERATIVISMO

As formas associativas de produtores ligadas à realização da produção vêm adquirindo importância crescente à medida que se consolidam os esquemas modernos de produção e circulação que implicam escalas incompatíveis com a fragmentação e a dispersão, caracterizadoras de grandes segmentos da agricultura, anteriormente à operação das forças agrárias modernas.

Se, em nível nacional, a proporção de produtores associados a cooperativas é pequena e a evolução nesse sentido registrada, de 1970 a 1985, é discreta, as diferenciações regionais são muito marcadas e sinalizam, de um lado, os traços culturais associados às raízes da atividade agrária regional e, de outro, a evolução recente das formas modernas de produzir e de distribuir no agro nacional.

Assim, enquanto em nível de Brasil, evoluiu de 8,4% para 12,8% a proporção de produtores associados a cooperativas, na Região Sul, com importância da colonização européia não portuguesa com tradição cooperativista e onde foi acelerada a difusão da agricultura moderna de grãos, tal proporção passou de 16,6% a 31,0%, de 1970 a 1980.

É importante ressaltar que a modernização das atividades produtivas e dos serviços implicou uma redefinição do modelo cooperativista. Nesse sentido, a

cooperativa, enquanto empresa moderna, desenvolve múltiplas funções, inclusive a industrial, tendo viabilizado a incorporação de amplos segmentos da pequena e média produção ao complexo agro industrial da soja. Foi a expansão da forma capitalista da cooperativa a responsável pela integração, na Região Sul, de quase 1/3 dos produtores ao esquema cooperativista.

Por outro lado, a versão contemporânea da cooperativa incorpora uma estratégia espacial que consiste no desdobramento das empresas cooperativistas com implantação de novas unidades em terras de fronteira. A Região Centro Oeste exemplifica bem esse tipo de fenômeno, já se constituindo na terceira, após as Regiões Sul e Sudeste, quanto à proporção de produtores associados a cooperativas. Registrou-se de 1970 a 1980, um salto percentual de 4,4% a 8,2% de produtores cooperativados no número total de produtores, expressando o ritmo com que se deu a difusão do sistema cooperativista na Região Centro Oeste.

Na Região Sudeste, a segunda quanto à percentagem de produtores cooperativados- 19,7%, em 1980-, foi fraco o impulso de crescimento do sistema cooperativista no período focalizado, em grande parte em razão de o cooperativismo regional estar expressiva e tradicionalmente associado a segmentos da atividade produtiva que se apresentaram pouco dinâmicos no período em questão, como é o caso da pecuária leiteira.

Restringindo-se a análise ao universo de

produtores cooperativados, a hegemonia da Região Sul fica patente com 53,8% do número de agricultores associados a cooperativas no País. O Estado do Rio Grande do Sul, que apresenta a maior percentagem de cooperativados no total de produtores-41,9%, em 1980-, concentrou quase 1/3 do total de agricultores associados a cooperativas no País, nesse ano. Nos outros dois Estados da Região é também expressivo, em nível nacional, o sistema cooperativista, cabendo especial posição ao Estado do Paraná, pelo ritmo de difusão do sistema cooperativista em estreita associação com a velocidade das transformações técnico-produtivas ocorridas nessa Unidade Federada, na década de 1970.

Vale observar que a evolução do esquema cooperativista não tem significado, em todas as circunstâncias, a viabilização da pequena produção, na medida que ele tem, basicamente, servido à absorção daqueles segmentos da pequena produção inseridos na moderna dinâmica da agricultura, deixando à margem aqueles segmentos que encontram dificuldades crescentes de garantir as condições mínimas de sua reprodução em face do avanço das novas forças de organização/reorganização do espaço agrário articuladas a movimentos de ampla escala.

TABELA 51
 PRODUTORES ASSOCIADOS A COOPERATIVAS

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NUMERO DE PRODUTORES ASSOCIADOS A COOPERATIVAS		
	1970	1975	1980
Brasil	413.587	423.371	661.340
Região Norte	3.145	888	7.079
Região Nordeste	47.222	40.492	101.351
Região Sudeste	140.940	142.098	175.278
Região Sul	211.207	229.807	355.709
Região Centro-Oeste	11.073	10.086	21.923
Rondônia	56	71	562
Acre	69	124	301
Amazonas	1.098	164	2.516
Roraima	271	2	208
Pará	1.582	521	3.490
Amapá	69	6	2
Maranhão	1.518	1.036	6.500
Piauí	1.361	807	2.773
Ceará	8.433	9.242	22.845
Rio Grande do Norte	7.529	3.288	8.169
Paraíba	6.348	4.077	10.364
Pernambuco	11.724	9.989	19.677
Alagoas	2.432	2.225	5.983
Sergipe	1.085	2.421	3.351
Bahia	6.792	7.407	21.689
Minas Gerais	62.323	67.487	82.675
Espírito Santo	10.310	9.750	11.282
Rio de Janeiro	14.528	15.012	18.079
São Paulo	53.779	49.849	63.242
Paraná	21.597	34.650	88.132
Santa Catarina	31.347	34.808	68.428
Rio Grande do Sul	158.263	160.349	199.149
Mato Grosso do Sul	-----	2.017	4.652
Mato Grosso	4.810	480	3.494
Goiás	5.926	7.487	13.197
Distrito Federal	337	102	580

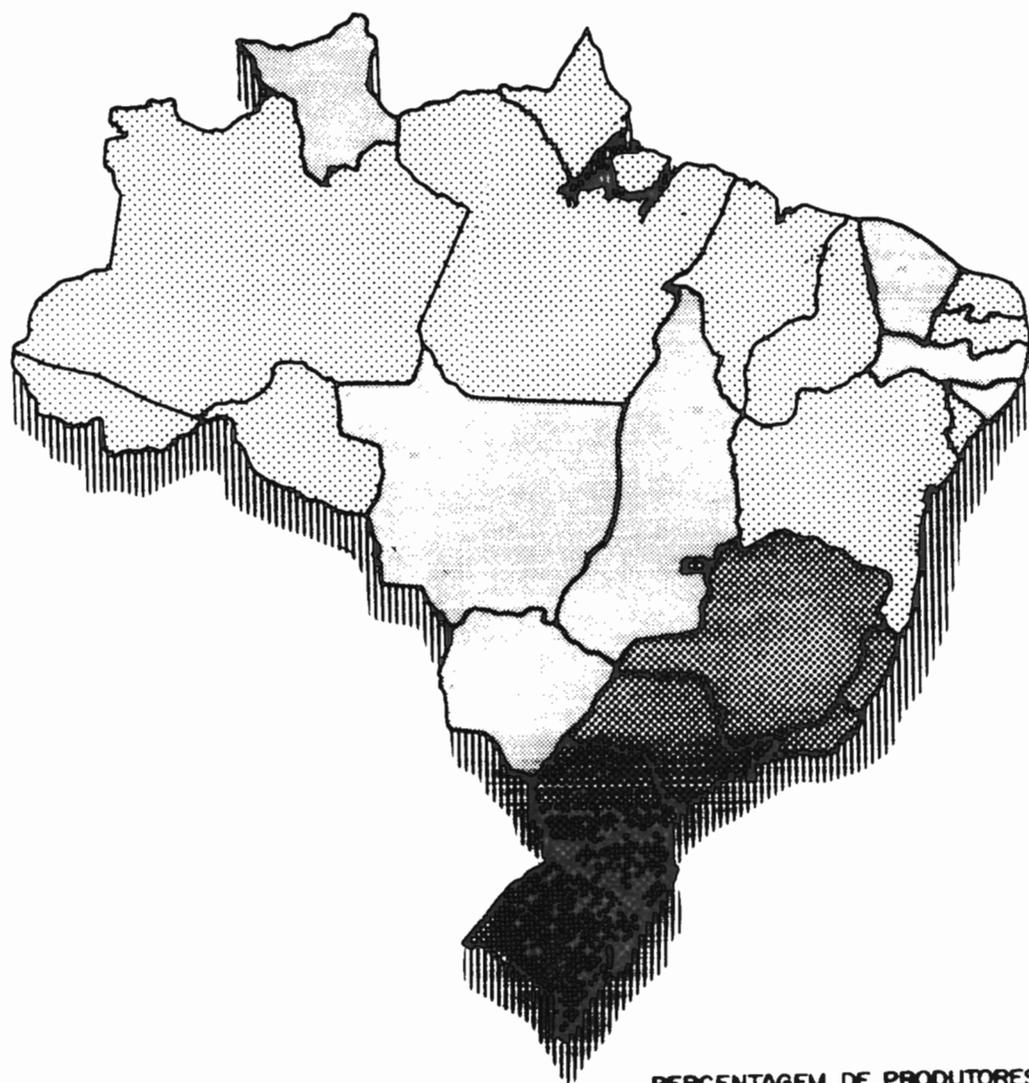
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

TABELA 52
PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES ASSOCIADOS A COOPERATIVAS NO TOTAL DE PRODUTORES

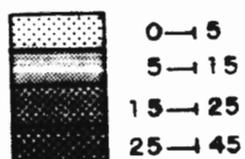
BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DO NÚMERO DE PRODUTORES ASSOCIADOS A COOPERATIVAS NO NÚMERO TOTAL DE PRODUTORES		
	1970	1975	1980
Brasil	8,4	8,5	12,8
Região Norte	1,2	0,3	1,7
Região Nordeste	2,1	1,7	4,1
Região Sudeste	15,2	16,2	19,7
Região Sul	16,6	19,9	31,0
Região Centro-Oeste	4,4	3,7	8,2
Rondônia	0,8	0,3	1,2
Acre	0,3	0,5	1,1
Amazonas	1,3	0,2	2,5
Roraima	13,9	0,1	5,6
Pará	1,1	0,3	1,6
Amapá	3,0	0,1	0,1
Maranhão	0,4	0,2	1,3
Piauí	0,6	0,4	1,1
Ceará	3,4	3,7	9,3
Rio Grande do Norte	7,3	3,1	7,7
Paraíba	3,7	2,0	6,2
Pernambuco	3,5	3,2	5,9
Alagoas	2,3	1,9	5,1
Sergipe	1,1	2,4	3,5
Bahia	1,2	1,3	3,4
Minas Gerais	13,7	14,6	17,2
Espírito Santo	14,6	16,1	19,0
Rio de Janeiro	18,8	19,7	23,3
São Paulo	16,5	17,9	23,1
Paraná	3,9	7,2	19,4
Santa Catarina	15,1	16,9	31,7
Rio Grande do Sul	30,9	34,0	41,9
Mato Grosso do Sul	----	3,5	9,7
Mato Grosso	4,5	0,9	5,5
Goiás	4,1	4,9	8,6
Distrito Federal	17,6	5,5	21,9

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

COOPERATIVISMO



PERCENTAGEM DE PRODUTORES
ASSOCIADOS A COOPERATIVAS
NO TOTAL DE PRODUTORES



ESCALA
0 320 640 960km

FONTE: IBGE /Censo Agropecuário—1980

Mapa 12

VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A década de 1970 caracterizou-se por profundas transformações produtivas na agricultura acompanhadas de novas formas de organização e de circulação da produção. Se isto é especialmente verdadeiro para grandes segmentos espaciais do País, não deixa, contudo, de ser aplicável a toda a superfície apropriada por estabelecimentos rurais, na medida que a dinâmica da agricultura brasileira incorporou, em seu movimento global, mesmo aqueles espaços aparentemente pouco envolvidos no processo de mudança.

Através de uma expressão comum - o valor da produção - é possível verificar, no agregado nacional e nos diferentes recortes regionais, uma tendência comum no período 1970-80, qual seja a da redução da participação do valor das lavouras e do extrativismo vegetal e o aumento da participação dos animais de grande porte na geração do valor da produção agropecuária.

Um outro aspecto importante a assinalar é que, a despeito da grande expansão das pastagens formadas e do crescimento do rebanho bovino na década de 1970, a lavoura se constitui, tanto no agregado nacional, quanto nas macrorregiões do País, com exceção da Região Centro Oeste, a atividade que responde por mais da metade do valor da produção agropecuária.

Expressando as duas constatações apontadas, o valor da lavoura, no valor total da produção agropecuária, passou de 59,7%, em 1970, a 55,2% em 1980, quando se considera o agregado nacional, evidenciando, de um lado, a tendência de queda de participação e, de outro, o grande peso da atividade agrícola no valor de produção gerado no campo.

É a Região Nordeste aquela na qual a lavoura ocupa o percentual mais elevado do valor da produção agropecuária - 63,2%, em 1980 - colocando-se a seguir a Região Sul com 60,8%, observando-se, nesta última, o decréscimo mais fraco de posição com relação ao início da década, o que pode ser creditado à expansão de cultivos de alto valor comercial no período 1970-80. No Nordeste, não só foi restrita às áreas recém incorporadas a implantação de novas culturas valorizadas -, como é o caso da soja no oeste da Bahia -, como também, foi evidente a conversão de áreas agrícolas para a expansão da pecuária, o que responde pelo fato de ser a Região uma das que apresentou maior decréscimo de participação da lavoura no valor da produção agropecuária.

Considerando-se apenas o valor da produção das lavouras, cabe ao Sul e ao Sudeste a posição mais destacada, a primeira com 35,9% e a segunda com 33,3% do valor da produção agrícola nacional, vindo a seguir o Nordeste com 19,8% de participação no valor gerado pelos cultivos agrícolas no País. Essa situação de 1980 difere da de 1970 no que diz respeito à primeira posição ocupada,

então, pela Região Sudeste que perdeu posição relativa pelo incontestável dinamismo agrícola superior da Região Sul nesse período observado.

A Região Centro Oeste é a que, na estrutura de valor da produção agropecuária, apresenta a maior importância da atividade ligada à criação de animais de grande porte, responsável por 53,7% do valor da produção agropecuária, em 1980. Sendo tradicionalmente caracterizada pela pecuária bovina, essa Região viu reforçada a importância dessa atividade, quer nas áreas de ocupação consolidada, quer nos espaços de incorporação recente que sediaram grandes projetos pecuários incentivados. Com o avanço espacial da pecuária e com as transformações no processo criatório, a valorização da atividade foi evidente, uma vez que, em 1970, o valor da produção animal de grande porte ocupava o patamar de 43,2%, significativamente inferior ao de 1980.

O Centro Oeste foi a Região na qual o valor da produção animal de grande porte apresentou mais claramente a tendência de ascensão registrada na década de 1970, em razão do reforço expressivo da importância da pecuária bovina em Goiás e no Mato Grosso do Sul. Na Região Sudeste também foi muito visível essa tendência, tendo o valor da produção de animais de grande porte passado de 1/4 para quase 1/3 do valor da produção agropecuária, em função da evolução verificada nesse sentido nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Restringindo-se a observação ao valor da produção

de animais de grande porte, observa-se que a hegemonia cabe à Região Sudeste que concentrava, em 1980, 41,0% do valor da produção animal de grande porte no País. A importância tanto da pecuária de corte, quanto da pecuária leiteira e seu nível de articulação com o setor industrial respondem pela grande valorização dessas atividades e pela posição proeminente dessa Região no contexto nacional. A Região Sul concentrava, em 1980, 21,0% do valor da produção animal de grande porte e o Centro Oeste 20,9%, tendo a aproximação da posição dessas Regiões ocorrido durante a década de 1970, pois no seu início era nítida a vantagem da Região Sul sobre o Centro Oeste. A evolução subsequente de sustentação da importância agrícola do Sul e de reforço expressivo da pecuária no Centro Oeste, ao longo da redefinição dos papéis exercidos pelos diferentes recortes regionais do País, originou a situação constatada em 1980.

Apenas na Região Norte o extrativismo vegetal representava, em 1980, posição importante na estrutura do valor da produção agropecuária com 23,3%, com queda pouco sensível em relação a 1970 e com valores muito superiores à média nacional dessa atividade que era de 3,0% em 1980, decrescendo em relação a 1970, quando o extrativismo vegetal representava 6,6% do valor da produção agropecuária nacional.

No âmbito da produção extrativa vegetal, se em 1970 a Região Sul, em função da exploração madeireira, concentrava 40,6% do valor da produção extrativa vegetal do País, a evolução de sua ocupação eliminando perspectivas

para essa atividade alterou a participação regional no contexto nacional, restrita, em 1980, a 27,0%. Neste ano, a Região Norte é que passa a ocupar a primeira posição, detendo 29,3% do valor da produção extrativa vegetal. O baixo grau de ocupação regional e os rumos da ordenação territorial já esboçada, com a criação de reservas extrativistas abrem possibilidade para garantir a essa Região posição relevante no quadro do extrativismo vegetal do País.

O valor da produção agropecuária sintetiza a evolução da agricultura brasileira e, ao mesmo tempo, traz elementos para a análise da estrutura espacial do País. De um lado, ressalta a hegemonia das Regiões Sudeste e Sul, a primeira com 35,7% e a segunda com 32,6% do valor da produção agropecuária nacional. As duas regiões, ao concentrarem 68,3% do valor total da produção, deixam indicado que esse segmento da estrutura espacial é a grande evidência das forças modernas, da forte articulação intersetorial, das maiores expressões da urbanização, da capacidade de investimento, da irradiação de fluxos de naturezas diferenciadas e dos impulsos dinâmicos da organização espacial.

Se as Regiões Sudeste e Sul, em 1970, concentravam 71,1% do valor da produção agropecuária, é possível afirmar que se esboçou, ao longo da década de 1970, uma tendência à desconcentração em direção ao Centro Oeste que passou a deter 10,6% do valor da produção agropecuária do País em 1980, ampliando a participação

dessa Região, situada em 7,5%, em 1970. Com efeito, a partir do Sudeste e do Sul, efetuou-se o grande movimento de expansão da moderna fronteira que, usando a expressão física da articulação regional - a malha viária -, constituiu a integração de atividades e de espaços, sedimentando as formas contemporâneas de produzir, organizar e distribuir a produção.

Com menor evidência, mas deixando entrever esse mesmo sentido de movimento de ampliação da fronteira, coloca-se a elevação da participação da Região Norte no valor da produção agropecuária nacional, de 3,1%, em 1970, para 3,8%, em 1980. A extensão para as áreas da Região Norte dos interesses da acumulação capitalista, embora desarticulada das reais necessidades de incorporação de novos espaços à produção, acabou por gerar um aumento do produto da agropecuária. Mais do que isto, situou esse recorte regional na dinâmica global da economia brasileira e redefiniu a forma e o conteúdo da articulação da Região com os demais segmentos do espaço nacional.

Menos atingida pela rearticulação interregional, a Região Nordeste apresentou, de 1970 a 1980, pequena redução de sua participação no valor nacional da produção agropecuária, indicando uma situação de estagnação relativamente à dinâmica da reorganização técnico-produtiva e rediferenciação espacial associada a movimentos de ampla escala.

TABELA 53
PARTICIPAÇÃO DO VALOR DAS LAVOURAS NO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DO VALOR DAS LAVOURAS NO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA		
	1970	1975	1980
Brasil	59,7	59,3	55,2
Região Norte	55,4	59,3	51,7
Região Nordeste	69,4	67,2	63,2
Região Sudeste	56,5	49,7	51,7
Região Sul	61,2	68,3	60,8
Região Centro-Oeste	46,5	45,0	38,4
Rorônia	55,9	74,4	56,2
Acre	52,5	41,7	34,8
Amazonas	53,7	60,6	58,0
Roraima	28,3	38,0	42,6
Pará	59,2	59,9	51,0
Amapá	50,8	47,5	38,5
Maranhão	60,3	65,2	60,1
Piauí	52,8	55,6	48,0
Ceará	58,0	63,6	50,9
Rio Grande do Norte	65,3	67,8	60,9
Paraíba	74,1	74,7	63,6
Pernambuco	77,9	71,3	65,4
Alagoas	84,5	83,5	84,2
Sergipe	67,4	56,0	49,5
Bahia	69,7	62,8	64,7
Minas Gerais	44,3	37,1	39,6
Espírito Santo	62,9	48,0	61,0
Rio de Janeiro	58,4	45,1	42,2
São Paulo	62,7	58,4	59,7
Paraná	60,3	72,5	68,4
Santa Catarina	54,1	51,7	46,4
Rio Grande do Sul	64,1	68,9	59,8
Mato Grosso do Sul	---	40,9	34,5
Mato Grosso	39,1	51,4	49,6
Goiás	52,0	46,1	37,4
Distrito Federal	62,9	34,9	36,9

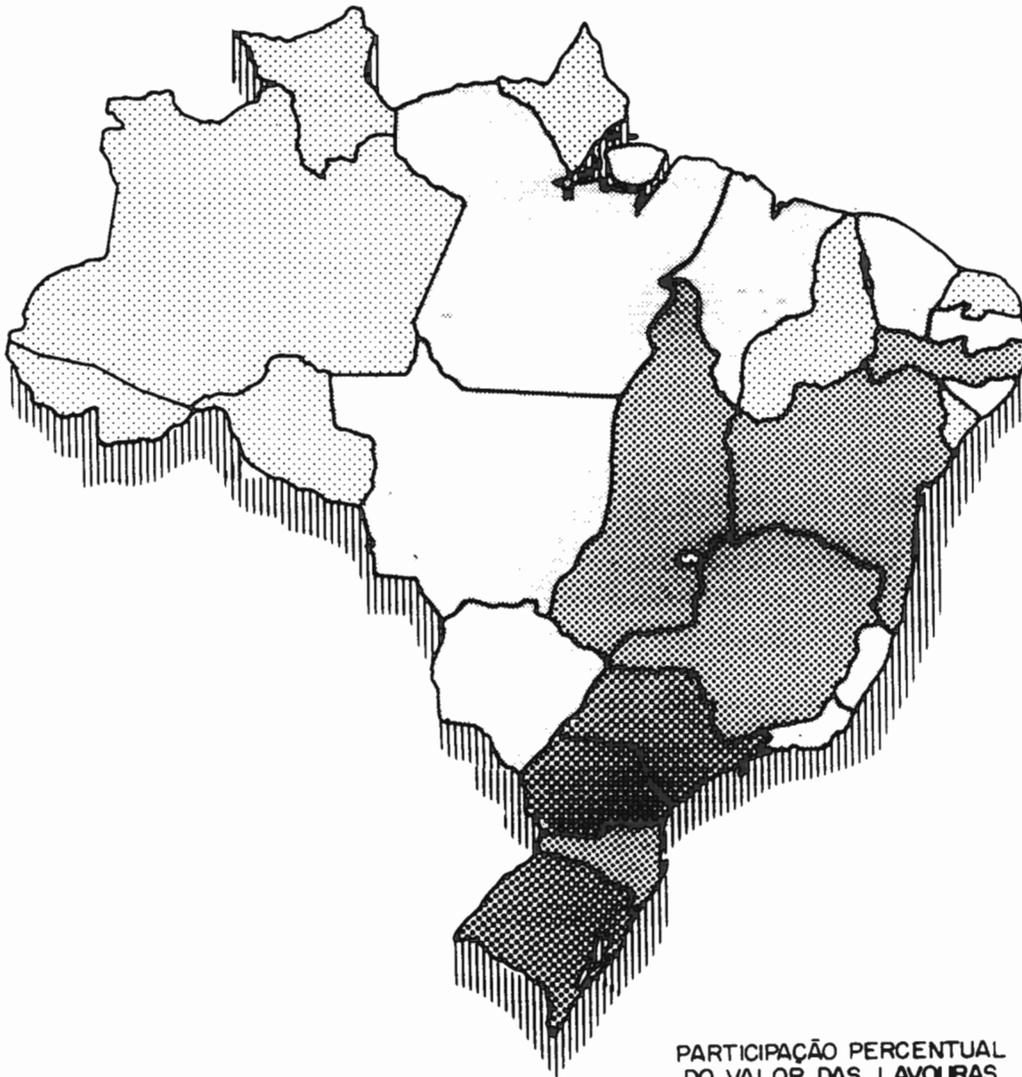
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

TABELA 54
PARTICIPAÇÃO DO VALOR DOS ANIMAIS DE GRANDE PORTE NO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

BRASIL, GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	PERCENTAGEM DO VALOR DOS ANIMAIS DE GRANDE PORTE NO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA		
	1970	1975	1980
Brasil	21,2	23,7	27,2
Região Norte	11,8	12,7	15,6
Região Nordeste	17,4	20,0	23,3
Região Sudeste	25,2	31,9	31,2
Região Sul	14,7	13,0	17,5
Região Centro-Oeste	43,2	46,2	53,7
Rondônia	3,5	7,1	17,1
Acre	7,0	16,3	21,5
Amazonas	7,9	5,9	7,0
Roraima	52,6	43,3	45,2
Pará	14,0	15,5	16,7
Amapá	22,4	15,3	25,0
Maranhão	9,7	10,7	17,9
Piauí	20,3	18,6	24,4
Ceará	23,2	21,3	25,9
Rio Grande do Norte	25,0	21,0	29,4
Paraíba	18,5	17,4	26,4
Pernambuco	12,9	15,0	17,8
Alagoas	10,5	12,8	13,0
Sergipe	26,9	36,4	42,7
Bahia	19,6	26,8	26,5
Minas Gerais	35,0	45,9	45,7
Espírito Santo	22,0	36,6	26,4
Rio de Janeiro	20,6	26,8	32,1
São Paulo	20,4	23,2	22,0
Paraná	11,2	9,8	15,4
Santa Catarina	14,1	12,7	12,4
Rio Grande do Sul	17,6	16,5	21,3
Mato Grosso do Sul	----	52,2	60,6
Mato Grosso	52,1	40,0	38,0
Goiás	36,8	44,8	55,3
Distrito Federal	12,5	11,3	10,1

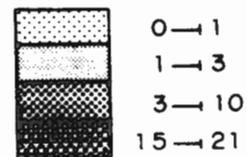
FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980.

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA



PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
DO VALOR DAS LAVOURAS
DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
NO VALOR NACIONAL

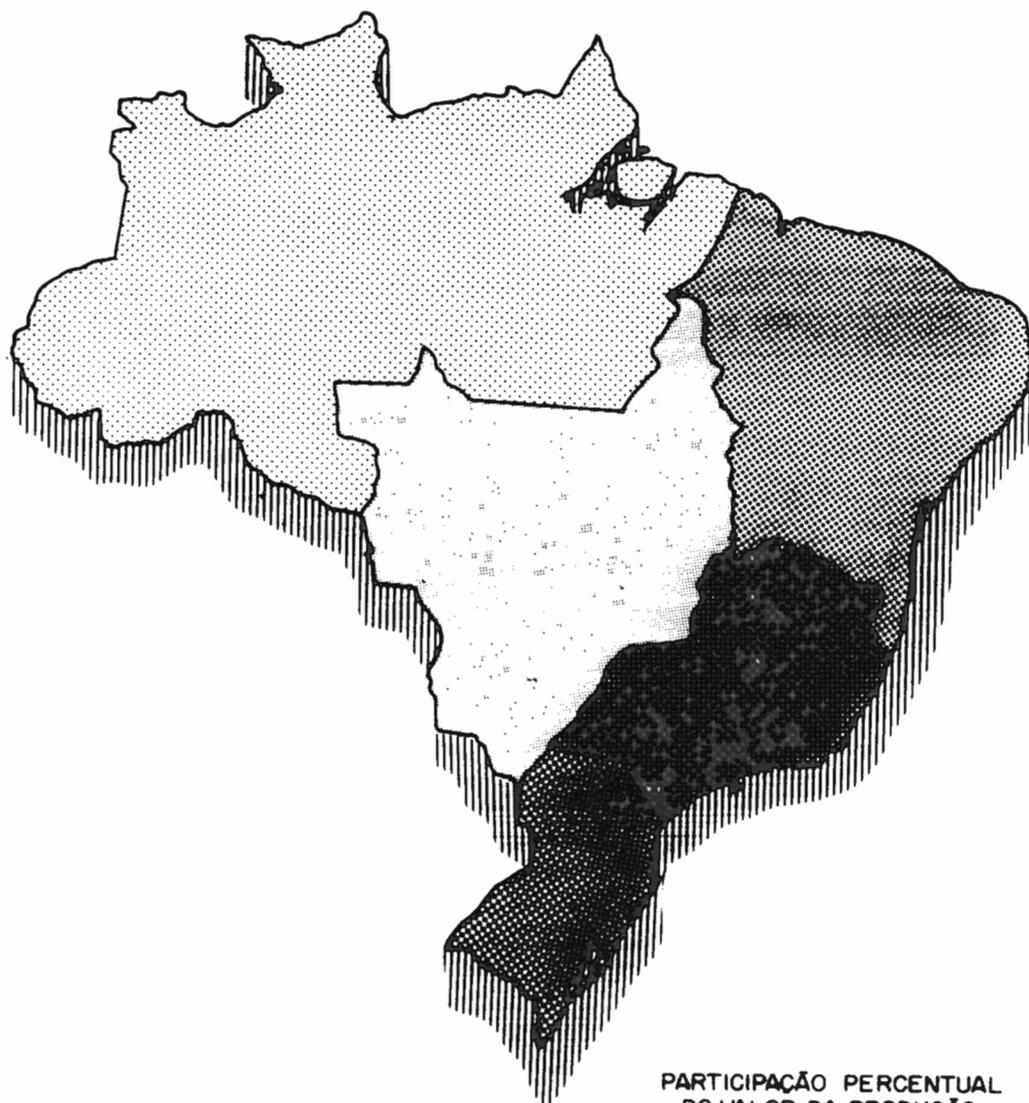
ESCALA
0 320 640 960 km



FONTE: IBGE /Censo Agropecuário—1980

Mapa 13

VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA



ESCALA
0 320 640 960 km

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
DO VALOR DA PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA REGIONAL
NO VALOR NACIONAL

Norte	3,8
Nordeste	17,3
Sudeste	35,7
Sul	32,6
Centro-Oeste	10,6

FONTE: IBGE / Censo Agropecuário — 1980

Mapa 14

